

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**SANDRA MÁRCIA TONETTO**

**CLAMORES DA LUTA PELA TERRA: IGREJA E TRABALHADORES NA BUSCA  
DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

**Tese apresentada à Faculdade de História,  
Direito e Serviço Social da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,  
para obtenção do Título de Doutor em  
Serviço Social. Área de Concentração:  
Serviço Social: Trabalho e Sociedade.**

**Orientador: Prof. Dr. Ubaldo Silveira.**

**FRANCA – SP  
2007**

TONETTO, Sandra Márcia

Clamores da luta pela terra: Igreja e trabalhadores na busca da transformação social / Sandra Márcia Tonetto. – Franca: UNESP, 2007

Tese – Doutorado – Serviço Social – Faculdade de História  
Direito e Serviço Social – UNESP.

1.Igreja – História – Ribeirão Preto (SP). 2.Movimentos  
sociais rurais – Brasil. 3.Comissão Pastoral da Terra (CPT).  
4.Reforma agrária – Brasil.

CDD – 362.851

**SANDRA MÁRCIA TONETTO**

**CLAMORES DA LUTA PELA TERRA: IGREJA E TRABALHADORES NA BUSCA  
DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

**Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do  
Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social:  
Trabalho e Sociedade.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Ubaldo Silveira**

**1º.Examinador:** \_\_\_\_\_

**2º.Examinador:** \_\_\_\_\_

**3º.Examinador:** \_\_\_\_\_

**4º.Examinador:** \_\_\_\_\_

**Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_**

Dedico este trabalho ao meu querido marido, Marcelo, presente em todos os momentos de sua construção, com companheirismo e amor.

Ao meu filho, João Marcelo, que incontáveis vezes se privou da presença materna para que essa importante etapa de minha vida se concretizasse, motivando-me com a alegria e a vivacidade constantes em seu mundo infantil.

À minha filha, Soraia, ainda em período gestacional, que ao anunciar sua existência, me cobriu de contentamento e disposição nos momentos finais da confecção deste estudo.

Aos meus pais, que ao longo de minha vida me transmitiram valores, os quais me despertaram o gosto pelas ciências humanas e pela causa dos oprimidos.

À minha mãe, Olga, que muitas vezes cuidou de meu filho para que eu pudesse seguir minha trajetória intelectual.

À minha irmã, Mara, por me encorajar a seguir a carreira acadêmica e estar sempre presente na evolução de meus estudos.

Aos meus depoentes, trabalhadores sofridos, que a mim confiaram suas trajetórias pessoais e acreditaram na contribuição da ciência para a busca da transformação social.

A todos os citados, sem exceção, meu respeito, admiração e profundo agradecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, presença inquestionável na realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ubaldo Silveira, pelo exemplo, dedicação, paciência e confiança depositada na elaboração da pesquisa. Meu agradecimento por me permitir conhecer, de forma mais aprofundada, uma temática tão relevante e comovente deste país. Hoje, mais que um professor, é um importante e querido amigo.

À minha amiga, Profa. Dra. Dulce Maria Pamplona Guimarães, que me mostrou capaz e me encorajou a seguir a carreira acadêmica.

Ao meu aluno e colaborador, Rofs Cecílio Justino, por acreditar nos propósitos deste trabalho e se empenhar em aproximar-me dos sujeitos da pesquisa.

A todos os meus colaboradores, pela confiança em mim depositada. Sem eles, o trabalho não seria possível. À eles, meu desejo por um mundo justo.

É fundamental construir a rota de formação de sujeitos do desenvolvimento, contra a situação de objeto que marca a condição do escravo, do esmoler, do explorado. Por aí começa um mínimo de dignidade social, de decência social, numa sociedade pelo menos minimamente suportável.

(Pedro Demo)

## RESUMO

A presente investigação tem como temática central a relação entre temática agrária e Igreja Católica, a partir dos pressupostos da Teologia da Libertação. No Brasil, em 1975, a luta pela reforma agrária passa a ser amparada e orientada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que entende que os aspectos sociais devem ser os norteadores do desenvolvimento capitalista. Em 1979, a pastoral inicia suas ações na região de Ribeirão Preto (SP), que tem em sua trajetória a presença da mão-de-obra escrava passando pelo colonato e pelo surgimento do cortador de cana-de-açúcar, bóia-fria, migrante, sem-terra. Verificamos, nesse cenário, como os trabalhadores rurais percebem a influência da CPT na conquista por melhores condições de vida, trabalho, na efetivação da reforma agrária e no exercício da cidadania. Assim, objetivamos contribuir na construção de uma outra face da história da CPT: a sua atuação vista, sentida e representada pelo trabalhador rural assentado, ou seja, refletimos a respeito da atuação da Pastoral da Terra segundo a ótica dos próprios sujeitos da pesquisa. Para isso, utilizamos o método da história oral, por meio da apreensão de histórias de vida de trabalhadores assentados na região de Ribeirão Preto, que alcançaram parte dos objetivos de sua luta. As narrações de membros da Igreja Católica foram coletadas na perspectiva de complementação e enriquecimento de nossa análise. A CPT na região de Ribeirão Preto, atual pólo produtor de açúcar, álcool, vinhoto e suco de laranja, está significativamente atuante e observam-se progressos em relação às condições de trabalho e vida dos rurícolas.

**Palavras-chave:** Comissão Pastoral da Terra - CPT; teologia da libertação; trabalhador rural; reforma agrária; cidadania; história oral; Ribeirão Preto.

## RESUMEN

La presente investigación tiene como tema central la relación entre temática agraria y iglesia Católica, teniendo como presupuesto la Teología de la Liberación. En Brasil, en 1975, la lucha por la reforma agraria pasa a ser amparada y orientada por la Comisión Pastoral de la Tierra (C P T) la cual entiende que los aspectos sociales deben ser las balizas del desarrollo capitalista. En 1979, la pastoral inicia sus acciones en la región de Ribeirao Preto ( SP ), la cual tiene en su trayectoria la presencia de la mano de obra esclava pasando por el colonato y por el apareamiento del cortador de cana de azúcar, “bóia fria”, emigrante, sin-tierra. Verificamos, en este escenario, como los trabajadores rurales perciben la influencia de la CPT en la conquista por mejores condiciones de vida, trabajo, en la efectividad de la reforma agraria y en el ejercicio de la ciudadanía. Así, objetivamos contribuir en la construcción de otra faz de la historia de la CPT: su actuación, vista, sentida y representada por el trabajador rural asentado, o sea, analizamos la actuación de la pastoral de la tierra según la óptica de los propios sujetos de la pesquisa. Para ello, utilizamos el método de la historia oral, por medio de la asimilación de historias de vida de trabajadores asentados en la región de Ribeirao Preto, que consiguieron parte de los objetivos de su lucha. Las narraciones de los miembros de la iglesia católica fueron colectadas en la perspectiva de complementación y enriquecimiento de nuestra análisis. La CPT en la región de Ribeirao Preto, actual polo productor de azúcar, alcohol, vinote y jugo de naranja, está significativamente actuante y se observan progresos en relación a las condiciones de trabajo y vida de los campesinos.

**Palabras clave:** Comisión Pastoral de la Tierra – CPT; teología de la liberación; trabajador rural; reforma agraria; ciudadanía; historia oral; Ribeirao Preto.

## RIASSUNTO

La presente indagine ha come tema centrale la relazione fra tematica agraria e Chiesa Cattolica, partendo dai presupposti della Teologia della Liberazione. In Brasile, nel 1975, la lotta per la riforma agraria passa ad essere sostenuta e guidata dalla Commissione Pastorale della Terra (CPT), la quale capisce che gli aspetti sociali devono essere gli orientatori dello sviluppo capitalista. Nel 1979, la pastorale inizia le sue azioni nella regione di Ribeirão Preto (SP) che ha nella sua traiettoria la presenza della mano d'opera schiava, passando per la colonia ed il sorgimento del tagliatore di canna da zucchero, "bóia fria" emigrante, senza-terra. Verifichiamo, in questo scenario, come i lavoratori contadini percepiscono l'influenza della CPT nella conquista di migliori condizioni di vita, lavoro, adempimento della riforma agraria e esercizio della cittadinanza. Così, vogliamo concorrere per la costruzione di un altro aspetto della storia della CPT: la sua partecipazione vista, sentita e rappresentata dal contadino sistemato nella sua terra, o sia, analizziamo la partecipazione della Pastorale della Terra secondo la visione dei propri soggetti dell'indagine. Per questo, utilizziamo il metodo della storia orale, attraverso la quale conosciamo la storia di vita dei lavoratori, sistemati nella regione di Ribeirão Preto, che riuscirono ad ottenere parte degli scopi della loro lotta. Le narrative dei membri della Chiesa Cattolica, furono collettate come complemento e arricchimento della nostra analisi. La CPT nella regione di Ribeirão Preto, attuale centro produttore di zucchero, alcool, morchione e succo d'arancia, è significativamente influente e si osservano dei progressi in relazione alle condizioni di lavoro e di vita dei contadini.

**Parole-chiave:** Commissione Pastorale della Terra – CPT; teologia della liberazione; lavoratore rurale; riforma agraria; cittadinanza; storia orale; Ribeirão Preto.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                              |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                      | <b>11</b>  |
| <br>                                                                                                                                         |            |
| <b>1 O CENÁRIO, OS ATORES E O CAMINHO: A HISTÓRIA DE RIBEIRÃO<br/>PRETO NA PERSPECTIVA DA TEMÁTICA AGRÁRIA .....</b>                         | <b>19</b>  |
| 1.1 O cenário.....                                                                                                                           | 20         |
| 1.2 Os atores.....                                                                                                                           | 51         |
| 1.3 O caminho.....                                                                                                                           | 73         |
| <br>                                                                                                                                         |            |
| <b>2 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA EM RIBEIRÃO PRETO:<br/>FUNDAMENTO E HISTÓRIA .....</b>                                                     | <b>92</b>  |
| 2.1 O fundamento .....                                                                                                                       | 93         |
| 2.2 Comissão Pastoral da Terra : um percurso histórico .....                                                                                 | 106        |
| 2.3 A CPT em Ribeirão Preto: origem, desenvolvimento e ações.....                                                                            | 113        |
| 2.4 CPT, histórias de vida e representações .....                                                                                            | 127        |
| <br>                                                                                                                                         |            |
| <b>REFLEXÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                | <b>148</b> |
| <br>                                                                                                                                         |            |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                      | <b>154</b> |
| <br>                                                                                                                                         |            |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                                                                                       | <b>159</b> |
| <br>                                                                                                                                         |            |
| <b>APÊNDICE A – Lista de depoentes .....</b>                                                                                                 | <b>160</b> |
| <br>                                                                                                                                         |            |
| <b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista aplicado aos trabalhadores<br/>rurais assentados .....</b>                                             | <b>161</b> |
| <br>                                                                                                                                         |            |
| <b>APÊNDICE C – Roteiro de entrevista aplicado ao Arcebispo da<br/>Arquidiocese de Ribeirao Preto – Dom Joviano de<br/>Lima Júnior .....</b> | <b>164</b> |
| <br>                                                                                                                                         |            |
| <b>APÊNDICE D – Roteiro de entrevista aplicado ao Assessor da CPT<br/>local – Padre Francisco Vanneron .....</b>                             | <b>165</b> |
| <br>                                                                                                                                         |            |
| <b>APÊNDICE E – Roteiro de entrevista aplicado no Centro de Formação<br/>Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara .....</b>                          | <b>166</b> |

|                      |                                                                                                                   |            |
|----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>APÊNDICE F –</b>  | <b>Carta de Cessão.....</b>                                                                                       | <b>167</b> |
| <b>APÊNDICE G –</b>  | <b>Carta de Cessão.....</b>                                                                                       | <b>168</b> |
| <b>APÊNDICE H –</b>  | <b>Carta de Cessão.....</b>                                                                                       | <b>169</b> |
| <b>APÊNDICE I –</b>  | <b>Carta de Cessão.....</b>                                                                                       | <b>170</b> |
| <b>APÊNDICE J –</b>  | <b>Carta de Cessão.....</b>                                                                                       | <b>171</b> |
| <b>APÊNDICE K –</b>  | <b>Carta de Cessão.....</b>                                                                                       | <b>172</b> |
| <b>APÊNDICE L –</b>  | <b>Carta de Cessão.....</b>                                                                                       | <b>173</b> |
| <b>APÊNDICE M –</b>  | <b>Carta de Cessão.....</b>                                                                                       | <b>174</b> |
| <b>APÊNDICE N –</b>  | <b>Carta de Cessão.....</b>                                                                                       | <b>175</b> |
| <b>APÊNDICE O –</b>  | <b>Carta de Cessão.....</b>                                                                                       | <b>176</b> |
| <b>APÊNDICE P –</b>  | <b>Carta de Cessão.....</b>                                                                                       | <b>177</b> |
| <b>APÊNDICE Q -</b>  | <b>Arcebispo Dom Joviano de Lima Júnior. Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto, 2006 .....</b>                    | <b>178</b> |
| <b>APÊNDICE R -</b>  | <b>Padre Francisco Vanneron. IV Encontro Nacional dos Violeiros. Sítio Pau D’alho, 2006 .....</b>                 | <b>179</b> |
| <b>APÊNDICE S -</b>  | <b>Carlos Alberto Alves. Assentamento Sepé Tiaraju, 2006.....</b>                                                 | <b>180</b> |
| <b>APÊNDICE T -</b>  | <b>Hemes Lopes. Sítio Pau D’alho, 2007 .....</b>                                                                  | <b>181</b> |
| <b>APÊNDICE U -</b>  | <b>José Ferreira de Souza. Acampamento Mário Lago, 2006 ...</b>                                                   | <b>182</b> |
| <b>APÊNDICE V -</b>  | <b>Reine Umberto da Silva. Acampamento Mário Lago, 2006 ..</b>                                                    | <b>183</b> |
| <b>APÊNDICE W -</b>  | <b>Carlos Alberto Alves (à esquerda) e Rofs Cecílio Justino (à direita). Assentamento Sepé Tiaraju, 2006.....</b> | <b>184</b> |
| <b>APÊNDICE X -</b>  | <b>Ronaldo Raimundo da Silva. Assentamento Sepé Tiaraju, 2006.....</b>                                            | <b>185</b> |
| <b>APÊNDICE Y -</b>  | <b>Rosana Nascimento de Paula. Assentamento Sepé Tiaraju, 2006.....</b>                                           | <b>186</b> |
| <b>APÊNDICE Z -</b>  | <b>Sebastião Adão da Silva. Assentamento Sepé Tiaraju, 2006.....</b>                                              | <b>187</b> |
| <b>APÊNDICE AA-</b>  | <b>Veríssimo Gomes. Assentamento Sepé Tiaraju, 2006.....</b>                                                      | <b>188</b> |
| <b>APÊNDICE AB -</b> | <b>IV Encontro Nacional dos Violeiros. Sítio Pau D’alho, 2006.....</b>                                            | <b>189</b> |

## INTRODUÇÃO

Tudo o que é justo, digno, toda luta em prol da defesa da dignidade humana é compatível com o Evangelho e é, mais do que isso, exigido por ele.

(Leonardo Boff)

A investigação que realizamos tem como temática central um assunto instigante: a relação entre questão agrária e Igreja.

É desafiador refletir sobre a função social da terra em um país marcado por inúmeros movimentos de luta no meio rural, como Palmares, Canudos, Contestado e Movimento dos Sem-Terra, vivenciados em momentos cronologicamente diversos, mas que denotam a permanente estrutura fundiária do país, baseada em grandes propriedades, somada à expansão do capitalismo no campo e seus desdobramentos. Da mesma forma, é extremamente significativo (re) pensarmos a atuação da Igreja, que tem importante papel político, diante da questão agrária, a partir dos pressupostos da Teologia da Libertação.

A distribuição de terras no Brasil tem seus fundamentos históricos. A terra ocupada pelo nativo cumpre sua função social, mas a chegada do colonizador traz profundas modificações, surgindo os latifúndios e a exploração da mão-de-obra rural, com o trabalho escravo inicialmente nativo e, mais tarde, africano. Com o advento da mão-de-obra livre, protagonizada pelos imigrantes europeus, a terra passa a ser mercadoria, por meio da chamada Lei de Terras (1850).

Em decorrência da referida lei, verificamos não o surgimento, mas a efetivação de um processo antes embrionário que agora emerge com notória intensidade, a chamada questão agrária, ou seja, o distanciamento homem do campo – terra e suas implicações.

Nesse percurso, o trabalhador rural não se mantém submisso. Reivindica, ora mais timidamente ora de forma contundente, melhorias em suas condições de vida, perante a dominação dos proprietários agrícolas e das conseqüências trazidas pela introdução do capitalismo no campo. A tecnologia faz com que o excedente de mão-de-obra não seja absorvido e a discussão pela reforma agrária vem à tona.

Os movimentos no mundo rural tornam-se mais evidentes a partir da década de 1950, ocorrendo em todo o território brasileiro. Nesse período, além da presença das Ligas Camponesas, fundadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Igreja Católica passa a preocupar-se com os camponeses, apoiando as Ligas e tutelando sindicatos, em um posicionamento ainda reacionário.

Paulatinamente, verificamos uma mudança de relevo na postura do Apostolado. O cristão, entendido como sujeito do processo histórico, tem um compromisso com o outro, de amor e caridade. Essa seria a perspectiva de uma *nova* compreensão da fé, a Teologia da Libertação, que repensa a conduta dos homens, as questões sociais e a Igreja dentro da realidade temporal.

A Teologia da Libertação pauta-se em uma outra reflexão teológica. Seu fundamento se encontra em uma mística: o encontro com o Senhor no pobre que, atualmente, é toda uma classe de marginalizados e explorados de nossa sociedade, caracterizada por um capitalismo dependente, associado e excludente. Membros da hierarquia da Igreja católica e os cristãos podem atuar na libertação dos homens, ou seja, buscar o fim da exploração, da miséria, das desigualdades sociais e econômicas presentes no cenário mundial, observadas entre nações, entre classes e nas relações humanas. Essa concepção surge na América Latina, continente majoritariamente composto por países pobres e cristãos, engajados na luta do povo pela libertação.

A Igreja, nesse viés, tem uma relevante função política, embora uma parcela da sociedade e do interior da própria instituição entenda que seu papel não prevê a intervenção na realidade social. No entanto, há uma relação intrínseca e saliente entre a concretude dos fatos e a Igreja, que pode ser a norteadora de profundas mudanças.

Assim, quando surge uma efetiva ligação da Igreja, no Brasil, com a causa do trabalhador rural, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, enxergamos claramente essa nova visão da Igreja quanto ao seu papel e verificamos nesse elo as premissas da Teologia da Libertação.

Essa pastoral, baseada nos preceitos de Medellín (1968) a respeito da pobreza da América Latina, surge em Goiânia, tendo como premissa básica a reforma agrária e tornando-se a voz do trabalhador rural espoliado pelo sistema capitalista. A Igreja passa a vivenciar uma nova fase, com uma visão política de transformação e busca pela justiça social.

A partir da década de 1970, uma parcela progressista da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) posiciona-se a respeito da questão agrária, afirmando que muitos problemas urbanos poderiam ser solucionados a partir de uma redistribuição de terras, ou seja, defendendo a idéia que o rural reflete diretamente no urbano. A Igreja reconhece a importância da terra camponesa e não apenas da propriedade empresarial, como defendia o regime militar.

A reforma agrária é a busca da libertação baseada na justiça social, na igualdade, no fim da fome, da miséria e da opressão. A libertação está estritamente relacionada ao exercício da cidadania. Despertá-la junto ao homem do campo é uma das grandes contribuições da Igreja: o trabalhador rural, ao rever sua condição, sua relação com a sociedade e sua história de vida, conscientiza-se, torna-se ator no processo de transformação social.

Na presente pesquisa, a relação entre setores da Igreja católica no Brasil e trabalhador rural é por nós refletida por meio das representações sociais construídas a esse respeito pelo homem do campo, diante das suas condições de trabalho e de

vida, à reforma agrária e ao exercício da cidadania. Para isso, efetuamos um recorte geográfico que torna Ribeirão Preto – SP o cenário de nossas observações.

Em 1979, a Pastoral da Terra inicia suas ações nesta localidade. A trajetória ribeirãopretana possibilita visualizar a questão agrária próxima ao nosso olhar, em que o trabalhador rural é um dos importantes atores do seu desenvolvimento, marcado pela monocultura do café e da cana-de-açúcar. Ao percorrermos a história local dialogamos com a nacional, desnudando suas especificidades, fornecendo subsídios à explicação e ao conhecimento do todo, contribuindo, assim, com a constante busca da ciência. Por isso, entendemos que é relevante estudarmos, nesta localidade, como a atuação da CPT, auxiliando os trabalhadores rurais em suas lutas, é tratada e avaliada por esses sujeitos.

Por esse viés, delineamos uma outra face da história da CPT: a sua atuação vista, sentida, interpretada, vivenciada pelo homem do campo, ou seja, escrevemos a respeito das atividades da Pastoral da Terra segundo a ótica do trabalhador, da esfera simbólica elaborada por ele.

É por isso que ouvimos as falas dos rurícolas - sujeitos da pesquisa - apreendendo suas representações sociais em relação à pastoral. As representações nos permitiram desvendar a relação existente entre a concretude dos fatos e sua constituição simbólica.

Utilizamos o método da história oral para respondermos as nossas impertinências iniciais, por meio da coleta de histórias de vida de trabalhadores rurais assentados em Ribeirão Preto, que alcançaram parte dos objetivos de sua luta. A fim de enriquecermos nossa investigação coletamos o depoimento do Arcebispo da Arquidiocese de Ribeirão Preto, Dom Joviano de Lima Júnior, e do assessor da Pastoral da Terra desta localidade, Padre Francisco Vannerom.

Procuramos, ainda, apreender a origem e a importância do Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara, sediado no Sítio São José Operário Pau D'alho, desta Arquidiocese. Não buscamos comparações, mas dados que nos permitiram desvelar o contexto por nós estudado e esclareceram particularidades, sendo, portanto, analisados enquanto complemento e não confronto.

Não faz parte dos nossos objetivos apreendermos as propostas de atuação da CPT em nível nacional ou local, pela perspectiva da própria pastoral; por isso, não foram consultados documentos da CPT, embora sejam significativos em um outro foco de análise. Já que nossa investigação se pauta na leitura das ações pastorais na vida dos trabalhadores, a partir das visões desses sujeitos, julgamos necessária e pertinente a delimitação das fontes empíricas por nós utilizadas.

Assim, refletindo a respeito da nossa problemática, concluímos que a história de vida – em que o trabalhador rural de Ribeirão Preto, que teve ou tem relação com a CPT, narrasse seu percurso desde quando criança - seria o caminho mais adequado para analisarmos frustrações, lutas e valores atuais por fatos do passado e perceber a influência da pastoral na conduta de cada um dos indivíduos participantes do estudo, em momentos diferentes de suas trajetórias pessoais.

Cada informante é um agente do enquadramento histórico e seus conhecimentos, muitas vezes, nos remetem a uma categoria, a uma dimensão mais ampla. Sua vida se explica dentro da sociedade, nas relações existentes no mundo externo, nas experiências conjuntas. Não buscamos a veracidade dos acontecimentos, mas suas versões, suas interpretações e suas representações.

As entrevistas seguiram um direcionamento em grandes blocos de perguntas previamente elaborados, sendo as falas registradas no gravador, transcritas e interpretadas.

Estudamos, *a priori*, a conjuntura e, posteriormente, a sua representação. Daí a estreita ligação entre história oral e representações sociais. A linguagem, presente em toda relação social, expressa as diferenças entre a sociedade, o distanciamento entre pobres e ricos, revela o convívio entre os indivíduos, suas lutas, a relação entre os povos e o contexto histórico no qual estão inseridos.

Nossa pesquisa está exposta em duas partes: no primeiro capítulo discutimos o percurso histórico da questão agrária em Ribeirão Preto, entrelaçando-o com a conjuntura nacional. Nesse momento, os relatos de nossos colaboradores possibilitam o entendimento da problemática da terra nos dias atuais, remetendo-nos às ressonâncias diárias em suas vidas. Discutimos, posteriormente, o caminho metodológico percorrido para a elaboração de nossas observações, procurando a transparência que julgamos ser fundamental a toda investigação acadêmica. Em seguida, analisamos a CPT e sua atuação em Ribeirão Preto, segundo as visões e trajetórias dos trabalhadores assentados e as narrações de membros da Igreja local. Os depoimentos e a literatura científica foram, dessa forma, refletidos e apresentados, iluminando a interpretação final.

Enfim, o material proporcionado por esta documentação, carregada de experiências individuais e grupais, permitiu a apreensão de subjetividades, de diversidades, de alianças, levando-nos a captar representações que expressam visões e sentimentos, muitas vezes, concordantes. Tais representações, ao serem percebidas e explicadas, são de significativa importância na busca constante da transformação social.

Esperamos que a nossa pesquisa possa contribuir para a reflexão das injustiças sociais, revelando o cotidiano de brasileiros sofridos, proletarizados,

vítimas de uma história pautada na desigualdade, moldada sob uma ótica parcial, em que há sempre um mesmo vencedor.

Trabalhadores rotulados pela imprensa e valorizados por uma parcela da Igreja. Gente comum que busca o acesso a terra, em uma região historicamente formada por uma elite agrária, envolta em usinas de cana-de-açúcar, onde constantemente se ventilam os benefícios e os progressos advindos do agronegócio. Nesse espaço delimitado, homens e mulheres, pouco a pouco, alcançam direitos e caminham para mais conquistas, evidenciando que a modificação das estruturas vigentes pode efetivamente ocorrer a partir das ações do próprio povo.

Entendemos que a academia também pode trazer subsídios para tais sujeitos, sendo um proeminente berço de estudos que estimulam e embasam projetos em dimensões diversas, que poderão levar ao avanço nas relações de trabalho e de vida do ser humano, primando pela dignidade e cidadania. Esta, a nosso olhar, é uma das mais relevantes contribuições de um pesquisador à sociedade.

## **1 O CENÁRIO, OS ATORES E O CAMINHO: A HISTÓRIA DE RIBEIRÃO PRETO NA PERSPECTIVA DA TEMÁTICA AGRÁRIA**

A toda a pessoa humana, Deus oferece o dom de seu amor como se fosse única. [...] Este amor anuncia uma sociedade na qual todos os seres humanos sejam reconhecidos como sujeitos da mesma dignidade essencial, sem discriminação alguma. [...] As necessidades básicas dessa existência devem inclusive ter prioridade nas opções da sociedade.

(Pierre Bigo; Fernando Bastos Ávila)

## 1.1 O cenário

No dia 14 de setembro de 2006, um dos principais periódicos da cidade de Ribeirão Preto noticia:

Integrantes do MST realizaram ontem uma longa caminhada em Ribeirão Preto para comemorar a conquista de suas glebas na Fazenda da Barra, localizada na região leste do município, próxima ao bairro Ribeirão Verde.

O INCRA entendeu que a área estava improdutiva e autorizou esta semana o assentamento das famílias sem-terra que estão acampadas na fazenda há cerca de dois anos. A passeata de comemoração saiu do Acampamento Mário Lago, novo nome dado ao local, rumo à Igreja Catedral.

[...]

Na Catedral, os integrantes do movimento foram recebidos por seis padres de Ribeirão Preto.

A marcha dos sem-terra foi abençoada pelo padre Francisco Vaneron, da Paróquia Santa Teresinha.<sup>1</sup>

Nosso trabalho, que tem como temática central a relação entre questão agrária e Igreja, tem Ribeirão Preto – a *Capital do Agronegócio* - como o espaço de nossas impertinências e considerações.

Acreditamos que a reflexão de particularidades inerentes ao contexto regional nos permite conhecer aspectos próprios de um determinado cenário e perceber, com maior nitidez, a trajetória local e dos seus atores, que são frutos da sociedade e da economia em que estão inseridos. Esse olhar, próximo à realidade do pesquisador, possibilita uma maior aproximação e identificação deste com o objeto e os sujeitos de sua investigação, e a realização de um estudo que não seja apenas focado nos centros hegemônicos.

Ribeirão Preto é, hoje, um dos pólos mais significativos de produção de açúcar, álcool e suco de laranja, do país, o que levou ao êxito as festas e feiras agropecuárias locais (FEAPAM e AGRISHOW), que movimentam a cidade, inclusive

---

<sup>1</sup> QUESTÃO agrária. Sem-terra faz passeata. **Jornal A Cidade**, Ribeirão Preto, 14 set. 2006. p. A4.

o setor hoteleiro. No entanto, a agroindústria de cana-de-açúcar é o cenário no qual o município nos evidencia e nos permite ponderar a respeito da intensificação do capitalismo no campo, com suas tecnologias e seus impactos na vida do trabalhador rural.

Um expressivo contingente desse segmento - temporários, sem-terra, trabalhadores rurais proletarizados - coexiste em Ribeirão Preto e nas cidades circunvizinhas, entre usinas de cana-de-açúcar e sofisticados implementos agrícolas. A terra fértil norteia historicamente o desenvolvimento local, projeta homens na esfera política, define classes sociais e relações de trabalho.

Assim, a análise da trajetória ribeirãopretana possibilita visualizar a questão agrária em suas nuances ambientadas em um determinado destino. Ao percorrermos a história local dialogamos com a nacional, desnudando suas diferentes faces e fornecendo subsídios à constante busca pelo conhecimento do todo - a grande meta da ciência.

Acreditamos que o conhecimento da referida conjuntura, que dialoga constantemente em uma dimensão nacional - confirmando-a, desvelando especificidades, questionando-a, contribui de forma relevante para o entendimento da problemática da terra e seus desdobramentos, tão atuais e repletos de permanências.

A questão agrária é a problemática que envolve o homem e a terra: as relações sociais e de trabalho, os meios e as formas de produção e a distribuição das propriedades rurais, ou seja, um tema abrangente, que urge reflexão, discussão, propostas e ações.

A história do Brasil, a partir do século XVI, é marcada por uma estrutura fundiária concentracionista, da qual surgem riquezas e poder político. O

desenvolvimento da agricultura voltada ao mercado externo e estruturada em latifúndios fomenta o crescimento de uma parcela enriquecida da população e também das cidades, mas, ao mesmo tempo, acelera a proletarianização do trabalhador rural, que se torna, em sua maioria, migrante, sem terra, sem teto, sem direitos trabalhistas.

O mesmo homem que se submete a árduas jornadas de trabalho - algumas vezes retratado pela imprensa como protagonista de mortes por exaustão - é distanciado da família, dos laços culturais, das formas de subsistência e da terra, um bem teoricamente comum. Esta realidade é mais uma das distorções causadas pela expansão do capitalismo, que precisa ser reavaliado e norteado pelo social em primeira instância.

A questão agrária presente em Ribeirão Preto (SP), assim como na conjectura nacional, possui raízes históricas. As várias faces do desenvolvimento do município desenharam enquadramentos diferentes que se somaram no decorrer das décadas, gerando o panorama socioeconômico que hoje se apresenta nessa localidade.

Assim, faz-se necessário (re)pensarmos os diversos períodos da história de Ribeirão Preto para apreendermos peculiaridades do seu crescimento, que se evidenciam historicamente e se esboçam, em um continuísmo de traços comuns, em tempos cronologicamente diferentes, no mundo rural e urbano, tão distintos e atrelados.

A escolha de Ribeirão Preto para o cenário de nossas observações justifica-se na medida em que, a partir do século XIX, a cidade torna-se grande produtora de café, transformando-se em um destaque nas exportações brasileiras. Apesar da crise de 1929, esse cultivo persiste até 1960, coexistindo com a policultura e com a

intensificação paulatina do setor de comércio e serviços, sendo substituído pela monocultura de cana-de-açúcar, que se estrutura, mais tarde, em agroindústria açucareira.

A ocupação de Ribeirão Preto, analisada com riqueza pelo historiador José Antonio Lages, na obra *Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro*, ocorre na primeira metade do século XIX, fruto da decadência da mineração, que transforma o estado de Minas Gerais em grande produtor agropecuário voltado ao abastecimento do mercado interno. Os mineiros deslocam-se para o Oeste Paulista, à procura de terras devolutas e consumidores, iniciando o povoamento desta região. Um dos pioneiros é Simão da Silva Teixeira, migrante de Minas Gerais, fundador de São Simão, cidade limítrofe de Ribeirão Preto. Em São Simão, no censo de 1835, há referências à família Reis de Araújo, também de origem mineira, primeiros posseiros da Fazenda Figueira, ponto inicial da ocupação de Ribeirão Preto.

Segundo Lages (1996), em 19 de junho de 1856 é demarcada legalmente uma área da Fazenda Barra do Retiro (anteriormente incorporada à fazenda Figueira), doada à Igreja, sendo tal data, por isso, considerada como a fundação da cidade. Nesse local é erguida uma capela, onde atualmente funciona a Prefeitura Municipal, denominada Capela de São Sebastião da Barra do Retiro. Posteriormente, é construída uma nova Igreja, situada na atual Praça XV de Novembro. Nesse enquadramento histórico, o referido autor afirma a existência de vários migrantes mineiros na localidade, tendo como base econômica a agropecuária.

Durante o século XIX, a monocultura cafeeira é a principal geradora de divisas ao Brasil, que direciona suas exportações aos mercados norte-americano e europeu. Inicialmente produzido no Norte do país, passando pelo Rio de Janeiro e

Vale do Paraíba (1770), seguindo pelo denominado Oeste Velho (Campinas, 1807-1809), o café chega ao chamado Oeste Novo, onde se localiza Ribeirão Preto (1870-1880).

Maria Angélica Momenso Garcia<sup>2</sup>, na obra *Trabalhadores rurais em Ribeirão Preto*, explica que o café é responsável, nesse momento, pela migração de produtores rurais, sobretudo do Vale do Paraíba, São Paulo e Campinas, para Ribeirão Preto, devido ao esgotamento dos solos nessas regiões. Assim, por volta de 1870, a terra roxa de origem basáltica permite que a cidade passe a ter suas primeiras fazendas de café.

Muitas são as famílias proprietárias de terras na cidade que se voltam à produção cafeeira, como a de João Franco de Moraes Octávio, Henrique Dumont, família Junqueira e Lunardelli, entre outras. Os proprietários agrícolas, em geral, também investem nas ferrovias, a fim de solucionar o problema do transporte resultante da interiorização da cultura cafeeira. Assim, a Mogiana, inaugurada em 1872, chega a Ribeirão Preto em 1883, ligando-a aos principais centros econômicos de São Paulo e tornando-se um fator de atração de novos proprietários rurais para o município.

Entre os anos de 1890 e 1920, Ribeirão Preto destaca-se nacionalmente na produção de cafés finos, o que reflete em seu desenvolvimento. Nesse recorte temporal, observa-se o surgimento do Teatro Carlos Gomes, Teatro Pedro II, Sociedade Recreativa e de Esportes, a instalação de cervejarias, como a Companhia Antártica Paulista, e a choperia Pingüim, além de outros aspectos que demonstram o enriquecimento local.

---

<sup>2</sup>GARCIA, Maria Angélica Momenso. **Trabalhadores rurais em Ribeirão Preto**: trabalho e resistência nas fazendas de café (1890-1920). Franca: FHDSS-UNESP : Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História local, 6)

Um dos entraves encontrados pelos cafeicultores, no século XIX, foi o término da escravidão. A substituição da mão-de-obra escrava pela livre, representada, sobretudo pelo imigrante europeu, vivenciada por Ribeirão Preto e por outras localidades, nos faz pensar a respeito da trajetória fundiária do país.

A cidade tem sua ocupação e desenvolvimento inicial ligados a terra, assim como ocorre na realidade brasileira: colônia de exploração com objetivo de abastecimento do mercado europeu, estruturada em latifúndios e monocultura, com utilização de mão-de-obra escrava.

De 1500 a 1930 o Brasil é considerado como uma grande empresa extrativa, integrada na engrenagem do sistema mercantilista, explorada em função da metrópole e destinada a fornecer produtos primários para abastecer os centros econômicos da Europa.<sup>3</sup>

A questão fundiária no Brasil está atrelada ao processo de colonização. Em 1375, o rei Dom Fernando I decreta a primeira Lei de Sesmarias, determinando que os donos de terras ociosas devam cultivá-las ou transferi-las a terceiros que as tornassem produtivas, para que a terra cumprisse sua função: produzir. O não cumprimento da referida lei implica confisco da propriedade, retornando-a ao bem comum. As terras devolutas são, portanto, áreas devolvidas ao rei pelo fato de os possuidores não terem cumprido suas obrigações.

Sesmeiro é originalmente o encarregado de fazer a distribuição das terras (14 capitanias hereditárias) e, posteriormente, passa a ser a designação para o beneficiário das mesmas.

A Lei de Sesmarias, de 1536, tem modificações, passando a exigir o Foro, um imposto a mais. Com isso, muitas pessoas não declaram a quantidade de terras sob seu domínio, para se isentarem das taxas, e o governo perde o controle sobre as

---

<sup>3</sup> SILVEIRA, Ubaldo. **Reforma agrária**: a esperança dos “sem-terra”. Franca: FHDSS-UNESP, 2003. p. 19.

áreas rurais existentes. A sesmaria não confere a posse, apenas o domínio da terra. Primeiramente, recebe-se o título de sesmeiro, para depois poder cultivar o espaço em questão.

Assim, as capitanias hereditárias são a primeira forma de distribuição de terras no Brasil. As terras ocupadas pelos nativos, cumprindo sua função social, passam a ser de domínio da Coroa Portuguesa. Esta as concede a donatários que nelas cultivam, sobretudo, cana-de-açúcar, pagam impostos ao Rei, propagam o catolicismo e podem outorgar sesmarias a terceiros, para que também cultivem os produtos com destino certo no mercado europeu. Segundo Mitsue Morissawa: “Até pelo menos o século XVIII não podiam receber sesmaria os que não fossem brancos, puros de sangue e católicos. Assim, os hereges, os índios, os negros, os mouros e os judeus não podiam ter terra no Brasil.”<sup>4</sup>

As sesmarias fomentam a concentração de terras, a monocultura para exportação, a manutenção de técnicas rudimentares e o fortalecimento do poder político dos sesmeiros.

A colonização brasileira planta a exclusão, a desigualdade. A terra vai se desenhando na história do país como um objeto, uma mercadoria que adquire a representação de poder, que marca a diferença entre pobres e ricos e define as relações de trabalho.

Em 1759, findam-se as capitanias hereditárias, já que a falta de recursos dos donatários, principalmente, leva ao insucesso o referido sistema. O regime de sesmarias, confuso e questionável, vigora no Brasil até 1822. Nesse contexto, o poder do fazendeiro mede-se pela quantidade de mão-de-obra escrava e não pela extensão de terras que possui.

---

<sup>4</sup> MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.p.58.

Após a suspensão do sistema de sesmarias, passa a vigorar o regime de posse. O posseiro, ao contrário do sesmeiro, inicialmente explora uma área para depois legalizá-la como sua, e tal posse registra-se nos documentos da Igreja.

De acordo com Morissawa, os sesmeiros adquirem terras conforme o aumento da família e tornam-se latifundiários. As áreas que não estão nessa condição são ocupadas por posseiros que começam a ser expulsos devido à expansão cafeeira e à crescente valorização da terra, legitimada pela Lei de 1850.

Com o advento da mão-de-obra livre, protagonizada pelos imigrantes europeus, a terra passa a ser mercadoria, por meio da chamada Lei de Terras (1850). Dessa forma, o acesso aos terrenos se dá por meio da compra, o que impede os imigrantes de se tornarem proprietários com a posse de áreas devolutas. Em decorrência da referida Lei, verificamos não o surgimento, mas a efetivação de um processo antes embrionário que agora emerge com notória intensidade, a chamada questão agrária, ou seja, o distanciamento homem do campo – terra e suas implicações.

Segundo Maria Angélica Momenso Garcia<sup>5</sup>, a Lei de Terras não contempla totalmente seu propósito, já que não são delimitadas todas as áreas existentes. No entanto, em 1900, um novo decreto é efetivado para o estado de São Paulo, conseguindo evitar a posse de terras pelos imigrantes europeus.

Assim, como relata José de Souza Martins<sup>6</sup>, em *O cativo da terra*, o ex-escravo entende o trabalho como negação da liberdade, sendo necessário o advento de uma mão-de-obra com outra mentalidade, na qual o capitalista pode ter na idéia do trabalho a sua forma de coerção. O imigrante é atraído pela propaganda

---

<sup>5</sup> GARCIA, op. cit., 1997.

<sup>6</sup> MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

de um Brasil com muitas terras, onde o capital acumulado por seu trabalho, na lavoura de terceiros, seria responsável pela obtenção de uma futura propriedade.

A Lei de Terras criou barreiras legais a que um princípio básico do antigo regime sesmarial continuasse vigindo: a livre ocupação da terra por aqueles que dela necessitassem. Enquanto o acesso à terra foi limitado aos que eram livres, não havia prejuízos à produção agrícola nas grandes fazendas, pois isso era feito por trabalho escravo. Se a escravidão terminasse, os trabalhadores fossem livres e a terra continuasse livre, a chamada grande lavoura, como a de cana ou de café, entraria em colapso e com ele os fazendeiros: provavelmente, os trabalhadores optariam por trabalhar para si mesmos e não para os fazendeiros. Para que o trabalho livre se difundisse era necessário, portanto, instituir normas restritivas de acesso a terra, de forma a criar artificialmente excedentes populacionais obrigados a trabalhar para os grandes fazendeiros como meio de sobreviver.<sup>7</sup>

O mesmo autor sublinha que, antes da mão-de-obra imigrante, já há trabalhadores livres no Brasil, os negros libertos e ex-escravos indígenas; porém, tais presenças não significam o fim do modelo escravista de produção. Com o término definitivo da utilização de mão-de-obra escrava, busca-se a força de trabalho do imigrante europeu, o que não representa mudanças relevantes, já que a economia cafeeira também está fundamentada na monocultura, no mercado externo, nos latifúndios e na mão-de-obra estrangeira.

Cabe pontuar que capital é o produto do trabalho assalariado, por isso a terra não é capital, mas sim um bem finito, que não pode ser reproduzido ou criado pelo trabalho. A terra produz frutos que geram lucros, porém, nesse percurso histórico, passa a ser avaliada como mercadoria, como instrumento de especulação capitalista.

Martinho Prado Júnior, conhecido como Martinico Prado, proprietário agrícola em Ribeirão Preto, em 1886, juntamente com outros cafeicultores paulistas, montam a “Sociedade Promotora da Imigração em São Paulo”. Por intermédio dessa Sociedade, são contratados inúmeros trabalhadores rurais, sobretudo italianos. Nas

---

<sup>7</sup> MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000, p. 138.

palavras de Pierre Monbeig, verifica-se a influência econômica e política de Martinico Prado e de sua família em Ribeirão Preto, tanto em nível estadual como nacional:

Deputado à Assembléia provincial, nela podia defender os interesses dos fazendeiros. Seu irmão Antônio foi ministro da Agricultura, no fim do Império, prefeito de São Paulo, banqueiro, fazendeiro, comissário de café, e dirigiu a Companhia Paulista durante trinta anos. Desposara uma de suas irmãs um diplomata brasileiro: outra casou-se com um fazendeiro, igualmente político e negociante de café. Assim, estava a família Prado bem situada nas posições-chaves do movimento pioneiro – a terra, o comércio, o banco, os meios de transporte, a organização da mão-de-obra, o poder político – graças aos postos ocupados por seus membros e por suas alianças com famílias similares.<sup>8</sup>

A terra concentra-se nas mãos da chamada oligarquia cafeeira, detentora não só das propriedades, mas também das decisões na esfera política. Terra e poder se mesclam. A terra deixa de cumprir sua função social, cria desigualdades e destina-se ao enriquecimento de apenas uma parcela da população.

Em Ribeirão Preto, os proprietários agrícolas utilizam o sistema de colonato na lavoura de café. Os colonos e sua família têm a responsabilidade de cultivar um determinado número de pés de café e podem plantar entre os cafeeiros outros gêneros, como milho, arroz e feijão, destinados ao seu sustento e ao comércio de excedentes. Os capitalistas pagam a arroba de café colhida e os imigrantes possuem moradia e terra para o plantio de produtos de subsistência. Como a primeira colheita de café demora em torno de quatro a seis anos, esses *benefícios* evitam a evasão dos colonos.

De acordo com a análise de José de Souza Martins, em *O cativo da terra*, os colonos pagam com o café colhido o direito de usar as terras da fazenda e, dessa forma, a riqueza dos proprietários rurais forma-se rapidamente.

---

<sup>8</sup> MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França; Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Polis, 1984, p. 141.

Ribeirão Preto é, no início do século XX, um dos principais pólos econômicos paulistas, devido à sua elevada produção cafeeira, responsável por seu título de “Eldorado do Café” e pela formação de uma elite com visibilidade política. Estimulada pela prosperidade dos negócios, a classe dominante brasileira, representada, sobretudo, pelos cafeicultores, procura assimilar os padrões europeus revelados nas roupas e na arquitetura, ou seja, ostentando a riqueza que o café traz a uma pequena parcela da população.

A riqueza, polarizada na concentração de terras e no cultivo de um único produto para exportação, molda uma *nova* Ribeirão Preto, dando-lhe títulos que representam progresso, isto é, o desenvolvimento que convive com uma parcela de trabalhadores rurais que não desfrutam dos benefícios advindos da lavoura em que atuam como protagonistas, cotidianamente.

O café é exaltado, muitas vezes, pela historiografia e pelos habitantes da cidade, como a alavanca do seu crescimento, mas a outra face do processo, o homem do campo, é colocado em uma dimensão menor de preocupação. Essa realidade local e nacional pode ser vista, inclusive, no fato de os homens do campo somente passar a desfrutar dos direitos trabalhistas após 1963, com o surgimento do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) – Lei n. 4.214, promulgado pelo Presidente João Goulart.

Rubem Cione e José de Pedro de Miranda, memorialistas de Ribeirão Preto, a este respeito sublinham:

Não resta dúvida que o café foi a mola propulsora do grande progresso cultural de Ribeirão Preto. A cidade cresceu em torno do café e pelo café chegou a ser conhecida não só no Brasil, fazendo com que muitos procurassem aqui fazer residência, mas também na Europa, onde levas de imigrantes [...] para aqui voltassem suas vistas, e, sobretudo, para o chamado mundo do dinheiro e dos bons divertimentos.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> CIONE apud TONETTO, Sandra Márcia. **A política econômica de Getúlio Vargas e a crise do café em Ribeirão Preto (1930-1945)**. 2000. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000, p. 56.

O ciclo do café foi não apenas responsável pela nossa economia, como foi o grande responsável pelo progresso de outros setores, assim sendo não devemos esquecer: político-administrativo; artístico (teatros e cassinos); ensino-científico; cultural; arquitetônico, em suma a própria fama: que teve não apenas pelo Brasil, mas até no Velho Mundo.<sup>10</sup>

Cumpramos ressaltar que os direitos trabalhistas são estendidos aos rurícolas desde 1943, porém sem serem colocados em prática. Essas leis são de fato incorporadas ao meio rural após a criação do ETR, apesar do estatuto somente se dirigir aos trabalhadores rurais assalariados. O ETR, então, já consiste em um avanço junto a esses sujeitos, mesmo apresentando limitações em seu texto:

[...] estendia as leis trabalhistas aos trabalhadores rurais e regulamentava os sindicatos rurais, segundo linhas corporativas tradicionais, dentre elas, o registro burocrático da unidade sindical pelo Ministério do Trabalho.

[...] A lei de 1963 foi o instrumento mais importante para a polarização das lutas destes trabalhadores.<sup>11</sup>

No entanto, o ETR é interpretado por muitos rurícolas como uma estratégia governamental de controle da ação dos sindicatos da categoria, o que estimula a organização e o crescimento de tais associações no país, desvinculadas do Estado. Como um forte exemplo, há o surgimento, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

A elite dominante resiste às diretrizes agora vigentes e observa-se um intenso processo de expulsão do homem do campo e recusa ao cumprimento dos direitos trabalhistas, culminando em um significativo êxodo rural e, conseqüentemente, inchaço das periferias urbanas.

---

<sup>10</sup> MIRANDA apud TONETTO, op. cit., p. 56-57.

<sup>11</sup> SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 64.

Conforme Maria Aparecida de Moraes Silva:

[...] o empregador é obrigado a pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais. Eis um ponto que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isso é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo tal raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão destes trabalhadores das fazendas. Este estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores; ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho.<sup>12</sup>

Em suas reflexões sobre o Direito Agrário, Elisabete Maniglia nos explicita a permanência do desfavorecimento que os trabalhadores rurais vivenciam no cenário brasileiro e arremata:

O empregado rural traz na sua constituição todo amparo do Direito do Trabalho, sendo igualado ao urbano, na teoria legal; porém, na prática são muitos os empregados que sequer têm carteira assinada. Procuram a maioria dos empregadores intimidar a geração de empregos, sob a alegação de que os custos para sua manutenção são muito altos e que a máquina conduz as atividades de forma mais rápida e mais econômica. Sem falar no vínculo empregatício que sempre é negado sob o argumento que o trabalho é eventual. Por conclusão temos um trabalhador rural desamparado que busca seus direitos sempre através da jurisdição.<sup>13</sup>

Assim, o homem do campo, parte fundamental do processo produtivo e da criação de riquezas, é alijado, até este momento, sobretudo, da esfera política que se mostra intrinsecamente ligada a terra. O percurso histórico de Ribeirão Preto nos permite verificar tal realidade, ou seja, que a estrutura fundiária baseada em grandes propriedades rurais e na economia de exportação tem estreita ligação com o cenário político, que as elites surgem e permanecem ligadas, muitas vezes, ao mundo rural,

---

<sup>12</sup> SILVA, op. cit., p. 64.

<sup>13</sup> MANIGLIA, Elisabete. **O trabalhador rural sob a ótica do direito agrário: uma opção ao desemprego no Brasil**. Franca: FHDSS-UNESP, 2002, (Dissertações e teses, n. 9), p. 160.

e que os trabalhadores do campo estão sempre à margem do progresso, inclusive no tocante às Leis Trabalhistas.

Dessa forma, a cidade espelha a conjuntura nacional: a classe dominante possui seus interesses defendidos, o que se estende contemporaneamente. Como no exemplo da família Prado, outros latifundiários são, até 1930, os dirigentes do estado de São Paulo.

A glória do café marcou o passado, quando a atual Califórnia foi o “Eldorado”. Ribeirão Preto – a terra da promessa cantada por Martinho Prado Júnior, no final do século XIX – transformou-se no coração da economia cafeeira, sustentáculo da economia nacional de onde saíram não só o produto, como também governantes estaduais e federais.<sup>14</sup>

Mais uma vez, percebe-se o elo entre latifúndio e poder político, o que é ainda mais saliente antes de 1930, na denominada política do coronelismo, representada em Ribeirão Preto, por exemplo, pelas figuras de Francisco Schimdt e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, que disputam e se revezam no poder político local.<sup>15</sup>

A crise de 1929 marca o declínio da cultura cafeeira, porém não o seu desaparecimento das lavouras ribeirãopretanas. No entanto, é notável a diminuição dos pés de café plantados nas propriedades agrícolas locais durante o governo de Getúlio Vargas, o que permite relacionar esse fato à sua política, que não teria solucionado a crise da cafeicultura.

No final da década de 1920, a lavoura de café entra em crise, o que pode ser explicado pela conjuntura global: a quebra da Bolsa de Nova Iorque, a Primeira Guerra Mundial, a superprodução estimulada pela política valorizadora de Washington Luís e a monocultura. A estagnação que se abate na produção cafeeira

<sup>14</sup> GUIMARÃES, Dulce M. P. **A celebração da modernidade**: a feira e a festa nas exposições agropecuárias do nordeste paulista. Franca: FHDSS-UNESP : Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997, p. 17, grifo do autor.

<sup>15</sup> Cf. AMORIN, Galeano (Org.). **Os desbravadores**. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001.

nacional é vivenciada em Ribeirão Preto, que acredita na Revolução de 1930 como um meio de recuperação da situação de crise.

Em 1960, o Instituto Brasileiro de Café estimula somente a produção de cafés finos em Ribeirão Preto, que conta com mercado externo garantido, sendo os de má qualidade erradicados das fazendas, a partir de um financiamento do Estado, proposto pelo mesmo órgão. O café, portanto, perdura na cidade até a década de 1960, mas não mantém seu lugar de destaque nas exportações brasileiras.

A diversificação da economia é a maneira pela qual Ribeirão Preto, mais tarde, reergue-se financeiramente. A princípio, por exemplo, os agricultores substituem os cafeeiros pelo cultivo do algodão e do milho. Com a decadência das exportações de algodão, as terras ocupadas por essa cultura são, em muitas propriedades, substituídas pela pecuária e pela cana-de-açúcar, encontradas em menor quantidade na região.

Ubaldo Silveira sublinha a redistribuição de terras nesse enquadramento, reflexo da queda do valor das propriedades devido à crise da cafeicultura. Assim, afirma: “A monocultura cede lugar à policultura e o imigrante, que soube ou pôde economizar, instala-se.”<sup>16</sup>

No entanto, não há somente a diversificação de cultivos agrícolas, mas também um crescimento nos setores de comércio e serviços, que são hoje relevantes na cidade, verificando-se um marcante aumento da população urbana.

Cabe ressaltar que, na década de 1940, período de crise cafeeira, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) funda as Ligas Camponesas e a reforma agrária passa a ser debatida em nível nacional, acirrando as tensões entre latifundiários e trabalhadores. A temática já tinha estado em pauta durante o tenentismo, na década

---

<sup>16</sup> SILVEIRA, Ubaldo. **Igreja e conflito agrário**: a Comissão Pastoral da Terra na região de Ribeirão Preto. Franca: FHDSS-UNESP, 1998, p. 50.

de 1920, em que se relacionava latifúndio, coronelismo e atraso político. Mas, ao longo das décadas, a redistribuição de terras torna-se um tema presente, tanto nas universidades como na mídia, entre os partidos políticos e até mesmo na Igreja.

Ao rememorarmos a participação da referida instituição na história do Brasil, devemos lembrar que Portugal o coloniza com o apoio da Igreja Católica. Os escravos trazidos do continente africano são batizados e comercializados com a ciência do Apostolado. O Papa concede o direito de Padroado aos reis católicos, que passam a responder pelo campo religioso nas colônias. Decisões como a criação de dioceses e nomeação de padres e bispos são, dessa forma, tomadas pela Coroa Portuguesa, que sustenta a estrutura religiosa local. Tal fato leva a Igreja, aos poucos, a perder o controle sobre os acontecimentos de sua competência e a se reorganizar. A separação entre Estado e Igreja se dá, bem mais tardiamente, com a Proclamação da República.

No entanto, a Igreja, evitando o avanço comunista, passa a atuar em favor da reforma agrária, na década de 1950, posto que a mesma vivencia um período de constantes tensões no meio rural. Suas primeiras ações surgem de uma pastoral idealizada por Dom Inocêncio, Bispo de Campanha (MG). Tal postura da Igreja é alterada a partir de 1975, com a criação da CPT, fato em que nos aprofundaremos posteriormente.

O PCB, concomitante ao posicionamento reacionário da esfera católica, segundo Leonilde Sérvolo de Medeiros (2003), em *Reforma agrária no Brasil*, entende a reforma agrária como um processo de eliminação do latifúndio, inspirando-se nas diretrizes da Internacional Socialista. Francisco Julião, principal líder das Ligas Camponesas, acredita que a reforma agrária seria a travessia para o advento do socialismo no Brasil, e o trabalhador rural, a alavanca da implantação do

sistema. A turbulência do momento histórico faz com que a Igreja Católica se posicione a esse respeito, a fim de evitar o avanço socialista no país.

A autora salienta o fato dos proprietários de terras pregar a importância da modernização da agricultura, inclusive para melhorar as condições de trabalho do homem do campo, buscando apoio do Estado e da indústria para a manutenção dos latifúndios. A reforma agrária é discutida sob vários ângulos, interpretações e interesses. É relevante notarmos que as justificativas nesse sentido, exaltando os benefícios do agronegócio, são bastante atuais e constantemente ventiladas pela imprensa, o que, na região de Ribeirão Preto, é freqüentemente concebido como prosperidade.

Assim, movimentos de luta pela terra eclodem nas décadas de 1950 e 1960. Sobre eles, Ubaldo Silveira observa: “[...] é preciso deixar claro que até esse momento os trabalhadores rurais insistem por melhores salários, serviços sociais, escola, água e estradas. Porém, a luta pela Reforma Agrária foi ainda bastante incipiente.”<sup>17</sup>

Tais movimentos impulsionam a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), conforme anteriormente citado, que, ao regularizar o trabalho no campo com os direitos trabalhistas, estimula o êxodo rural, fato que se agrava com a aceleração do processo de mecanização do campo. No entanto, o Presidente João Goulart debate a necessidade da reforma agrária no país e faz referência à função social da terra dentro da proposta “Reformas de Base”, o que, entre outros aspectos de seu governo, levam a um Golpe de Estado.

O período do governo militar no Brasil (1964 a 1984), que prioriza os interesses da classe dominante e se apresenta ao povo como imparcial, acentua o

---

<sup>17</sup> SILVEIRA, 2003, op. cit., p. 22.

distanciamento do trabalhador rural com a terra, censurando e repreendendo as idéias contidas nas elaborações das “Reformas de Base” e promovendo uma intensa mecanização do campo, com a conseqüente expulsão e o empobrecimento da referida categoria.

Dentro do contexto supracitado é promulgado pelo Presidente Marechal Castelo Branco, em 1964, o Estatuto da Terra (ET) – Lei n. 4.504, um instrumento que aproxima a produção agrícola ao desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo em que faz referência à concepção tomista da função social da propriedade e a justiça social.

A função social da propriedade, também presente na Constituição de 1988, pode ser verificada na encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e em outros documentos papais de Pio XII, João XXIII, Paulo VI e João Paulo II, todos fundamentados no pensamento social da Igreja. Ao se referir à função social da propriedade, o ET coloca que a terra deve produzir para a alimentação do ser humano e para o bem-estar da comunidade, não devendo estar improdutiva.

O ET, embora se remeta ao princípio da justiça social, não a define claramente. Assim, como função social da propriedade, a justiça social é um termo presente em documentos eclesiais, sendo utilizado pela primeira vez no pontificado de Pio XI, que prega a repartição das riquezas, o bem-estar do ser humano, o fim da desigualdade social e do distanciamento entre ricos e pobres.

João XXIII assinala, na Encíclica *Mater et Magistra*:

Nesta ordem de coisas, é preciso ter presente o princípio formulado por Pio XI na Quadragésimo Anno: é totalmente falso atribuir somente ao capital ou somente ao trabalho o que de fato é produto do esforço conjugado de ambos, como é absolutamente injusto que uma das partes, negando a eficiência da outra, reivindique para si a totalidade dos frutos.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. In: \_\_\_\_\_. **Encíclicas e documentos sociais** – da *Rerum Novarum* a *Octogesima Adveniens*. São Paulo: Edições LTr, 1972, n. 76.

O estatuto não é aplicado, mas o teor do seu texto pretende calar a turbulência no campo, evitando as organizações e conflitos no meio rural. Isso é claramente demonstrado pelos dados apontados por Morissawa: “De 1965 até 1981, foram realizadas 8 desapropriações em média por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos por terra anualmente.”<sup>19</sup>

Contraditoriamente aos princípios da função social e da justiça social empregados pelo ET, este, ao definir as propriedades agrícolas a partir do conceito de módulo rural<sup>20</sup>, enfatiza a importância da empresa rural para a economia, fomentando o agronegócio, entrelaçando o grande capital indústria-agricultura e excluindo do processo centenas de trabalhadores rurais desempregados e sem recursos financeiros para ter uma agricultura nesses moldes.

A região de Ribeirão Preto tem como repercussão o surgimento da “fábrica de açúcar no campo”, conforme denominação de Ubaldo Silveira, culminando em um expressivo êxodo rural no qual os trabalhadores, sem qualificação profissional, sem moradia, tornam-se volantes, desempregados, migrantes.

Paulatinamente, delineia-se em Ribeirão Preto o complexo agroindustrial sucroalcooleiro. Segundo Paulo Fernando Del Duca, em *As transformações socioespaciais em Viradouro* observa-se na referida região o surgimento de oficinas e fábricas geradoras de produtos que, entre outros aspectos, se entrelaçam à agricultura da localidade, levando aos poucos à modernização do campo e à ampliação dos cultivos de exportação.

---

<sup>19</sup> MORISSAWA, op. cit., p.100.

<sup>20</sup> “Minifúndios (propriedades com área inferior a um módulo rural e, portanto, incapazes, por definição, de prover a subsistência do produtor e de sua família); latifúndios por exploração (imóveis com área entre 1 e 600 módulos, caracterizados pela exploração em níveis inferiores à média regional); latifúndio por extensão (com área superior a 600 módulos rurais, independentemente do tipo e das características da produção nela desenvolvida) e empresas (imóveis entre 1 e 600 módulos caracterizados por um nível de aproveitamento do solo e de racionalidade na exploração, compatíveis com os padrões regionais, o cumprimento da legislação trabalhista e a preservação dos recursos naturais.” MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente), p. 23.

Tal processo inicia-se com o advento de tecnologias agrícolas (tratores, produtos químicos) e culmina em uma junção do capital industrial com o do meio rural, numa perspectiva de integração. Daí, após a década de 1970, configura-se o Complexo Agroindustrial (CAI) na agricultura do centro-sul do Brasil, já que parte da indústria volta-se para a produção de insumos destinados à lavoura. Elite, Estado e capital externo formam o tripé que sustentam esse cenário.

A mecanização do campo, ocorrida em esfera nacional e local, implica, ainda, aumento da população urbana, acompanhada de um intenso crescimento demográfico, fato que ressoa na demanda de alimentos e na necessidade da importação de determinados gêneros. “Isso transforma inteiramente os espaços definidos antes como rurais e urbanos e repercute na valorização de terras agrícolas e dos espaços urbanos, propiciando ganhos para aqueles que detêm patrimônios imobiliários.”<sup>21</sup>

Dentro dessa conjuntura, como assinalam Thomas Walker e Agnaldo de Souza Barbosa, na obra *Dos coronéis a metrópole*, na década de 1960 é possível verificar, no discurso da imprensa ribeirãopretana, como o periódico *Diário da Manhã*, relatos embutidos de valores que remetem a cidade à condição de metrópole, o que é incorporado pela esfera política e pode ser exemplificado na proposta do deputado João Gilberto Sampaio, em 1978, da transferência da capital do estado para o município. O grande êxodo rural ocorrido, principalmente na década de 1960, em Ribeirão Preto, causa um crescimento desordenado da população urbana, com o início da favelização pelo bairro Tanquinho, sendo a mendicância, nas décadas posteriores, 1970 e 1980, o grande problema social da cidade.

---

<sup>21</sup> DEL DUCA, Paulo Fernando. **As transformações socioespaciais em Viradouro**: o complexo agroindustrial sucroalcooleiro nos bairros periféricos e a habitação. 2004. 169 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2004, p. 27.

Concomitantemente, a região de Ribeirão Preto apresenta um crescimento significativo em sua produção de açúcar e álcool e um aumento expressivo das grandes propriedades rurais:

[...] uma das usinas instaladas na região, é hoje uma das ou a maior delas, em 1946 produzia 4.020 sacos de 60 Kg de açúcar, oito anos depois, 1954, salta para 152.410 sacos. Dez anos mais tarde alcança a cifra de 400.855 e 836.910 sacos em 1974. A título de exemplo citamos dados de apenas uma usina da região, porém evolução semelhante ocorre nas diversas usinas de Sertãozinho no período.<sup>22</sup>

Ribeirão Preto e seu entorno apresentam não meramente latifúndios, grandes extensões de terras, com monocultura e áreas improdutivas, mas empresas rurais, com elevada produtividade, tecnologia, mão-de-obra assalariada e planejamento administrativo voltado ao direcionamento de uma agricultura com altos índices de investimentos, lucros e importantes transações comerciais.

A empresa rural representa o poder político, o domínio das relações de trabalho no campo e a concentração de terras. Gera divisas, mas agrava, concomitantemente, os problemas sociais. Os pequenos proprietários e a agricultura familiar são sugados por esse contexto, o que deve ser ponderado em projetos e ações governamentais que possam apresentar alternativas para um desenvolvimento mais harmônico e democrático das diferentes classes no país.

Assim, ao analisarmos a trajetória socioeconômica de Ribeirão Preto, é possível verificarmos que o café proporciona inúmeros benefícios à localidade e ao Brasil, mas são unilaterais. O surgimento das cidades, o acentuado crescimento demográfico que gera mercado consumidor interno, a construção das estradas de ferro e o advento de teatros, associações e cassinos coexistem com a acumulação de capital por uma só parcela da população, os donos dos meios de produção, e,

---

<sup>22</sup> Cf. BERQUO apud DEL DUCA, op. cit., p. 37.

mais tarde, com a mecanização do campo, que eleva a produtividade da agricultura, o desemprego, a economia informal e o distanciamento homem-terra no mundo rural, além do sensível empobrecimento desses sujeitos.

Do cultivo de café passa-se à produção de cana-de-açúcar, quase como uma continuidade. A prosperidade se mantém, mas os trabalhadores do campo permanecem alheios a ela, como em um ciclo com novas roupagens e os mesmos atores.

O *Eldorado* transforma-se em *Califórnia* e, mais tarde, em *Capital do Agronegócio*. O trabalhador rural, antes colono, torna-se o bóia-fria; a cidade cresce em um profundo descompasso e inicia-se a favelização. A terra de Ribeirão Preto, fértil e produtiva, mais uma vez atrai migrantes: homens e mulheres vindos de regiões pobres, como Minas Nova, Itaobim, Berilo, cidades do Vale do Jequitinhonha (MG) e do Piauí, buscando melhores condições de trabalho e de vida. Delineia-se novamente o paradoxo: riqueza e pobreza, que não está só presente na cidade, mas é uma realidade brasileira. A estrutura fundiária vigente e a mecanização fomentam a pobreza e se tornam meios de coerção do homem ao capital.

A introdução do capitalismo no campo traz características comuns em todo o cenário brasileiro, salvo, evidentemente, as especificidades que cercam cada localidade. Tais aspectos, como a expropriação, o mau uso da terra, a migração e a favelização do homem do campo, são vistos tanto em Ribeirão Preto como em pontos diversos do território nacional.

Fruto da conjuntura mundial, o apoio ao desenvolvimento capitalista na zona rural, o fomento às exportações e o surgimento de transnacionais, ligadas ao setor alimentício, impulsionam o empobrecimento cada vez mais intenso desses sujeitos. A pequena propriedade não acompanha tal modernização: não há recursos

financeiros que possibilitem a sua existência, e o latifúndio é exaltado como forma de progresso. O capitalismo, em seu compasso voraz, suga e compromete os direitos civis, subjugando os homens a exaustivas jornadas diárias de trabalho nas lavouras de exportação.

Quem disse que os trabalhadores escolhem onde vão colocar os seus corpos e em que condições e ritmos vão trabalhar? O capitalismo contemporâneo, com um sistema de produção baseado em tecnologia cada vez mais complexa exige de corpos e mentes dos trabalhadores um esforço e um sofrimento desumanos.<sup>23</sup>

A introdução do capitalismo no campo solicita elevados investimentos e financeirização agrícola, para tornar-se competitiva diante do mercado globalizado. A mundialização da economia reflete no país, que já carrega expressivos traços de desigualdade no meio rural. Torna-se cada vez mais difícil a busca pela agricultura familiar. No trecho abaixo, selecionado da edição especial da Revista Veja intitulada *Agronegócio*, observamos que a pequena propriedade tem, na modernização da agricultura, um gritante entrave:

As máquinas modernas têm velocidade de colheita vinte vezes maior que a de suas antecessoras e podem ser equipadas com uma enorme lista de opcionais. Suas cabines são espaçosas, refrigeradas e envidraçadas. [...] As melhores máquinas têm computador de bordo, câmbio eletrônico de até 24 velocidades e equipamentos que regulam o sistema hidráulico de acordo com o esforço requerido pelo terreno. Os satélites [...] hoje comandam colheitadeiras e produzem instantaneamente radiografias dos terrenos e mapas de produtividade. [...].<sup>24</sup>

Conectado à Internet, o agricultor acompanha o que cada uma das máquinas está fazendo e sabe se o plantio ou a colheita estão dentro do previsto. Alguns modelos informam até problemas mecânicos.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991, (Primeiros passos, 250), p. 13.

<sup>24</sup> COUTINHO, Leonardo. Campo high-tech. **Revista Veja: agronegócio**, São Paulo, ano 37, n. 30, p. 26-27, abril 2004. Edição especial.

<sup>25</sup> Ibid., p. 29.

Diante disso, urge (re) pensarmos qual reforma agrária queremos, já que a redistribuição de terras, por si só, é meramente um placebo. O trabalhador rural precisa de meios para comercializar, e a subsistência deve ter lugar entre as grandes exportações nos projetos políticos. Ao mesmo tempo, as propriedades devem ser produtivas, o que se estende aos tipos de cultivos apresentados, para que não exista a obrigatoriedade da importação de alimentos em um país de grandes extensões territoriais, solos férteis e diversidade climática.

A estrutura fundiária urge por reavaliação, já que a terra é um bem originalmente comum e dela o homem supre suas necessidades alimentares. Onde há terra bem distribuída e aproveitada, não pode haver fome. Onde não há fome, não há inchaço das periferias, mas, certamente, uma diminuição significativa da violência humana.

A luta pela terra – histórica, permanente, ora mais calada, ora mais viva – é, a partir da intensificação do capitalismo no campo, apoiada pela Igreja Católica. A Igreja, por sua dimensão política não partidária e pela representação que possui no imaginário popular, passa a fazer extrema diferença na organização do homem do campo. A cidadania, tolhida nesse percurso, paulatinamente é contemplada nas ações da Igreja junto à referida causa e despertada nos trabalhadores.

Tal conjuntura concebe uma das maiores organizações de luta pela terra – o Movimento Sem-Terra (MST), surgido na década de 1980.

Assim como não se pode considerar os trabalhadores rurais como uma categoria única e homogênea, também não se pode considerar a sua luta como única e igual em sua expressão. Mas em seu sentido político, a luta é uma só e tem como resultado a conquista de espaços de participação política.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> FERNANDES, Otávia. **A questão agrária no Brasil**: ensaio sobre as lutas sociais no meio rural. Belo Horizonte: SINPRO-MG, 1997, p. 29.

O MST foi buscar a ponta do novelo que ficou perdida desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964. Podemos dizer que a história das Ligas tem sua continuidade no MST. Por quê? Essencialmente porque elas, tal como o MST, constituíam um movimento independente, nascido no próprio interior das lutas que se travavam pela terra. Mas, principalmente porque defendiam uma *reforma agrária*, para acabar com o monopólio da terra pela classe dominante.<sup>27</sup>

O MST passa a ocupar latifúndios e, aos poucos, adquire visibilidade nacional. Apesar dos questionamentos e rótulos recebidos, o movimento faz a temática agrária ser reavaliada, de forma cada vez mais contundente, em dimensões diversas: no plano político, na sociedade, na Igreja e nas universidades.

Segundo Medeiros (1989), em *História dos movimentos sociais no campo*, a origem do MST remonta às ocupações das fazendas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Porém, sua fundação ocorre em 1984, no Paraná. A organização, pouco a pouco, cresce e passa, cada vez mais, a clamar do governo ações pela reforma agrária.

Mitsue Morissawa, em *A história da luta pela terra e o MST*, mostra o surgimento e o desenvolvimento do MST em vários estados brasileiros e a amplitude que tal movimento vai adquirindo em sua trajetória. Destaca a participação da CPT com atuação de religiosos, como D. Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia (MS), Padre Josimo Tavares, atuante na região do Bico do Papagaio, no Nordeste brasileiro, em documentos, encontros, orientação dos trabalhadores e organização de acampamentos promovidos pela pastoral. E pontua:

A partir de 1981, a CPT começou a promover debates e encontros entre as diversas lideranças da luta pela terra no país. Os principais do período, ligados à formação do MST, foram o Encontro Regional do Sul e o seminário de Goiânia, que constituíram as bases da realização do 1º. Encontro Nacional dos Sem-Terra.

---

<sup>27</sup> MORISSAWA, op. cit., p. 120, grifo do autor.

[...]

Dois meses após o Encontro Regional do Sul, a CPT organizou um seminário, no Centro de Formação da Diocese de Goiânia, com 22 agentes de pastoral e 30 lideranças de ocupações de terras, posseiros etc. Além dos representantes da Regional do Sul, estavam presentes os de outros doze estados.<sup>28</sup>

Dessa forma, fica explícito o envolvimento da CPT na origem e desenvolvimento do MST no Brasil. A Pastoral da Terra é fundamental na organização e conscientização dos trabalhadores rurais e na coesão do movimento em nível nacional.

O MST acredita na força transformadora das ocupações de terras como forma de pressão a decisões governamentais e no elo entre os pobres do campo e da cidade. Organizados em lideranças nacional, estadual e regional, promovem manifestações públicas que os colocam na grande mídia e obrigam as esferas políticas e setores da sociedade ponderarem a respeito da problemática agrária no Brasil. O MST busca o acesso à terra, a créditos, à tecnologia, à saúde, moradia e educação, primando em suas solicitações pela qualidade de trabalho e vida nos assentamentos.

Na década de 1980, a efervescência de tal conjuntura histórica pode ser observada em uma dimensão regional, com a ocorrência do denominado *Levante de Guariba*. Esse acontecimento, amplamente estudado por Alexandre Marques Mendes (1999), em *O conflito social de Guariba*, inicia-se em maio de 1984, em uma situação de greve envolvendo os trabalhadores rurais da lavoura de cana-de-açúcar local. O movimento grevista é marcado por grande violência, com muitos feridos. Observa-se uma forte repercussão na imprensa e nas universidades, que gera análises sobre o conflito, e há um impacto junto aos rurícolas, em dimensão

---

<sup>28</sup> MORISAWA, op. cit., p. 136-137.

nacional. No ano seguinte, no mês de janeiro, surge outro movimento grevista na cidade, porém cerceado com expressiva repressão policial.

Um dos motivos do conflito foi a decisão dos usineiros em mudar o sistema de corte de cana-de-açúcar, de cinco para sete ruas, o que reduziu drasticamente o salário dos cortadores de cana, juntamente com o aumento excessivo e abusivo das taxas de água, expedidas pela Sabesp.

Com o sistema de trabalho das cinco ruas, alguns trabalhadores podiam cortar até dez toneladas de cana por dia, já no de sete ruas ficava mais difícil porque o trabalhador teria que carregar a cana cortada até os montes, perdendo forças e tempo para realizar a tarefa. Por outro lado, os usineiros levavam vantagens, pois os caminhões economizavam combustível no percurso.<sup>29</sup>

Em Guariba, nesse momento, a CPT realiza reuniões esporádicas, mas seu papel de denunciar as injustiças sociais e conscientizar os trabalhadores reflete, certamente, na eclosão da greve no município - movimento organizado e com interesses políticos determinados. No entanto, a CPT não é propriamente uma liderança do conflito.

Em 1985, diante da organização do homem do campo, é aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em que é proposto o assentamento de trabalhadores rurais. No entanto, o plano não atinge seu objetivo, já que faltam recursos financeiros para realizar a reforma agrária, as desapropriações, calculadas caso a caso, não são feitas com transparente rigor, há pouca organização dos trabalhadores do campo (salvo o recente MST) e o latifúndio é concebido no texto como fator de atraso, contrariando a imagem difundida no país e a realidade da chamada empresa rural. Com a modernização da agricultura, a luta não podia mais estar centrada em grandes extensões de terras improdutivas, mas na expulsão que inúmeros rurícolas sofrem com a intensificação do capitalismo no campo.

---

<sup>29</sup> MENDES, Alexandre Marques. **O conflito social de Guariba (1984-1985)**. Franca: FHDSS-UNESP, 1999. (História local, 12), p. 20.

A recente e atemorizante organização do homem do campo, verificada, por exemplo, com o surgimento do MST e mais próxima ao nosso olhar, com o Levante de Guariba, somadas ao PNRA provocam tensões na esfera política, pois abalam a elite dominante, proprietária de terras do país.

Leonilde Sérvolo de Medeiros, em *Reforma agrária no Brasil*, aponta para o surgimento da União Democrática Ruralista (UDR), após a elaboração do PNRA, que prega a resistência aos proprietários agrícolas perante as desapropriações. Assim, o PNRA divide opiniões, confrontando setores da sociedade a favor da reforma agrária, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), e contrários à reestruturação fundiária do país, como a UDR.

As pressões da UDR culminam na aprovação de uma Emenda na Constituição de 1988, na qual se utiliza o termo “latifúndio improdutivo”, porém sem estar claro a que ele efetivamente se refere. A necessidade de definições quanto à questão da terra, ao “latifúndio improdutivo”, faz com que o Presidente Itamar Franco reclassifique as propriedades e passe a atuar diante das desapropriações.

Para o MST, o PNRA não responde plenamente às necessidades dos trabalhadores. Para o movimento, a reforma agrária não envolve apenas a redistribuição de terras, mas estende-se a outras dimensões: ensino, saúde, moradia e meios de produção e comercialização. Segundo João Pedro Stedile:

Evidentemente que hoje a reforma agrária que sonhamos não é mais a reforma agrária clássica capitalista. [...]. Hoje, o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura e na sociedade e o modelo agrícola que foi adotado exigem o que chamamos de reforma agrária de novo tipo [...] em que não é mais suficiente apenas dividir a terra, lotear em parcelas e botar o pobre em cima e que se vire. Cinquenta anos atrás, ele se viraria, mas hoje não consegue mais.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> STEDILE, João Pedro. Entrevista. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 18, p. 5, set. 2003. Especial Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.midiasemmascara.com.br/artigo.php?sid=1323>>. Acesso em: 5 mar. 2007. Parte de enunciado de questão de vestibular/ FUVEST.

A fala de Stedile evidencia o entendimento dos trabalhadores rurais, representados pelo movimento, sobre a reforma agrária. É notório o esclarecimento das metas a serem alcançadas e da real condição que a agricultura familiar, em detrimento do agronegócio, enfrenta no país.

É relevante o fato de que a Constituição de 1988 é a primeira a referenciar a reforma agrária. Coloca a função social da terra como direito do homem, destacando a necessidade do aproveitamento do solo, da preservação do meio ambiente e dos direitos trabalhistas. Avança em relação ao PNRA e propõe desapropriações a partir do valor de mercado. Embasados na Lei, trabalhadores buscam o cumprimento de seus direitos em terras que não cumprem a sua função social. A reforma agrária passa a ser feita, porém, de forma muito tímida, aquém do esperado.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso efetiva assentamentos, mas apóia uma reforma agrária capitalista: concede terras sem recursos, sem moradia e sem escola aos trabalhadores. Para que as mesmas sejam adquiridas, os agricultores necessitam comprá-las, o que é viabilizado com o *auxílio* do governo, que as financia por meio do Banco da Terra, pertencente ao “Programa Cédula da Terra”.

A proposta de criação do Banco da Terra correspondia às demandas tradicionais do setor, que sempre se posicionou de forma incisiva contra os programas de reforma agrária com base na desapropriação, inclusive por meio da constante desqualificação dos assentados, acusando-os de ser externos ao meio rural, de não ter vocação agrícola e de promover a favelização do campo.<sup>31</sup>

Assim, o governo pretende dar uma resposta aos conflitos no campo, sem indispor-se com os proprietários rurais. Essa reforma agrária constitui uma redistribuição de terras nos moldes neoliberais envolvendo, inclusive, o Banco Mundial, do qual os Estados Unidos são o principal credor. Mais uma vez, a terra é

---

<sup>31</sup> MEDEIROS, 2003, op. cit., p. 63.

vista e planejada como instrumento de especulação capitalista, de vínculos de dependência, em detrimento da agricultura familiar – tão discursada nas propostas oficiais de governo.

O programa supracitado ecoa junto aos movimentos sociais, fazendo-os posicionarem-se, unidos a outras entidades, no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Segundo Medeiros, em *Reforma agrária no Brasil*, novas propostas surgem após esse momento, assentamentos são efetuados na década de 1990, mas a modernização no mundo rural acentua cada vez mais a questão agrária no país, não somente expulsando e proletarizando os trabalhadores rurais, mas fomentando outra problemática, a questão ambiental, sobretudo no que tange ao solo e à água.

É significativo percebermos que, paralelamente ao agravamento da questão agrária no cenário brasileiro, as reflexões sobre tal temática têm se tornado mais presentes não somente nas universidades e nas propostas de governo, mas também nos meios de comunicação. Incontáveis vezes, os movimentos são representados na mídia como sinônimo de ameaça, instabilidade e desordem, enquanto o agronegócio simboliza desenvolvimento, evolução e progresso.

A revista *Veja* a este respeito sublinha:

[...] O que se vê agora, com a crescente saturação das metrópoles, é que pequenas e médias cidades do interior, sobretudo aquelas cuja economia está ancorada no agronegócio, despontam como exemplos de qualidade de vida e como ilhas propiciadoras de emprego e de oportunidades.<sup>32</sup>

Ribeirão Preto faz parte das médias cidades do interior ancoradas no agronegócio. O crescimento local e o enriquecimento de setores do comércio e

---

<sup>32</sup> BARBOSA, Marta. A riqueza que brota do chão. **Veja**: agronegócio, São Paulo, ano 37, n. 30, p. 32, abr. 2004. Edição especial.

serviços são evidentes. Existe mercado consumidor para restaurantes, *shopping centers*, choperias e universidades, mas o trabalhador rural não consegue ser incluído nessa realidade. A modernidade seria alcançada, em parte, com a oportunidade de acesso a terras para os trabalhadores rurais, o que geraria, efetivamente, uma maior qualidade de vida a esse segmento. O desenvolvimento necessita, sim, das exportações e inovações tecnológicas, mas não se finda nisso. Deve ser entendido em um sentido mais amplo, dentro da coletividade.

Esses sujeitos que moram nas fazendas e produzem gêneros para sua subsistência, sofrem uma mudança discrepante em suas condições de vida e trabalho. Com a intensificação do capitalismo no campo, muitos vivem em alojamentos das usinas ou nas periferias da cidade, tornam-se errantes, perdem seus laços culturais, distanciam-se da família, mas sonham, têm projetos de vida, almejam um pedaço de terra, mesmo sem capital e informação que viabilizem a produção nas pequenas propriedades em meio ao sistema capitalista vigente.

Envolto em usinas de cana-de-açúcar, símbolos do poder da terra em Ribeirão Preto, observa-se o surgimento - gradual e crescente - de ocupações e assentamentos rurais. A terra roxa, tão propagada na história regional, recebe atualmente trabalhadores sem-terra de diferentes localidades: homens que lutam pela melhoria da qualidade de trabalho e vida e que já estão efetivamente trilhando esse percurso. Atores que transformam a realidade e exercem seus direitos de cidadãos.

As histórias de vida de alguns desses personagens, juntas, revelam peculiaridades, sonhos, expectativas, obstáculos e frustrações presentes no cotidiano do trabalhador rural, do ser humano proletarizado pelo sistema capitalista, mas consciente e provedor de mudanças.

Apreender seus mundos auxilia no conhecimento da temática agrária, ainda pouco debatida na ciência que concentra, sobretudo, estudos referentes ao meio urbano e, muitas vezes, é deturpada pela mídia. O levantamento da história de vida de trabalhadores, pessoas comuns, contribui na desmistificação do caminho percorrido para o alcance das vitórias conquistadas por esses sujeitos e as colocam na dimensão dos direitos políticos, civis e sociais.

## **1.2 Os atores**

Carlos Alberto Alves, Carlinhos, 47 anos, é um dos trabalhadores rurais que hoje vivem na região de Ribeirão Preto em sua própria terra.

A casa de Carlinhos é um barraco de lona, sem água encanada, sem energia elétrica, com camas improvisadas. Nesse local nosso depoente vive com sua esposa e seus filhos. Carlinhos mostra o local em que mora com expressivo orgulho de sua conquista.

Carlos Alberto Alves vive sua infância na região de Matão (SP), com sua mãe e seu pai, que, entre outras ocupações, trabalham em lavouras de cana-de-açúcar e laranja. O depoente enfatiza o nome da mãe, dona Lígia, que cria os cinco filhos após a separação dos pais, ocorrida já na cidade. Seu relato evidencia a sua ligação com a terra, presente na infância, tempo em que mora com a família unida, no meio rural.

Como um espelho de inúmeros brasileiros, Carlinhos, filho de trabalhadores rurais, descreve uma juventude pobre: migra do campo para a cidade com os pais,

que pagam aluguel e não possuem emprego fixo. Sem concluir os estudos, busca precocemente seu sustento.

Carlinhos cresce jogando futebol e, muito provavelmente, essa era a profissão que sonhava para sua vida. No entanto, entre outras funções que desempenha, exerce trabalho temporário na colheita de laranja, sendo contratado por empreiteiros. Desempregado, conhece o Movimento Sem-Terra por meio da ocupação Dom Helder Câmara, em Matão. Carlinhos rememora com precisão a data desse acontecimento, representando-o como um marco, um divisor em sua trajetória pessoal.

Passando por acampamentos em Barretos e Colômbia, Carlinhos chega ao Sepé Tiarajú, localizado na região de Ribeirão Preto, ao redor de usinas de cana-de-açúcar. Junto com outras pessoas, ou companheiros, como refere, Carlinhos atua por sua transformação em assentamento. Para Carlinhos, a terra representa vida, dá-lhe objetivos e estímulo para buscá-los.

Sua narração, assim como a expressão de seu rosto, exaltam a terra que hoje possui como assentado, representando-a como vitória. Destaca seu trabalho coletivo e individual na plantação, que lhe proporciona sustento e o afasta da ameaça do desemprego.

[...] eu estou aprendendo conviver e mexer com a terra e tenho uma alimentação sadia. [...] Então, e a gente não tem patrão, e nós mesmo discutimo uma questão prá que a gente quer pra vida da gente e pros filho da gente.

Então, o que eu vim aprendendo no movimento e que eu tento também passar pros outro é você ter uma mesa farta, você ter alimentação dentro da sua casa. E fazer daquilo o subsídio, você tirar outras coisa assim, porque você tem de ter as suas necessidade, uma roupa, um calçado, uma coisa..

(Carlinhos)

Carlinhos relata o alcance de uma significativa melhora em suas condições de vida e trabalho com a conquista de seu lote. Consegue estudar e continua informando-se a respeito da conjuntura em que está inserido, exercendo seu papel de cidadão. Aponta cursos que são oferecidos pelo MST e ressalta o estudo como a ferramenta que amplia sua visão de mundo. O colaborador nos mostra que a oportunidade de voltar-se ao conhecimento ocorre após o acesso a terra, a alimentação, ao fim de sua condição de bóia-fria e de desempregado.

No entanto, revela que o assentamento não possui escola. As crianças e adolescentes que, segundo Carlinhos, aproximam-se de sessenta, deslocam-se diariamente à zona urbana para freqüentar as aulas, desfocando o aprendizado da realidade que as cerca, fator de limitação.

Carlinhos, mesmo feliz por estar assentado, entende a reforma agrária como um processo a ser aperfeiçoado, necessitando o trabalhador não somente da terra, mas de moradia, saúde e educação. Para ele, a reforma agrária é um projeto de vida, um projeto de um país.

[...] que reforma agrária nós queremos? Agora uma reforma agrária capitalista nós num queremos. O povo lá só pra marcar a terra, dividir em lote para cada um sem título, sem benefício nenhum, também não é reforma agrária. Porque leva a pessoa pro campo, ter um lote e não ter condições nenhuma de vida, não adianta.

(Carlinhos)

O agronegócio, para Carlinhos, é a representação da exclusão social, das máquinas, do latifúndio, de riqueza, de exportação e de oligarquia. Atribui a fome e a miserabilidade do país à má distribuição de renda e de terras, que começa com a colonização portuguesa. Sua trajetória pessoal e familiar o faz perceber a atual condição da terra da mesma forma e responsabilizar as grandes extensões de terra, a monocultura e a mecanização como fatores de agravamento das mazelas sociais. Sua visão empírica concorda com a leitura de estudiosos da questão agrária do país.

Sente-se feliz com as conquistas atuais, com o seu pedaço de terra e o conseqüente distanciamento do desemprego e da fome, apesar da simplicidade de suas condições de vida – seu barraco, suas roupas, a falta de energia elétrica e água encanada, entre outros aspectos.

Destaca o tempo que passa a ter em sua vida, após o assentamento, sobretudo para a família, para os amigos e para a busca de conhecimento; tempo hoje tão escasso, no mundo do trabalho globalizado, competitivo, que molda e engessa as relações humanas.

Sua vitória não é plena, possui metas a serem alcançadas: moradia, educação e saúde tantas vezes solicitadas em suas narrações. Porém, já se considera liberto, diante das dificuldades já vivenciadas em sua história pessoal.

Carlinhos, dessa forma, não contempla a imagem do trabalhador rural passada pela elite ao longo da história, concebida, segundo Medeiros, em *História dos movimentos sociais no campo*, como passivo, submisso, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles. Carlinhos atua como sujeito, interferindo na dinâmica da sociedade, como destaca a autora, por exemplo, ao rememorar os quilombos, o caráter messiânico de Canudos e Contestado, as Ligas Camponesas, momentos em que os rurícolas buscam melhorias em suas condições de vida e trabalho e clamam por seus direitos.

Carlinhos se sente feliz. É um cidadão, um assentado, um lutador, um idealista. Para ele: “A terra tem que ser um bem de todos, ninguém ser dono. Tirar o seu subsídio, sua vida, sobreviver igual, ninguém ser dono. Terra não devia ter cerca”.

Ronaldo Raimundo da Silva, 33 anos, é mais um dos assentados na *Capital do Agronegócio*. Seus pais, oriundos do meio rural, trabalham grande parte de suas

vidas como bóias-frias. Nordestinos, migram para o sul do país em um pau-de-arara, almejando melhorias para a família. Seu pai torna-se, com o tempo, empreiteiro de trabalhadores rurais. Ainda criança, aos oito anos, Ronaldo segue o mesmo caminho, juntamente com seus dez irmãos, todos trabalhando em lavouras.

Ronaldo relata a saga familiar por várias cidades paranaenses, lembrando-se do frio intenso do local. Seu pai consegue adquirir uma pequena propriedade de terra que possui solo pobre para o plantio, limitando as áreas cultiváveis. A subsistência da família não é, então, contemplada, necessitando, ainda, do trabalho dos mesmos como bóias-frias.

Ronaldo destaca o pouco estudo que ele e seus parentes possuem, assim como as demais pessoas da comunidade, o que impacta na falta de conhecimento dos pequenos agricultores sobre o que e como plantar. O desconhecimento da agricultura familiar é um entrave ao aproveitamento das tímidas áreas desses sujeitos.

Se falava que o algodão é coisa boa, então plantávamos o algodão. Na época os pequenos agricultores nem se preocupavam em plantar o que comer. [...] O pessoal mais novo que comprava um sítio só produzia para vender, igual um fazendeiro faz. Se produzia o milho e vendia, o arroz e vendia, e depois comprava tudo de novo.  
(Ronaldo)

A ausência de conhecimento se revela, ainda, no manuseio de venenos e máquinas e nas sujeições a precárias condições de trabalho, sem os equipamentos básicos de segurança, expondo, a todo instante, a própria vida.

Migração, trabalho temporário, falta de estudo e pobreza. Esse retrato da história de vida de Ronaldo é, mais uma vez, o reflexo do percurso de inúmeros homens no país. As dificuldades encontradas por esses “errantes”, como são denominados por Maria Aparecida de Moraes Silva, culminam em um expressivo êxodo rural. Da mesma forma, ocorre com a família de Ronaldo. Seus irmãos, aos

poucos, mudam-se para a zona urbana, separando-se dos que permanecem na terra. Mais tarde, todos acabam por se transferir para Maringá.

A falta de qualificação faz com que Ronaldo passe por várias funções, em municípios diferentes, sem estabilidade de emprego. Atua como servente de pedreiro, sorveteiro, vendedor de vários tipos de produtos, corretor de imóveis e funcionário de um parque de diversões.

O serviço que eu fazia era um serviço que sempre se acha vagas que era trabalhar na pista de carrinhos de bate-bate que era um serviço pesado, é difícil, o aparelho mais movimentado do parque. Você tem que montar, desmontar, limpar os brinquedos. É um serviço de como se trabalhasse em uma garagem, a única diferença é que na garagem, às vezes, apenas se limpa os carros, nós tínhamos que limpar, lixar, polir, tinha que cuidar. Eram 13 horas que trabalhávamos por dia, das 8h ao 12h, o parque depois abria às 14hs e ia até às 23hs.

(Ronaldo)

Distante da família e sem perspectivas de melhorias na cidade, Ronaldo deseja voltar ao campo, à sua origem. Migrando de um local a outro, Ronaldo chega, sem dinheiro, ao Centro de Triagem e Mendicância de Ribeirão Preto (CETREM), em 2001.

À procura de emprego, Ronaldo acompanha na televisão a notícia da ocupação de uma área na Via Norte de Ribeirão Preto, por trabalhadores sem-terra. É evidente, em seu relato de homem pobre e de origem no meio rural, a visão que possui, neste momento, dos movimentos sociais, o que desvela a influência da mídia e de setores da sociedade na opinião pública: “Eu pensei, eu vou me juntar aos Sem-Terras, o povo lá é bravo e eu vou embravecer, bater em fazendeiros. A gente achava que era isso, que os Sem-Terras eram todos doidos.” (Ronaldo)

Ronaldo muda-se para o acampamento, em 2002, conquista pacificamente sua terra, vivencia despejos, mas torna-se um assentado. Ronaldo rememora essa experiência com alegria e a representa como esperança, dignidade e solução. Esse

período de sua vida é narrado com riqueza de detalhes, o que desvela sua importância na história pessoal do depoente.

Estimulado com o acesso a terra, Ronaldo mostra-se em constante busca de aprimoração de conhecimento, sobretudo no que tange à agroecologia, por meio de cursos oferecidos pelo INCRA e discussões em grupo. Reclama investimentos governamentais em capacitação dos rurícolas e em suplementos agrícolas elementares para que a terra redistribuída possa efetivamente cumprir sua função social. Sua informação pode ser exemplificada na seguinte fala:

Eu levanto cedo, pois tem muito serviço para fazer. Por ainda não terem vindo os recursos, falta implementos para trabalhar, por exemplo um trator pequeno, na questão da agroecologia, da agrofloresta você pode trabalhar com implementos menores, não pode usar implementos grandes porque compacta a terra, e um implemento pequeno não degrada tanto o meio ambiente. Nós não temos isso, a irrigação a gente não tem. E ainda por mais que seja a questão da agroecologia, é interessante ter um sistema de irrigação que gaste menos água que é o gotejamento, é uma tripa que a gente usa para irrigar também, gasta pouca água, algumas estufas também, se nós tivéssemos para produzir alface, tomate, porque na época das chuva ele não produz muito.

(Ronaldo)

Mesmo com poucos recursos, Ronaldo produz cultivos diversos em seu lote: banana, milho, tomate, abobrinha e verduras, entre outros, e até cria minhocas. Trabalha coletivamente na produção de berinjela, alface, cenoura, cheiro verde, almeirão e repolho. Além do seu sustento, Ronaldo consegue alcançar um excedente, que comercializa em sua barraca, ao lado da rodovia, e na feira de uma cidade nas proximidades do assentamento.

Para Ronaldo, a terra é a base, é o sustentáculo da vida do ser humano, alimentando-o sem cobrar por isso.

Eu acho que a terra para qualquer ser humano é tudo, tudo vem da terra, até o vento com certeza tem uma relação com a terra, a água, o céu. Tudo é da terra, é petróleo, é tudo, não teria desenvolvimento da humanidade sem a terra. Eu acredito que a terra é tudo...

(Ronaldo)

Pela representação atribuída a terra, Ronaldo entende que a reforma agrária é o método que solucionará a questão social do país, já que garante o sustento, sem a instabilidade ocasionada pelo desemprego.

O agronegócio, para Ronaldo, é a representação do Império Romano, do Feudalismo, do latifúndio que gera poder, do desemprego, da fome, da inversão das prioridades de consumo. Ronaldo clama o humano como o nervo do desenvolvimento capitalista e questiona a realidade de Ribeirão Preto, nesse sentido:

Não dizer que a tecnologia é ruim, mas não é o Agronegócio, existem varias outras formas de tecnologia que são muito melhores que a tecnologia do Agronegócio. A questão da Agroecologia mesmo, da Agrofloresta. Nós vemos aqui em Ribeirão Preto a Agrishow. O agronegocio movimenta bilhões esse ano. Mas onde esse agronegócio movimentou? Gerou trabalho para quem? Eles falam que gerou, falam de Ribeirão Preto. “Se não fosse a cana?”.

Não tem outra coisa para substituir a cana? As pessoas comem cana? Bebem cana? Respiram cana? Dormem com a cana?

Eu acredito que é um equivoco do agronegócio. E que beneficio de cana?

Lógico que a cana faz açúcar, álcool, rapadura, melado, animal come cana. A cana é boa? É boa, mas para suprir a necessidade de um individuo. Por exemplo, o pequeno agricultor, o açúcar que a pessoa necessita para adoçar o café. Mas não que isso seja a solução. Não tem que ter outra coisa? Por exemplo: O arroz, feijão, milho, trigo, varias outras plantas, outros tipos de cultura que a humanidade necessita, que gera muito mais renda e mais trabalho do que a cana. [...]

Quase não precisa de seres humanos para trabalharem na cana. Que serventia tem uma coisa dessas? Tem serventia para o agronegócio? Porque eles exportam álcool, açúcar para os outros países? O preço do açúcar e do álcool aqui no Brasil é um absurdo, sendo que é aqui que se produz, e na maioria das vezes é mais caro do que lá fora. Como o Agronegócio responderia isso? Os desempregados, você tem toda essa produção de cana, que é o “X” da questão da agricultura, igual eles falam. Então porque tem desemprego? Porque tem o povo na cidade que foi embora da roça? Porque esse agronegócio não resolve?

O agronegócio para mim é como o Império Romano, não serve mais para nada.

(Ronaldo)

Ronaldo mostra-se feliz por ser um assentado, sente a concretude de suas ações no lote adquirido. Relata que seu conhecimento sobre reforma agrária muda com o tempo. O acesso a terra marca uma saliente mudança qualitativa em sua trajetória pessoal. Hoje tem alimento, estabilidade, um referencial, sente-se fortalecido e protagonista de mudanças.

“Antes eu era um individuo qualquer, que não tinha para onde ir. Tinha só a força de trabalho para oferecer para o latifúndio me explorar. Hoje eu tenho a minha terra para trabalhar.” (Ronaldo)

Ronaldo representa o acesso a terra como fator de identidade. Por meio dela passa a ter voz dentro do cenário socioeconômico que vivencia, tornando-se confiante.

Por isso, Ronaldo acredita que a terra adquirida com a reforma agrária não pode continuar a ser mercadoria, objeto de especulação. O beneficiado deve estar nela enquanto produzir e garantir sua subsistência.

Hoje, Ronaldo considera-se um exemplo. É um homem que já viveu em situação de extrema pobreza e hoje comercializa alimento. Suas falas a esse respeito são repletas de entusiasmo e contentamento.

Eu acredito que sou importante, porque a partir do meu desenvolvimento e dos outros companheiros é que outras pessoas também vão acreditar. Vão falar: “Eu conheço essa pessoa, ele não tinha nada, vivia trabalhando para os outros e hoje tem uma vida equilibrada. Ele tem uma casa, fartura de alimentação, é um cara bem fisicamente, bem alimentado, não é desnutrido e consegue suprir as necessidades que um ser humano necessita, tem dignidade”.

(Ronaldo)

A felicidade é representada por Ronaldo como uma onda, com altos e baixos. Assim representa seu percurso. Hoje é feliz. Continua atuando pela realização de seus sonhos e pela efetivação da reforma agrária para os inúmeros brasileiros que

necessitam de terra. Para Ronaldo “[...] a reforma agrária inclui a pessoa na cidadania.”

A alegria que o assentamento proporciona a Ronaldo, a confiança em si mesmo, vista explicitamente quando se considera um exemplo de brasileiro oprimido/ migrante/ desempregado que alcança dignidade de vida, embora, ainda, como um processo a ser melhorado paulatinamente, evidencia que a liberdade pode ser conquistada, conforme prega Pedro Demo.

Segundo o autor, em *Participação é conquista*, a dialética dos contrários na sociedade impele os homens a participar, e esse processo coloca as pessoas diante de desafios, requer envolvimento e enfrentamento das dificuldades. Os direitos dos cidadãos, muitas vezes por eles ignorados, devem ser buscados pelas pessoas. Não basta estar na Constituição e ser concedidos pelo Estado, em uma postura assistencialista, mas conquistados pelos homens, assim como Ronaldo faz cotidianamente, de forma participativa e coletivamente organizada.

Sebastião Adão da Silva, Adão, 44 anos, nascido no meio rural, teve uma infância pobre no estado de Goiás. Migra com sua família para a cidade e, com pouco estudo, emprega-se em atividades diversas (garimpo, construção civil), além do trabalho em lavouras, que não lhe proporcionam condições satisfatórias de vida.

Rememorando precisamente o ano de 1997, Adão relata seu encontro com o Movimento Sem-Terra como um momento feliz em sua trajetória, que lhe traz o acesso a terra novamente. Entende que sua vida, após esse acontecimento, passa a ter um caminho, dentro de seu ponto de vista, de prosperidade.

Para Adão, a terra representa moradia, trabalho e sustento. A reforma agrária é, dentro dessa perspectiva, apreendida pelo depoente como um meio de equacionar a favelização e a miserabilidade. No entanto, nosso colaborador

considera distante o ideal de uma reforma agrária para todos os brasileiros que necessitam de terra, apontando, como uma das principais justificativas, a morosidade do governo federal junto à referida problemática.

Embora avaliando a reforma agrária como um processo árduo e lento, Adão é um assentado, a terra lhe traz confiança, alimento e felicidade. Por isso, Adão busca o assentamento de outros trabalhadores rurais, acreditando na efetivação paulatina desses ideais.

Meu sonho era ver meus filhos criados e ter onde morar. Isso era meu sonho e hoje já tenho. Inclusive eu estou assentado aqui e eles estão assentados em Araras. Quase que eles não precisam do pedacinho aqui, mas se precisarem esta aí. Estou lutando para eles também.

[...]

Sim, hoje estou realizado. Era o que eu mais queria, ter a terra para ver todo mundo tranqüilo da minha família.

(Adão)

A população necessita mobilizar-se e não se sujeitar aos benefícios da elite dominante, que se posiciona de forma assistencialista e controladora. Esse papel incomoda e abala os interesses políticos historicamente estabelecidos.

Veríssimo Gomes, 49 anos, é mais um dos agricultores do assentamento Sepé Tiaraju que protagonizam nosso estudo. Na manhã do dia 26 de março de 2006, em um domingo, espera-nos cordialmente para relatar sua história de vida.

Nascido em Minas Gerais, Veríssimo narra uma infância triste. Órfão, não conhece os pais. Em falas repletas de melancolia, Veríssimo define esse momento de sua trajetória como “uma infância bastante péssima”. A falta de um referencial familiar marca significativamente a memória do entrevistado, que enfatiza esse período de sua vida com muitos detalhes e um grande pesar.

[...] Então hoje eu estava com um, amanhã eu estava com outro, dependendo o modo que me tratava. Às vezes batia e eu já saía dali, já ia procurar um outro paradeiro. Naquele paradeiro, se eu achasse apoio por uns dias eu era apoiado ou, às vezes, mesmo as próprias pessoas chegavam e falavam para aquele que estava comigo, ali, cuidando, tratando, e eu também trabalhando, desde pequenininho, falava: “Dá o Veríssimo pra mim?” “Pode levar!” Então era dessa forma. Então esse foi o meu ritmo de infância [...]  
(Veríssimo)

Retratando, mais uma vez, a realidade de vários trabalhadores do país, Veríssimo migra para o estado de São Paulo, em 1973, à procura de uma vida melhor. Ainda adolescente, sem documentos, mas envolto em sonhos e projetos, emprega-se no meio rural, como as famílias com as quais convive.

[...] O meu nome original foi descoberto pela certidão de batismo, que eu não tinha documento nenhum. Também nem sei que forma que veio parar esse documento nas minhas mãos, mas não consegui achar, localizar o nome de meu pai e nem o nome da minha mãe certo. A única que levou o nome dela, de Maria Gomes, não sei de onde puxou esse Gomes, porque quando eu fui buscar no passado, a minha família é a família Peres. Não tem nada a ver com Gomes.  
(Veríssimo)

Sem estudo, Veríssimo assina seu nome, o que aprende com um amigo, já na fase adulta. Acredita que o maior legado que deixará aos filhos foi dar-lhes a oportunidade de estudar.

A falta de qualificação profissional e de terra leva o depoente a empregar-se em trabalhos diversos, sem estabilidade: foi serralheiro, motorista, tratorista, cortador de cana-de-açúcar e marceneiro, entre outros.

Em 1999, Veríssimo busca seu acesso a terra, por meio do MST. O desemprego, a falta de moradia própria e de perspectiva de futuro para sua família, bem como a sua idade, que se tornava paulatinamente um obstáculo ao mercado de trabalho, o fazem aderir ao movimento. Sua primeira ocupação é rememorada de forma precisa – dia dezoito de dezembro do mesmo ano. A revolta que, segundo o

depoente, faz parte de sua história, dá lugar a uma busca pacífica e equilibrada pelo fim das desigualdades sociais.

Atualmente, como assentado, Veríssimo ressalta o retorno à sua origem: a agricultura. Considera suas condições de trabalho ainda não são satisfatórias, mas acredita, destacadamente, em melhorias. A trajetória pessoal marcada por expressivas dificuldades é avaliada, hoje, após o acesso a terra, como um momento feliz, livre da exploração e da fome.

A luta pela terra é representada por Veríssimo como liberdade e dignidade. Como assentado, nosso colaborador ajuda outras pessoas a alcançar essa conquista. Para a transformação de vida dos excluídos, como denomina Veríssimo, o depoente acredita na força da união entre os homens, entre o campo e a cidade.

A terra é representada por Veríssimo como mãe e provedora de sustento. A reforma agrária leva o trabalhador a ela, mas não se finda nisso. A busca de Veríssimo vai além da terra, objetivando, também, a educação e a saúde para sua família e para a comunidade. A reforma agrária significa, para o depoente, a transformação social.

[...] Só a terra, hoje tira o alimento, mas se ele não tiver o conhecimento como ele trabalhar com a terra, se educar com a terra, o que vai acontecer? Ele vai aplicar adubo químico, veneno como o latifúndio vem fazendo, daqui a pouco aquele pedaço de chão dele não tá produzindo mais. Aí o que vai acontecer? Ele vai ter que ir embora porque não consegue mais tirar o próprio sustento dali. E vai pra onde? Vai voltar pra cidade e ser confinado dentro da cidade? Quer dizer, ele não lutou pelos objetivos da reforma agrária.[...]

(Veríssimo)

A união entre campo e cidade, entre os empobrecidos pelo sistema econômico vigente, leva à democracia, a uma sociedade mais igualitária e à busca

da existência de seus direitos básicos: alimento, moradia, saúde e educação. Assim, conclui Pedro Demo:

Tais necessidades fundamentais, entendidas já como direitos indiscutíveis, não podem ser deixadas à mercê da dinâmica do mercado. Ao contrário, o mercado é forçado a atendê-las apesar de sua dinâmica voltada à concentração de renda. Porque o importante não é somente crescer, mas crescer para melhorar o bem-estar comum.<sup>33</sup>

O assentamento Sepé Tiaraju é responsável por uma significativa mudança na vida de Veríssimo: moradia para ele e sua família, enriquecimento de sua visão de mundo e sustento. Veríssimo entende que seu papel de cidadão é, hoje, buscar tais melhorias para outras pessoas, em um trabalho coletivo.

Veríssimo narra sua história de vida, incontáveis vezes, em tom amargurado. A luta pela terra e a conquista de seu lote são visivelmente fatores que aumentam sua auto-estima. Espera, um dia, poder construir uma casa para seus filhos e futuros netos. A trajetória, marcada pela fome, pelo distanciamento familiar, pela falta de perspectiva e pela instabilidade de emprego, desenha um passado infeliz, modificado com o acesso a terra, que lhe dá oportunidade de desejar e sonhar.

Eu falo a verdade, tem algumas partes que eu fico bastante feliz e algumas não. E eu, pra dizer que eu sou feliz mesmo, eu tinha que acabar com tudo aquilo que tá dentro de mim. Todas as minhas revoltas por dentro, aí eu seria bastante feliz, e poderia aí voltar a ser feliz, mas enquanto isso, não. Porque as revoltas que eu tenho são muito grandes e elas vem desde praticamente de berço, e não vai acabar tão rápido não.

(Veríssimo)

Rosana N. de Paula, 29 anos, trabalhadora rural do Assentamento Sepé Tiaraju tem uma infância empobrecida. Seu pai, pedreiro, cultivava a terra apenas nos

---

<sup>33</sup>DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social e participativa. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 79.

finais de semana, em uma chácara onde vive com a família. A falta de emprego fixo obriga os pais de Rosana a mudar algumas vezes de município. Assim, a depoente constrói sua trajetória pessoal, passando pelas cidades de Guariba, Cravinhos e Ribeirão Preto.

Em Ribeirão Preto, sem acesso a terra, a família de Rosana mora na favela. Com o ensino fundamental incompleto, emprega-se como doméstica e na lavoura. Sem moradia, a depoente relata um angustiante passado, marcado por ameaças de morte de traficantes, ao ex-marido e aos próprios filhos.

O Movimento Sem-terra é procurado como refúgio, segundo Rosana, não por um sonho, um ideal, mas pela dor. Sozinha, com os dois filhos, acredita na possibilidade de uma mudança de vida, alcançando-a com o assentamento em que se encontra hoje.

Rosana mostra-se consciente de suas condições de vida e busca a superação. Como assinala Leonardo Boff, em *Igreja: carisma e poder*, a conscientização dos pobres é o fermento que alimenta o envolvimento da Igreja com a busca da transformação social. O autor afirma que não podemos nos acostumar com tal realidade, com a desumanização, e devemos atuar em favor da justiça.

Assim, verificamos que o encontro com o MST altera completamente a história pessoal da entrevistada: Rosana, consciente, busca mudança e hoje mostra-se feliz, definindo-se como bem-humorada. Recebe-nos em sua casa, um barraco de lona sem energia elétrica, muito orgulhosa de sua conquista.

A terra e a reforma agrária representam para a colaboradora o futuro dos filhos, a vida. Afirma que, com o crédito governamental, construirá sua moradia, concretizando seus objetivos de oferecer uma vida digna à família. Sua espera não é passiva; junto com o movimento, Rosana solicita, enquanto cidadã, providências da esfera política.

Rosana exalta a conquista de seus direitos, a partir de sua luta, e mostra-se disposta a buscar coletivamente outras melhorias. Hoje, tem a terra, não passa fome, não fica desempregada, não migra e pode, inclusive, dar abrigo aos pais. A terra modifica uma trajetória, proporciona autoconfiança e auto-estima.

Melhora muito, muito mesmo. Que nem a minha, eu tenho experiência própria que tá mudando mesmo. Só pra você ter uma idéia, que nem eu tava falando no começo, meu pai, em 30 anos, ele não conseguiu um pedacinho de terra. Eu, com 6 anos que eu entrei no movimento, eu consegui. Não foi uma luta fácil, mas consegui. Meus pais vem morar comigo.

(Rosana)

Rosana assegura enfaticamente a efetivação e os benefícios da reforma agrária, pois já é uma assentada, feliz, otimista e transformada. Porém, ressalta que esse triunfo depende, eminentemente, do povo, de sua participação no processo, fomentando as ações políticas.

Rosana reafirma, na prática, as reflexões teóricas de Pedro Demo, na obra *Participação é conquista*, já que é notável a importância, para a entrevistada, da luta popular de forma conjunta, e que o assentamento é um espaço conquistado, que a fortalece e evidencia seu potencial transformador. O direito a terra requer conscientização, propostas, organização e participação coletiva.

Rofs Cecílio Justino, 45 anos, agricultor e professor, não é um assentado, efetivamente, mas convive freqüentemente no assentamento Sepé Tiaraju, acompanha e acredita na evolução da luta do trabalhador rural no país. Sua ideologia tem raiz familiar: ao rememorar sua infância, conta-nos que seu pai, funcionário público e sua mãe, professora, são arrendatários de pequenas propriedades, nas quais nosso colaborador, nesse momento, está em permanente contato com a terra.

Com melancolia, Rofs narra uma infância em que dispõe de reduzido tempo de convivência com os pais, que enfrentam árduas jornadas de trabalho. Como um retrato das famílias brasileiras, Rofs pontua, em sua fala, a escassez do tempo impactando na rotina familiar:

[...] Então a minha mãe dando aula de manhã, à tarde, à noite. Meu pai fazendo os turno dele lá no trabalho. Então assim, eu considero que eu não tive mãe. Ausente. Mas não cobro isso dela hoje não. É uma grande amiga que eu tenho. Mas, assim, eu não quero isso pros filhos de ninguém. Pai vendendo força de trabalho o dia inteiro. Na hora de dormir aquele pouquinho. Já vai dormir. No outro dia outra coisa. E vai, vai, vai. E na verdade não se arruma nada. Meu pai acabou morrendo com 53 anos. O que ele aproveitou na vida dele? Nada. Então foi assim. A minha infância foi mais ou menos nesse jeito. Com 7 anos de idade eu já ajudava meu pai a buscar bujão de gás, matar porco.

(Rofs)

Em sua trajetória de vida, Rofs trabalha como açougueiro, motorista, oleiro e na colheita de café. Para ele, seu envolvimento na militância, junto aos camponeses, transforma sua qualidade de vida. Atualmente, participa das produções coletivas no assentamento Sepé Tiaraju e mostra-se feliz com suas escolhas.

Rofs defende um projeto para o assentamento, no qual não possa haver venda de lotes e seja priorizado o trabalho coletivo, mas observa muitas limitações no espaço em questão, como o próprio acesso dos assentados à água. Dessa forma, o depoente representa o Sepé Tiarajú, ainda, como um “assentamento de mentirinha”, em que se concede a terra, sem as condições necessárias para a habitação e cultivo no local.

[...] Eu costumo brincar aqui no Sepé Tiarajú, quando eu vou nas reuniões de núcleo, que feliz de nós se a gente tivesse um trator de fato, a semente e como custear aquela primeira safra pra sair do nada e virar alguém de fato. Não ocorre aqui não.[..]

(Rofs)

Para Rofs, terra representa a não acumulação de bens materiais, a dignidade, o sustento, o fim da exclusão social e do emprego informal, a salvação do

trabalhador rural expropriado e empobrecido. A reforma agrária é definida, pelo colaborador, como uma “mentira da social-democracia”, que só se realizará efetivamente a partir de um projeto político socialista. A reforma agrária capitalista é simbolizada por ele como o agronegócio, a monocultura e o modelo agroexportador.

No entanto, o informante confia na concretização da reforma agrária, para o oprimido, de uma forma que ele possa ter acesso aos direitos básicos, como saúde e educação. Acredita na força popular para a transformação social. Narra seus ideais com convicção e entusiasmo:

[..] vou tornar a lembrar do meu pai. Ele dizia um dia lá na casa dele pra mim “Pára com isso Rofinho. Não muda nada rapaz!” “Muda meu pai. Muda, que se a gente continuar o diferente muda”. Então é isso. Não mudou ainda não. Não mudou ainda não meu pai. Já que você acreditava nos espíritos, tá aqui berando a gente. Não mudou, mas nós continuamos lutando. Eu espero que meu pessoalzinho reaja e sobre um lutador lá em casa.

(Rofs)

Rofs afirma que a luta por melhores condições de vida e trabalho para a sociedade está acima de sua família e sonha com um projeto socialista para tal finalidade, projeto este que ilumina sua vida, que o faz um militante e clarifica seu entendimento de mundo.

José Ferreira de Souza, 42 anos, é um dos agricultores do acampamento Mário Lago, situado na Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, que nos concede o relato de sua trajetória pessoal.

Nascido no Vale do Jequitinhonha (MG), filho de trabalhadores rurais é primogênito de sete irmãos. As dificuldades encontradas por sua família culminam no êxodo para a cidade, onde buscam oportunidade de estudo e melhorias nas condições de vida. No entanto, tais expectativas não se concretizam e o depoente,

assim como seus irmãos, são precocemente obrigados a se empregar, para contribuir com a sobrevivência da família, distanciando-se da rotina escolar.

José, na infância, auxilia os pais na lavoura. Com quatorze anos de idade, no meio urbano, torna-se servente de pedreiro e, um ano mais tarde, migra para o estado de São Paulo, onde retorna ao campo. Desempregado por mais de dez anos, sem qualificação profissional, nosso colaborador afirma que o trabalho no corte da cana-de-açúcar não contempla um aluguel e os demais custos para o sustento de uma família; assim, torna-se um ambulante no mundo do subemprego.

Diante de tais condições, José passa a integrar o MST, em 2004, e a narração desse momento é simbolizada como esperança, possibilidade, solução, sobrevivência e perspectiva de futuro:

[...] a vida que tava levando na cidade infelizmente não dava pra continuar. Quer dizer, não tinha perspectiva nenhuma pra criar os filhos. Sou casado, tenho 3 filhos e não tinha perspectiva. Então conheci o Movimento Sem-Terra e vim pro Movimento e, é esse o sonho. Perspectiva de voltar pras minhas raízes, voltar pro campo, trazer meus filhos pro campo e construir uma auto-sustentação. A gente não sonha em ganhar dinheiro e ficar rico. A gente sonha na auto-sustentação. Uma vida digna.

(José)

José é mais um colaborador que se distancia da terra e da família. Assim como o entrevistado, inúmeros brasileiros, empobrecidos devido às condições de trabalho e sobrevivência no meio rural, tornam-se migrantes e somam perdas. Ecléa Bosi, em *Cultura e desenraizamento*, leva-nos a pensar sobre elas: a lavoura, a casa, os laços afetivos e os costumes regionais, ou seja, a cultura popular que vai se esvaecendo ao longo do percurso desses sujeitos. Assim, José, hoje um assentado, tem a oportunidade de procurar reaver suas raízes.

A pobreza e a exclusão vivenciadas na cidade motivam José a lutar pela terra, representada por ele como o meio de sustento do ser humano, como um direito e um

bem social. A busca pela reforma agrária é entendida, pelo depoente, como a solução para a desigualdade, mas urge ser um processo pleno, com distribuição de terra e acesso à educação, saúde e cultura.

[...] eu vejo que a única saída da exclusão, como eu já disse, da exclusão social é a Reforma Agrária. Essa idéia de que “ah, vamos construir casas na cidade, vamos desfavelar a cidade”, isso não existe, porque o trabalhador tem a casa, mas não tem a alimentação. Não tem condições de pagar a luz, não tem condições de pagar a água. Não tem educação. Não tem saúde. Então é inviável. Tá inchando as cidades e virando aí essa violência que tá. Como eu já disse, é inviável. Então eu acho que a Reforma Agrária é o caminho. Mas uma Reforma Agrária bem feita, porque não adianta nada. Não é distribuição de terra. Distribuição de terra não resolve o problema. Tem que ser uma Reforma Agrária. Um plano de auto-sustentação.

(José)

José, que vive na região de Ribeirão Preto, concebe o agronegócio como uma propaganda para poucas pessoas, um entrave para a redistribuição de terras, um incremento para o favelamento e a violência no meio urbano. No entanto, acredita firmemente na efetivação da reforma agrária, que se concretizará em decorrências das ocupações, das mobilizações e da luta popular que mudará o percurso da história do país. E ressalta:

[...] Hoje, muitos trabalhadores vê a ocupação de terra como invasão, esses negócios, e não é isso. As ocupações de terra é um direito nosso. A Reforma Agrária é um direito nosso. Temos isso na Constituição como direito, só que infelizmente os nossos direitos não são cumpridos e pra gente fazer que seja cumprido tem que ser através de luta, através de enfrentamento.

(José)

José, mesmo sendo um acampado e morando em um barraco de lona, sem água encanada e sem luz elétrica, afirma que a qualidade de vida de sua família obtém uma significativa melhora; acredita que o advento do assentamento melhorará essa realidade. Assim, José sonha com uma vida digna, sem fome, com lazer, escola, cultura, consciência, preservação do meio ambiente, cultivo e felicidade.

Reine Umberto da Silva, 48 anos, trabalhador rural do acampamento Mário Lago, atende-nos no dia 25 de setembro de 2006. Interrompe uma reunião e, muito solícito, nos narra sua história de vida.

Natural de Veríssimo (MG), filho de agricultores, o depoente e seus sete irmãos trabalham na lavoura durante a infância, buscando o sustento comprometido pela morte do pai. Em um tom de lamento, Reine inicia sua trajetória a partir desse fato:

O meu pai, eu não conheci ele. Quando ele desencarnou eu tava com 2 anos. Nem lembro. Mas, inclusive, ele morreu na inchada. Na roça. Caiu uma fâsca. Ficou em pé. Nem caiu. Ficou em pé na inchada. Escuta, quando cai uma fâsca assim é eletrocutado, né?  
(Reine)

Reine define sua infância como um período marcado por grandes dificuldades, muito trabalho e pouco tempo para estudar. Ao remeter-se a essa etapa de sua vida, o entrevistado lembra-se do caxi, o que é destacado em sua fala com saudosismo.

Na adolescência, Reine deixa o meio rural e emprega-se em Uberaba (MG), como cobrador de ônibus. Após um ano, já casado, retorna ao campo e passa a trabalhar na agropecuária, na construção civil dentro das fazendas e como administrador. No entanto, as condições de subsistência vão, paulatinamente, tornando-se difíceis, e Reine novamente migra para a cidade em busca de melhorias em sua qualidade de vida.

[...] Porque os fazendeiros foi tirando as regalias que a gente tinha, porque a gente tinha tudo. Tinha trato pra porco. Tinha pasto pra criação, pra cavalo. Você podia plantar. Você tirava leite. Você tinha curral na fazenda. Você tinha lá 2 litros de leite ou 3, que precisasse. Eles foram cortando tudo. Tomando tudo dos funcionários, dos empregados, os campeiros, como se diz. Aí falei “Ah, vamo embora pra cidade. Não adianta. Nós tá aqui, mas nós tem que comprar tudo. Não podemos guardar nem um pouco”. Aí viemos pra cidade de novo. Isso já em 90. Em 95 eu ainda tava aqui na cidade. 95 até agora, 2006. Aí já é em Ribeirão Preto. [...]

(Reine)

Em 2003, Reine conhece o MST, fator que, segundo seus relatos, demonstra um “novo” período em sua história pessoal, embora ainda não esteja assentado legalmente. Ao ser interpelado a esse respeito, diz: “Mudou totalmente!” Com satisfação, expõe seu cotidiano no acampamento, enfatizando os cultivos e criações e, sobretudo, sua participação na busca do desenvolvimento do referido local, em uma perspectiva de coletividade, o que é contado com evidente entusiasmo. O informante afirma, com convicção, que seu aprendizado no movimento tem sido intenso, ultrapassando toda a experiência adquirida por ele anteriormente.

A terra é simbolizada por Reine como liberdade; a reforma agrária como igualdade, qualidade de vida, educação, saúde e preservação do meio ambiente, fator comprometido, em sua visão, pelo agronegócio. Para ele, os movimentos sociais são imprescindíveis na efetivação da reforma agrária no país.

Afirmando que o acampamento o curou de uma doença cardíaca, Reine pretende acompanhar o MST e alcançar uma tranquilidade ainda maior em sua vida. Assim, compara cidade-campo:

[...] Lá você tem a possibilidade ou não tem. Você tem que trabalhar, porque tudo vence. Vence aluguel, vence água, vence luz. Tudo vence. Aqui não. Você tando aqui se vencer água é taxa mínima. Luz também. Rural é taxa mínima. Você não vai ter que tá comprando legumes, carnes, ovos, essas coisas. Isso é viver.

(Reine)

Reine confia, luta e espera a concretização de um sonho: do acampamento ao assentamento Mário Lago. Essa busca é, hoje, o significado de sua vida, sua meta, e, para isso, é participativo, cidadão e consciente. É um agente transformador.

As falas dos nossos sujeitos de pesquisa, Carlinhos, Rosana, Veríssimo, Ronaldo, Adão, Rofs, José e Reine, personagens desta história, revelam-nos a questão agrária, ou seja, a passagem do pequeno produtor a um trabalhador

assalariado, na região de Ribeirão Preto. Em uma dimensão mais ampla nos possibilitam visualizá-la no cenário brasileiro e nos remetem a questões como migração, proletarização, expropriação e questão fundiária (luta pela terra).

Verificamos que a situação vivenciada no campo vai modificando-se devido a um trabalho de base realizado pela Igreja e pelo MST, o movimento social mais organizado do Brasil e, muito possivelmente, da América Latina.

A mecanização do campo acelera a produtividade mas compromete o emprego, fator que, somado à estrutura fundiária concentracionista que gera a supressão do pequeno produtor em detrimento dos latifundiários, leva a um intenso êxodo rural e ao crescimento desordenado das periferias. Daí a imprescindível necessidade, histórica e permanente, de ponderação sobre a função social da propriedade.

O trabalhador rural busca um pedaço de terra, ao sonhar em *fazer a América*, ao esperar pela reforma agrária, serve ao desenvolvimento do capital, ao ser mercadoria, ao pagar com o café colhido a utilização da terra do outro, ao ser um volante. Sua trajetória faz parte da história da cidade e do país. Assim, repensar a história de Ribeirão Preto na perspectiva da questão agrária é entender e valorizar o mundo rural, tão sofrido e necessário ao desenvolvimento do mundo urbano.

### **1.3 O caminho**

As ciências do homem vêm buscando, cada vez mais, novas formas de pesquisa que contemplem as indagações existentes a respeito de um universo tão complexo, e muitas vezes obscuro, que é o ser humano e o seu interior. Ter como

objeto de análise as relações que se estabelecem entre as pessoas, na sociedade, as maneiras diversas de interpretação do mundo, as diferentes formas de conhecimento, os comportamentos, as frustrações, sonhos e expectativas são aspectos que não podem ser medidos, que não cabem em estudos com técnicas rígidas de coleta de dados.

É por isso que é desafiador ser um pesquisador social, um estudioso das subjetividades, que precisa saber prover-se de contribuições de diferentes áreas do saber para atingir seus objetivos. Necessita estar aberto ao novo e se perceber como sujeito da pesquisa, tendo sua história de vida presente em suas investigações. Assim, as análises sociais nunca são idênticas, pois o interior do ser humano, o social, não é mensurável, não é exato, não é passível de análises positivistas.

A história oral está imersa nessa proposta de estudo do homem que, diferentemente das análises tradicionais, pretende dar voz às pessoas, sobretudo ao pobre, ao oprimido e ao marginalizado, que possuem experiências de vida não registradas, mas que são tão importantes para o entendimento do todo quanto os fatos relatados pela documentação convencional.

Ouvir e apreender as visões das pessoas comuns, dos idosos, das crianças, dos enfermos, das vítimas, dos trabalhadores rurais e urbanos e das elites é fundamental para a construção das ciências sociais, pois um período não é constituído somente por uma conjuntura política e econômica, que está narrada em vários tipos de registros escritos, mas que também é vivenciada de formas diversas pelos sujeitos.

As ressonâncias de determinado acontecimento são apreendidas e têm impactos diferentes em cada comunidade; e a soma de todas essas especificidades,

que variam de acordo com a classe social, com os aspectos culturais e religiosos, com a experiência de vida e com o tipo de trabalho de cada pessoa, explica o coletivo e o social.

Desse modo, para buscarmos a compreensão da luta pela terra é necessário que possamos ouvir as narrações das pessoas envolvidas, pois, saber o que é a reforma agrária, quantas famílias foram assentadas e qual o plano de governo para essa problemática, não desvela todo o contexto que envolve essa questão. É extremamente significativo deixar que os próprios trabalhadores rurais expressem suas inquietações, seu cotidiano e suas esperanças.

Concordamos com José de Souza Martins ao afirmar, em um de seus estudos:

Daí a importância de ouvir o campesinato. É evidente que ouvir o campesinato não quer dizer, simplisticamente, partir do próprio discurso dos 'agentes sociais'. Quer dizer isso e muito mais. Quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa. É preciso captar o sentido dessa fala, ao invés de imputar-lhe sentido, ao invés de desdenhá-la<sup>34</sup>.

A história oral é um método de pesquisa que permite esse tipo de estudo e fornece subsídios para essas explicações; contempla o deciframento da fala, dos gestos, das ações e das representações, proposto na frase supracitada.

No entanto, a história oral, hoje amplamente empregada, não somente na elaboração da historiografia, mas nas investigações das ciências do homem em geral, foi *a priori* apenas utilizada na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos e na Inglaterra, e só mais tarde, no Brasil, na década de 1970. Nos Estados Unidos, conforme Meihy, em *Manual de História Oral*, o surgimento da metodologia

---

<sup>34</sup> MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 17.

ocorre em 1948, com um arquivo organizado por Allan Nevins, que procura registrar as experiências dos ex-combatentes da Segunda Guerra e de suas famílias.

Posteriormente, a história oral nos Estados Unidos foca mais as elites, não cumprindo o seu maior papel - dar voz às pessoas comuns. Na década de 1960, Paul Thompson, historiador social inglês, passa a utilizar a entrevista em seus estudos históricos, o que culmina na escrita da primeira versão da sua obra *A voz do passado*, na qual divulga o método, sua importância e aplicabilidade para várias outras localidades. A partir disso, Thompson é um referencial obrigatório para os oralistas, sendo, em nossa visão, a leitura inicial a ser efetuada para os pretendem trabalhar com esse tipo de investigação.

No Brasil, segundo Meihy<sup>35</sup>, o regime militar, a falta de elo entre a academia e a história local e a tradição francesa da historiografia protelaram o uso do método.

Embora existam inúmeros trabalhos realizados com a história oral no país e que foram de grande colaboração para o conhecimento do nosso passado, os oralistas já enfrentaram, não somente aqui, mas em outras partes do mundo, resistência quanto à sua utilização. A subjetividade e a comparação com a fonte escrita são alguns dos questionamentos freqüentemente ouvidos pelos oralistas em relação ao seu método de trabalho. É necessário pontuarmos que toda fonte de pesquisa tem subjetividade, como o documento convencional, que possui intencionalidade, que cumpre uma função preestabelecida, que existe para responder a algum interesse.

Acreditamos que o pesquisador social trabalha com o subjetivo, independente das fontes coletadas, já que a subjetividade é inerente ao ser humano, e, para entender sua ação no mundo, sua cultura e seu pensamento, esse estudioso precisa saber apreender os sentimentos e torná-los inteligíveis.

---

<sup>35</sup> MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2002.

A história oral permite que o pesquisador se aproxime dos conceitos de cidadania e de democracia, compreenda que nós somos a história e, ainda, que nossos atos, nossos pensamentos e nossas relações constroem uma história que não é só nossa, mas coletiva.

Assim, refletindo a respeito da nossa problemática, concluímos que a apreensão da história de vida do trabalhador rural assentado de Ribeirão Preto, que teve ou tem relação com a CPT, seria um caminho exeqüível para analisarmos frustrações, lutas e valores atuais por fatos do passado e perceber a influência da pastoral na conduta de cada um dos indivíduos participantes do estudo, em momentos diferentes de suas trajetórias pessoais.

É por isso que entendemos que a história de vida, uma vertente da história oral, é de fundamental importância para apreendermos valores, subjetividades e comportamentos modificados em todo um percurso a partir de influências diversas, não recorrendo a entrevistas puramente sociológicas que, nesse caso, não responderiam plenamente a nossas indagações.

Partindo-se do pressuposto de que a grande transformação de uma sociedade oprimida, superando a exploração, a dominação e a miséria, será realmente alcançada se for uma luta do próprio povo, a partir dos seus valores e de sua conscientização, verificamos, por meio das histórias de vida, qual o papel desempenhado pela CPT na construção de tais valores e consciência, no despertar do trabalhador rural para o exercício da cidadania.

As entrevistas possibilitam que os depoentes repensem suas vidas enquanto narram sobre elas, sintam-se lembrados e percebam que são importantes para que nós – pesquisadores – possamos escrever a história, analisar a sociedade e seus antagonismos, denunciando e colaborando para o esfacelamento de tais ambigüidades.

A história oral é um caminho que proporciona a apreensão do cotidiano e das versões das pessoas em relação ao enquadramento histórico que vivenciam, e que revela um outro lado dos acontecimentos, diferentemente das versões trazidas pelos documentos escritos, também importantes, mas que, juntas, cada uma à sua maneira, constroem as ciências sociais.

A evidência oral resgata experiências individuais e grupais que, somadas aos grandes fatos, ajudam-nos a entender um período de forma mais completa e enriquecedora. Já que todas as pessoas são atores do processo histórico, independente da raça, classe social ou profissão, o estudo do cotidiano desses personagens, somado e explicado a partir de um contexto histórico mais amplo, permite-nos compreender a vida coletiva.

“Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que a marca como história viva.”<sup>36</sup>

[...] a voz consegue, como nenhum outro meio, trazer o passado até o presente. E sua utilização altera não só a textura da história, mas seu conteúdo. Desloca o centro de atenção, das leis, estatísticas, administradores e governos, para as pessoas.<sup>37</sup>

Como parte de um compromisso com o social, amplo, a vida em todas as suas manifestações se apresenta como um desafio em que a carga do presente é explicada nas versões dos nexos anteriores transmitidos oralmente. Não se trata, contudo, das explicações provadas por documentos raros, escritos e cartoriais. As versões que amparam a história oral são as retidas na memória das pessoas, forjadas em imaginários construídos; são as que circulam no cotidiano ou passam formal ou informalmente de uma geração para outra, poucas vezes podendo ser equiparadas aos documentos de arquivos.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> MEIHY, op. cit., p. 15.

<sup>37</sup> THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.334.

<sup>38</sup> MEIHY, op. cit., p. 9.

Assim, as frases nos mostram claramente a importância da entrevista na construção dos estudos ligados às ciências humanas, sendo extremamente significativo pontuarmos que seu uso não se resume à ausência de documentação, mas sim do que se espera alcançar com determinada pesquisa.

Nesse sentido, a história oral pode ser utilizada como técnica, quando for complementar a outras fontes, ou como método, quando os depoimentos, ponto central do estudo, respondem ao objetivo proposto. Na presente pesquisa, usamos como método a história oral pura, que trabalha exclusivamente com entrevistas.

[...] os que vêem a história oral pura como insuficiente se esquecem de que o interesse maior reside na explicação da versão e não na exatidão, que, aliás, na maioria das vezes, pode dispensar a entrevista como fonte e se apoiar na documentação convencional.<sup>39</sup>

O uso da história oral necessita ser rigorosamente planejado. Após a fundamentação teórica do assunto, necessária para apreender o contexto no qual estão inseridos os sujeitos da pesquisa e até os termos próprios à sua comunidade/categoria, elaboramos o roteiro de perguntas.

O oralista pode trabalhar a história oral utilizando-se da história oral temática e da história oral de vida; nesta, as perguntas são divididas em blocos, mas o narrador está mais livre para contar os acontecimentos marcantes de sua vida, desde a infância. A história de vida, amplamente utilizada por Paul Thompson, traz a experiência de uma pessoa para entendermos a vida coletivamente.

Assim, nosso roteiro de perguntas está dividido em três grandes blocos, a saber: no primeiro momento, tratamos da infância, condições de vida e trabalho dos depoentes; posteriormente, nossas balizas pontuaram a questão da terra e, por

---

<sup>39</sup> MEIHY, op. cit., p. 116.

último, tratamos das ressonâncias da Comissão Pastoral da Terra nas condições de vida e de trabalho dos sujeitos de pesquisa (ver apêndice A).

É necessário conduzirmos a entrevista; porém, o depoente deve sentir-se livre para narrar, a partir das nossas indagações. Ele definirá o que considera importante contar, em seu discurso, sobre o assunto questionado. O roteiro, portanto, apenas direciona a fala, mas o narrador pode expressar-se sobre o assunto da forma como lhe convier, dando destaque aos fatos que mais o marcaram, omitindo o que entender que seja melhor, revelando seu desconhecimento sobre alguns aspectos, contando seu dia-a-dia, revelando suas lembranças, evidenciando, assim, sua visão sobre os questionamentos efetuados. Sendo flexível o roteiro de entrevista, o pesquisador, atento aos relatos do depoente, poderá fazer outras perguntas que considerar oportunas ao seu estudo.

Ao refletirmos sobre a representatividade do nosso estudo, delimitamos um universo populacional que consideramos de grande relevância para a análise que buscamos nessa investigação preponderantemente qualitativa: ouvimos as narrações de oito colaboradores que já alcançaram parte do que buscam em suas lutas diárias – a reforma agrária. São trabalhadores rurais do primeiro assentamento de Ribeirão Preto, Sepé Tiaraju (Fazenda Santa Clara), e do acampamento Mário Lago (Fazenda da Barra), que nos mostraram a parcela de contribuição da CPT na referida conquista e nos melhoramentos que ainda vislumbram (moradia, educação e saúde, sobretudo). Já que tais sujeitos se envolveram efetivamente com a luta pela terra, suas histórias de vida contribuíram para nos mostrar os alcances da ação pastoral em suas trajetórias.

“A questão não é de representatividade, mas de quem sabe mais.”<sup>40</sup> Na história oral não precisamos comparar as falas, mas valorizar individualmente cada experiência relatada. É possível refletir a respeito de uma comunidade a partir de uma única entrevista, por exemplo. É relevante abordarmos quem viveu ou vive determinada questão, e essa vivência, com suas particularidades, explica seus impactos para uma categoria ou classe social, pois os depoimentos justificam-se em uma dimensão maior, na qual estão inseridos. Como Meihy afirma, os depoimentos se esgotam quando as informações começam a se tornar muito semelhantes entre si.

Nossa análise pretende trazer desvelamentos a partir de uma comunidade específica, conhecendo, acima de tudo, sua realidade, que faz parte da macro-estrutura. Estudos nesse viés somam-se e explicam, conjugados, a temática agrária.

Os encontros com os depoentes do assentamento Sepé Tiaraju foram marcados previamente por um apoiador do movimento, que vive grande parte de seus dias junto aos trabalhadores do local. Ele intermediou nossa aproximação aos sujeitos de pesquisa, além de colaborar com a narração de sua trajetória pessoal. As entrevistas foram coletadas aos domingos, no assentamento, o que permitiu conhecer a realidade dos mesmos, os barracos de lona, as condições de moradia e de alimentação, as plantações e a amizade entre eles.

Como a história de vida envolve uma dimensão psicanalítica, já que, de acordo com Thompson, toma a memória como fonte, é de fundamental importância que os informantes sintam-se seguros e confiantes para a colaboração com o trabalho, sendo a intermediação, por isso, um facilitador do processo.

Para nos aproximarmos dos entrevistados do acampamento Mário Lago, apresentamos-nos pessoalmente a vários deles, explicando o objetivo da nossa

---

<sup>40</sup> THOMPSON, op. cit., p. 173.

investigação e, assim, dois colaboradores se dispuseram a nos dar seus depoimentos. As narrações foram gravadas *in loco*, o que possibilitou a observação de suas condições de vida.

Nossa intenção foi novamente explicitada a cada um dos participantes no início da entrevista, buscando a transparência necessária ao desenvolvimento do trabalho e procurando levar o depoente a perceber que suas experiências de vida e interpretações, independente de certo ou errado, são relevantes à investigação. Apenas foram interpelados os depoentes que realmente se colocaram disponíveis para as narrações.

A casa é um lugar adequado para pesquisas que tratam de questões sobre família e infância, onde o colaborador se sente mais à vontade e pode, inclusive, mostrar documentos pessoais aos quais, muito provavelmente, só teríamos acesso por meio da história oral. Em determinadas pesquisas, o próprio local de trabalho é interessante “[...] para ativar mais fortemente outras áreas da memória.”<sup>41</sup> A escolha do local, que deve priorizar ambientes com poucos ruídos, para que não prejudiquem a qualidade da gravação, deve ser refletida pelo pesquisador, mas depende da disponibilidade do entrevistado.

Em nosso estudo, todas as entrevistas foram coletadas no assentamento. Os relatos nos possibilitaram conhecer o outro, sua família, o assentamento em que vive e que é fruto de sua conquista, sua moradia, apreender as emoções nas expressões do rosto de cada informante, perceber suas angústias, preocupações e alegrias, desvelando uma realidade cheia de facetas. Por isso, fazemos nossas as palavras de Paul Thompson: “A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em

---

<sup>41</sup> THOMPSON, op. cit., p. 265.

‘sujeitos’, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira.”<sup>42</sup>.

As falas foram gravadas, evitando a interferência do entrevistador nos relatos, como pode ocorrer nos formulários, por exemplo. Segundo Thompson:

[...] a fita é um registro muito melhor e mais completo do que jamais se encontrará nas anotações rascunhadas, e menos ainda nas atas oficiais de uma reunião. [...] as atas de reuniões do Ministério documentam menos o que aconteceu na reunião do que “o que a administração pública quer que se acredite que aconteceu”<sup>43</sup>.

A relação que se estabelece entre entrevistador-entrevistado é de confiança, sendo necessário o respeito do pesquisador às opiniões emitidas, aos pedidos de supressão a algumas revelações ou à omissão da sua identidade, o que deve ser esclarecido ao leitor. As expressões do rosto, as lágrimas e os risos devem ser levados em consideração pelo pesquisador, que registrará todas as ocorrências e impressões das entrevistas em seu caderno de campo. Por esse viés, reconstruímos a história pelo olhar do outro, apreendendo sentimentos variados e até contribuindo com a auto-estima do informante.

Recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade; continuar lidando com essa lembrança pode fortalecer ou recapturar a autoconfiança. A dimensão terapêutica do trabalho de história de vida tem sido uma descoberta que sempre se repete<sup>44</sup>.

Após a entrevista, as fitas foram etiquetadas e transcritas, o que é um procedimento árduo e bastante demorado. Concordamos com José Carlos Sebe Bom Meihy, que afirma ser coerente realizar uma textualização da fala, suprimindo erros gramaticais desnecessários, para o entendimento das versões que foram

---

<sup>42</sup> THOMPSON, op. cit., p. 137.

<sup>43</sup> Ibid., p. 147.

<sup>44</sup> Ibid., p. 208.

expostas. Após essa etapa, o texto foi entregue para a avaliação do entrevistado, que assinou uma autorização para o uso de suas falas, tanto gravadas como transcritas.

Portanto, devido a essa participação ativa dos sujeitos de pesquisa, Meihy os considera mais que informantes, depoentes e atores; considera-os *colaboradores* do trabalho. É nesse envolvimento que se explicita o sentido de cidadania e democracia da história oral, e o entrevistado sente-se parte efetiva do processo histórico, percebe seu valor, considera-se alguém que tem um peso social, uma importância, e pode modificar uma situação.

Para analisar uma entrevista é importante percebermos como a pessoa relata algum fato, o que destaca, o que não refere, o que ignora, o que traz melancolia e felicidade, e procurarmos entender suas narrações dentro de um contexto mais amplo que envolve sua vida.

É significativo ressaltarmos que, quando um trabalho é feito com fonte oral e documental, as possíveis divergências observadas não devem levar o pesquisador à procura da veracidade de uma fonte ou de outra, mas analisá-las enquanto versões da realidade, que se complementam, que explicam, cada uma a seu modo, uma situação específica. Por isso, não julgamos necessário, nesse caso, a análise documental das ações da Pastoral da Terra, pois nosso foco de estudo não se encaminhou para essa direção.

As considerações sobre os dados obtidos com a história oral não necessitam de porcentagens, pois, como anteriormente relatamos, as narrações são percebidas em suas individualidades. Assim, destaca Thompson: “[...] melhor será ater-se às formas mais simples de análise e não aventurar-se para além de porcentagens

fáceis de compreender e padrões de alta correlação.”<sup>45</sup> A história oral insere-se na metodologia da pesquisa qualitativa e a interpretação é sua premissa básica.

A presença da Igreja Católica na luta pela terra foi, ainda, apreendida por meio do depoimento do Arcebispo da Arquidiocese de Ribeirão Preto, Dom Joviano Lima Júnior, do assessor da CPT local, Padre Francisco Vannerom (Padre Chico), da Paróquia Santa Terezinha, e em visitas ao Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara, sediado no Sítio São José Operário Pau D’alho, desta Arquidiocese. As entrevistas coletadas nesse momento objetivaram o enriquecimento e a complementação da nossa pesquisa, sem a intenção de compará-las às falas dos assentados.

É possível percebermos que a *matéria-prima* extraída com a história oral, ao ser analisada, muitas vezes nos remete ao uso das representações sociais, que surgem no senso comum e revelam a relação que se estabelece entre o fato pesquisado e os seus significados, reflexos e ressonâncias junto ao sujeito de pesquisa, processo que envolve uma dimensão simbólica, sendo uma outra faceta da realidade.

Assim, as representações são os pensamentos / idéias / interpretações da sociedade diante do mundo por ela vivenciado, procurando sua compreensão, questionando-o, justificando-o.

A respeito, Dulce Maria Pamplona Guimarães afirma:

Entendemos representações como expressões individuais decorrentes da realidade social em que o ator está imerso, realidade povoada de múltiplas matrizes de significação em que se cruzam inúmeras esferas de influências sobre o indivíduo [...]<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> THOMPSON, op. cit., p. 318.

<sup>46</sup> GUIMARÃES, op. cit., p. 23.

Seguindo essa linha de raciocínio, Sandra Jovchelovitch conclui:

Símbolos pressupõem a capacidade de evocar presença apesar da ausência, já que sua característica fundamental é que eles significam uma outra coisa. Nesse sentido, eles criam o objeto representado, construindo uma nova realidade para a realidade que já lá está<sup>47</sup>.

Conforme Denise Jodelet<sup>48</sup>, as pessoas sempre buscam entender o mundo que as cerca, a partir de suas interpretações, que estão vinculadas ao seu cotidiano, à sua história de vida, questionando a realidade e procurando compreendê-la, para posicionar-se a seu respeito. As representações de um grupo social podem ser evidenciadas em suas falas, nos discursos da imprensa e nas condutas, por exemplo.

Ao interpelarmos um indivíduo, por meio da história oral, obtemos informações que nos permitem entender como fatos do passado influenciam na vida atual da pessoa, qual a sua visão a respeito de determinados acontecimentos e quais as representações atribuídas a eles.

As representações, que variam conforme a classe social e a categoria, revelam as divergências e concordâncias existentes entre os vários grupos da sociedade, mostram os impactos diversos que um fato concreto promove na vida das pessoas, como elas o entendem e o vivenciam.

A partir desse viés, a reforma agrária foi por nós assim apreendida: por meio da história oral podemos apreender as representações construídas pelos trabalhadores rurais diante dessa essa problemática, ou seja, qual o seu entendimento a esse respeito, como vêem a questão e o que a luta pela terra

---

<sup>47</sup> JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 74.

<sup>48</sup> Cf. JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. **As representações sociais**. Paris: PUF, 1997.

representa em suas vidas. Dessa forma se dá a união entre história oral e representações sociais.

O estudo efetuado por Denise Jodelet, somado ao de Maria Cecília de Souza Minayo<sup>49</sup>, que se remetem aos clássicos da sociologia e da antropologia a respeito das representações sociais, são extremamente relevantes àqueles que pretendem desenvolver trabalhos com esse tipo de abordagem.

A competente leitura que as autoras fazem contemplam satisfatoriamente o entendimento das representações. Não estamos discordando da necessidade do conhecimento direto das obras de Durkheim, Marx e Weber, por exemplo, mas a disponibilidade de tempo dos pesquisadores nem sempre permite uma gama de leituras tão ousada. Então, muitas vezes, trabalhos que expressam claramente um assunto respondem às necessidades metodológicas. Assim, o estudo das referidas autoras nos permite traçar um percurso histórico do uso das representações sociais.

Durkheim é o primeiro a perceber as representações da sociedade. No entanto, sua visão é considerada positivista por estudiosos da sociologia compreensiva e da fenomenologia, como Weber e Schutz, pois o sociólogo afirma que a sociedade tem poder de coerção sobre os indivíduos, em sua forma de conceber o mundo que os cerca, o que limitaria as diversidades e os confrontos entre os grupos que vivenciam uma mesma questão de modo antagônico, por exemplo.

Durkheim é seguido por Mauss e, posteriormente, por Moscovici, na psicologia social que, entre outros aspectos, considera as representações uma maneira de entendermos as trocas, a comunicação entre os grupos. Mauss,

---

<sup>49</sup> Cf. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

antropólogo, sobrinho e discípulo de Durkheim, ao refletir sobre a sociedade, acredita que o real não é só a interpretação do homem, mas o fato concreto somado à esfera simbólica elaborada pelas pessoas sobre o mesmo. Afirma que a sociedade expressa suas representações por meio da palavra, dos costumes e dos valores.

Para Weber, a elaboração mental da sociedade sobre a concretude dos fatos é tão importante quanto eles e pode influenciá-los diretamente. Dessa forma, entende que as idéias refletem no econômico, por exemplo. Segundo Weber, a apreensão das representações sobre o fato social é fundamental para o entendimento de um contexto específico, e a compreensão da realidade, na perspectiva somente da base material influenciando as idéias, resultaria em uma análise mecânica. Segundo Max Weber, citado por Minayo:

De um lado, afirma que o capitalismo 'educa' e 'cria' seus sujeitos pela seleção econômica. De outro, demonstra que as idéias de trabalho como virtude máxima e vocação do homem, prosperidade como bênção divina, lucro como fator legítimo das relações econômicas, contribuíram para fazer avançar o capitalismo, tanto quanto ou mais do que a 'acumulação primitiva'<sup>50</sup>.

Assim, as representações são versões do real, repletas de significados, o que a ciência procura desvelar ao estudá-las, analisando-as com métodos e técnicas de pesquisa. São subjetivas, porém são exatamente os sentimentos, as intenções e as diferentes percepções de mundo que interessam àqueles que se propõem investigar as representações sociais.

Quando Karl Marx se refere à dialética, está buscando a relação existente entre o mental e o material, ou seja, as representações estão aqui presentes. Para Marx, o material influencia na vida das pessoas, em sua consciência, o que se manifesta pelas palavras. O material, segundo Marx, é anterior às idéias da

---

<sup>50</sup> MINAYO, op. cit., p. 93, grifo do autor.

sociedade, mas possui uma relação dialética com elas.

Gramsci sublinha a importância do estudo das representações, pois acredita que a transformação dos dominados, oprimidos e marginalizados somente acontecerá a partir de suas idéias. Para ele, as representações de um período histórico revelam mudanças e permanências na estrutura e relações da sociedade.

Lukács também se remete às representações sociais - como Marx -, acreditando na influência do econômico na visão de mundo das pessoas. Entende, ainda, que as representações individuais podem expressar as representações de um grupo. Bourdieu concorda com Lukács quando afirma que uma categoria vive acontecimentos semelhantes em suas vidas, a partir de uma conjuntura comum a todos; daí a legitimidade do estudo das representações sociais individuais para o entendimento de uma dimensão maior.

Schutz concebe as representações – advindas do senso comum - como a percepção que o sujeito, ator social, tem de um determinado acontecimento em sua vida, das experiências cotidianas e das trocas na sociedade. Para ele, é importante a busca do conhecimento das representações sociais para a compreensão das ações dos homens, direcionadas por suas idéias.

Bourdieu e Baktin afirmam que as representações sociais manifestam-se por meio da fala. Como destaca Baktin, citado por Minayo:

Através da comunicação verbal – que é inseparável de outras formas de comunicação – as pessoas ‘refletem e refratam’ conflitos e contradições próprios do sistema de dominação, onde a resistência está dialeticamente relacionada com a submissão<sup>51</sup>.

Duby considera que as representações sociais possibilitam a análise da relação entre o material e o mental, para visualizarmos meios de buscarmos o

---

<sup>51</sup> MINAYO, op. cit., p. 103, grifo do autor.

desenvolvimento social.

As representações sociais são expressões vivas da realidade, que podem ser captadas nas falas dos indivíduos, nos discursos, na linguagem, coletados por meio da história oral. Ao relatar sua vida, o sujeito vai revelando os significados atribuídos ao longo de sua trajetória aos aspectos indagados pelo pesquisador, desvelando suas idéias, suas visões, suas frustrações, seus sentimentos, suas relações com a sociedade, com o mundo do trabalho, com a família, projetos e sonhos, enfim, suas *representações*.

A fala, revelada pela entrevista, mostra a articulação dialética da realidade material. Por isso, para verificarmos como os sujeitos analisam, sentem, interiorizam certas ações / acontecimentos em suas vidas, precisamos conhecer a concretude dos fatos, as relações existentes em um determinado enquadramento histórico, a fim de percebermos os significados construídos pelos depoentes para a problemática levantada.

As representações sociais, imagens / símbolos / reflexões da concretude dos fatos são ricas para o estudo do homem, por isso foram amplamente discutidas e analisadas por pensadores consagrados. Entre concordâncias e divergências, todos atribuem às representações valor extremamente significativo para a compreensão da sociedade.

Devemos estudar, *a priori* a conjuntura e, posteriormente, a sua representação, sendo, a coleta de depoimentos, uma forma que responde satisfatoriamente a esse tipo de investigação; daí a estreita ligação entre história oral e representações sociais. A linguagem é buscada, pois está presente em toda relação social e expressa as diferenças entre a sociedade, o distanciamento entre pobres e ricos, desvela o convívio entre os indivíduos, suas lutas, a relação entre os

povos e com o contexto histórico no qual estão inseridos.

Portanto, a interpretação e as idéias que uma pessoa / uma comunidade/ uma categoria possuem sobre um fato material podem ter impactos sobre eles, por isso é tão importante o estudo das representações, até para torná-las evidentes aos próprios sujeitos da pesquisa, que, ao reverem suas vidas, suas condutas, seus questionamentos, a dominação e o conformismo, podem passar a valorizar mais o seu papel enquanto cidadãos, com deveres e direitos, em uma realidade que é construída também por eles, a cada dia. Enfim, a apreensão e o estudo das representações – muitas vezes coletadas por meio da história oral - contribuem, indiscutivelmente, para a busca da transformação social.

É relevante destacarmos que, após a construção do trabalho científico, que teve a colaboração efetiva dos sujeitos de pesquisa, é ético, acima de tudo, devolvermos aos mesmos os resultados alcançados na investigação da qual participaram. Assim, a ciência / a academia cumpre sua função de realizar estudos que contribuam com a sociedade e, por isso, devem ser acessíveis, principalmente, à comunidade tratada na análise.

A realidade vivida - apreendida pelos pesquisadores e exposta aos próprios protagonistas - é a grande reveladora e norteadora das ações sociais que procuram, constantemente, entre erros e acertos, um mundo justo.

## **2 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA EM RIBEIRÃO PRETO: FUNDAMENTO E HISTÓRIA**

A CPT não é apenas uma Comissão Pastoral da Terra. A CPT é, sobretudo e fundamentalmente, uma Comissão Pastoral da Vida. Os caminhos abertos pela CPT ainda não estão plenamente decifrados. Nós ainda não conhecemos todas as implicações que a fundação da CPT teve, tem e ainda terá na história social do nosso país. Não só na história das classes trabalhadoras rurais, mas também no conjunto da história social, também, até por implicação, na história do Estado e na história das classes dominantes.

(José de Souza Martins)

## 2.1 O fundamento

Os movimentos no mundo rural tornaram-se mais evidentes a partir da década de 1950, ocorrendo por todo o território brasileiro. A partir desse período, além da presença das Ligas Camponesas fundadas pelo PCB junto à questão agrária, a Igreja Católica passa a preocupar-se com os camponeses, em um posicionamento ainda reacionário.

Segundo Leonilde Sérvolo de Medeiros (1989), em sua obra *História dos movimentos sociais no campo*, na década de 1960 a Igreja procura a sindicalização dos trabalhadores rurais objetivando o cumprimento dos direitos trabalhistas, a realização da reforma agrária e, sobretudo, o distanciamento da categoria do comunismo, a partir das orientações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esse contexto provoca discordâncias dentro da referida Instituição, entre a parcela conservadora da Igreja e a Ação Católica Brasileira - composta pela Juventude Universitária Católica (JUC) e pela Juventude Estudantil Católica (JEC), surgindo a Ação Popular, com ideais socialistas.

Paulatinamente, verificamos uma mudança de relevo na postura da Igreja. O cristão, entendido como sujeito do processo histórico, tem um compromisso com o outro, de amor e caridade. A proximidade a Deus é revelada no tratamento do cristão com as pessoas, em suas ações no mundo. Essa seria a perspectiva de uma nova compreensão da fé, a Teologia da Libertação, que repensa a conduta dos homens, as questões sociais e o papel da Igreja, fundamentado no Evangelho.

Segundo Gustavo Gutierrez (1983), em *Teologia da Libertação*, a Teologia é o entendimento da fé e de suas ressonâncias na conduta dos cristãos. Inicialmente, a Teologia restringe-se à reflexão do Evangelho, desvincula a fé dos problemas

cotidianos, da comunidade. Tal leitura rompe-se no século XIV, separando-se Teologia e espiritualidade.

O percurso histórico da Teologia tem como um de seus expoentes Santo Tomás de Aquino, que acredita na caridade como fator de proximidade do homem a Deus. Essa visão muda com a Escolástica e a Teologia transforma-se, após o Concílio de Trento, em disciplina na formação eclesiástica, tendo como foco a análise do Evangelho e das doutrinas da Igreja.

Atualmente, a visão tomista da Teologia é recuperada, entendendo-a como uma expressão da fé e da racionalidade, destacando-se a questão da caridade, como anteriormente. “Isto levou a ver a fé, mais biblicamente, como um ato de confiança, de saída de si mesmo, como um compromisso com Deus e com o próximo, como uma relação com os demais.”<sup>52</sup>

Assim, a Teologia deixa de ser uma análise do Evangelho por si mesmo, passando a ter uma dimensão mais ampla: valorizando as atitudes dos homens, procurando transpor a verdade do Evangelho para o plano real e não somente espiritual, e entendendo a necessidade da Igreja de intervir efetivamente nas questões sociais.

Explicita-se, a partir desse momento, a função da Igreja a serviço do homem, o que é pregado no Concílio Ecumênico do Vaticano II (1962-1965): “Igreja de serviço e não de poder”.<sup>53</sup> A Igreja, então, é repensada e passa a ser enfatizada a ação pastoral, acreditando ser esta uma contribuição relevante do apostolado junto aos povos, tornando-os conscientes de seu papel na sociedade, buscando na concretude a transformação social e um mundo mais harmônico, conforme pregado

---

<sup>52</sup> GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação: perspectivas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983. Tradução de Jorge Soares. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983, p. 19.

<sup>53</sup> Ibid., p. 20.

no Evangelho. A Igreja é vista nesse momento como “ [...] a semente e o início do Reino de Deus”<sup>54</sup> no mundo real.

O Vaticano II, ocorrido durante o pontificado de João XXIII, diferentemente do Concílio Vaticano I, de caráter mais conservador, pensa amplamente a função dos clérigos e dos cristãos no mundo, evoca uma Igreja menos hierarquizada, uma Igreja pastoral, inteligível e amoldável a todas as etnias.

O Concílio Vaticano II, que tem como ponto de reflexão o ser humano, fundamenta-se teoricamente na Doutrina Social da Igreja ou Pensamento Social Cristão. Norteia atemporalmente a interpretação do Evangelho, já que traz análises de situações vivenciais do mundo profano (exploração, desigualdade, injustiça) que perpassam toda a história da humanidade, resguardando-se apenas suas particularidades inerentes a cada período no qual se explicam.

Ela não inibe a originalidade do pensamento social cristão, porém evita a repetição de experiências amargas e o protege da ingênua pretensão de querer começar tudo de novo. Renunciar à experiência acumulada, em nome da preservação da originalidade, pode inconscientemente ocultar o fato que o original é apenas o resultado da compilação secreta de fontes mais remotas. [...] <sup>55</sup>

Assim, o pensamento social cristão delineia-se, a partir do primeiro documento oficial da Igreja Católica referente às questões sociais, a *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, ambientado durante o avanço do socialismo, contra o qual a Igreja se posiciona. Daí por diante, os Papas subseqüentes pronunciam-se, cada vez mais incisivamente, sobre a problemática social, redigindo documentos que, na maioria das vezes, rememoram o aniversário da supracitada encíclica e explicitam os problemas vivenciados no momento em que são escritos.

<sup>54</sup> ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. **O que é igreja**. São Paulo: Brasiliense, 1981, (Primeiros passos, 32), p. 13-14.

<sup>55</sup> BIGO, Pierre; ÁVILA, Fernando Bastos de. **Fé cristã e compromisso social: elementos para uma reflexão sobre a América Latina à luz da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 156.

Entre os documentos acima mencionados cumpre sublinhar dois aspectos da *Quadragesimo Anno* (Q.A.):

[...] É necessário que as riquezas, em contínuo incremento com o progresso da economia social, sejam repartidas pelos indivíduos ou pelas classes particulares de tal maneira, que se salve sempre a utilidade comum, de que falava Leão XIII, ou, por outras palavras, que em nada se prejudique o bem geral de toda a sociedade. Esta lei de justiça social proíbe que uma classe seja pela outra excluída da participação dos lucros [...] (Q.A. n.57).

E o Papa complementa seu pensamento:

Cada um deve, pois, ter a sua parte nos bens materiais; e deve procurar-se que a sua repartição seja pautada pelas normas do bem comum e da justiça social. Hoje, porém, à vista do contraste estridente que há entre o pequeno número de ultra-ricos e a multidão inumerável dos pobres, não há homem prudente que não reconheça os gravíssimos inconvenientes da atual repartição da riqueza. (Q.A. n.58)

Podemos, ainda, ressaltar a importância da Encíclica *Mater et Magistra* (1961), redigida durante o pontificado de João XXIII, para o amadurecimento da visão da Igreja diante dos problemas sociais. Nela o apostolado reflete sobre a bipolarização mundial e seus desdobramentos nas relações entre os países e, entre outros aspectos, discute as condições de trabalho e vida no mundo rural, o que já havia sido referenciado também nos pronunciamentos de Pio XII. Em 1963, o pensamento social é ainda enfatizado na Encíclica *Pacem in Terris*, que se remete à busca da cidadania pelos homens.

A profunda renovação inaugurada por João XXIII, no seu breve pontificado, terá decisivas repercussões na pastoral da Igreja, especialmente na sua pastoral social. Mas elas serão consolidadas e plenamente explicitadas nos grandes documentos do Concílio Vaticano II, inaugurado por João, presidido por Paulo e prolongado por João Paulo.<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> BIGO; AVILA, op. cit., p. 196. O texto refere-se a João XXIII, Paulo VI e João Paulo II.

O Concílio Vaticano II – gestado durante o pontificado de João XXIII - é, portanto, o germen da Teologia da Libertação. Nele estão presentes os bispos da América Latina, liderados por Dom Helder Câmara, Secretário da CNBB, o qual se posiciona a favor das modificações propostas.

As discussões do Concílio Vaticano II são pontuadas no documento *Gaudium Et Spes*, redigido durante o pontificado de Paulo VI, e se encaminham na direção do elo entre Igreja e realidade temporal.

Conforme destacam Pierre Bigo e Fernando Bastos Ávila, em *Fé cristã e compromisso social*, o pontífice Paulo VI expressa seus pensamentos também na Encíclica *Populorum Progressio* (1967) e na Carta *Octogésima Adveniens* (1971). Na encíclica *Populorum Progressio* retoma os pensamentos de João XXIII sobre as tensões mundiais e destaca a necessidade da solidariedade no desenvolvimento social. Na Carta *Octogésima Adveniens* afirma ser missão da Igreja contribuir para a evolução dos sistemas econômicos, direcionando-os para o ser humano e para que a política seja feita para os homens, em detrimento de decisões meramente quantitativas, sendo este o dever da sociedade. Paulo VI é rotulado, por uma parcela da elite, como “romântico”.

A Teologia da Libertação, nascida nesse contexto, pauta-se em uma reflexão de como a fé, a Igreja e os cristãos podem atuar na libertação<sup>57</sup> dos homens, ou seja, buscar a igualdade, o fim da exploração, da miséria e das desigualdades sociais e econômicas presentes no cenário mundial, observadas entre classes e entre nações.

Esse julgamento surge na América Latina, a “América pobre”, continente com expressivo número de cristãos, marcado pela exploração do sistema colonialista (no

---

<sup>57</sup> A libertação é a busca dos oprimidos pela justiça social, pelo fim das explorações, das diferenças entre países ricos e pobres. O homem passa a lutar pela transformação social, a buscar a direção do seu destino. Cf. GUTIERREZ, op. cit.

qual a Igreja, a serviço da Coroa, pregava inicialmente o conformismo junto aos escravos), pela significativa dependência do capital externo e pelo imperialismo norte-americano.

A partir da década de 1950, a citada relação de dependência pode ser observada, por exemplo, pela presença cada vez mais saliente de transnacionais responsáveis pela divulgação do “*american way of life*” ou “modo de vida norte-americano”, da cultura de consumo e das inversões das prioridades nos hábitos alimentares, entre outros, nos países pobres, como o Brasil, já que tais empresas são as maiores investidoras nas propagandas veiculadas na mídia dessas localidades.

O mesmo ciclo de comércio colonial repete-se na América Latina, porém sem a dependência política formal, mas continuando a exportar matérias-primas e a importar produtos industrializados e tecnologia, pagando-se “*royaltes*” aos países ricos. A dependência econômica e cultural é claríssima entre as duas porções do continente.

As relações de submissão e poder, exploração e empobrecimento, também estão presentes dentro dos países, entre as pessoas, no mundo do trabalho. As segregações espaciais e sociais são freqüentes nas cidades, assim como o êxodo rural, a economia informal, a favelização, os sem-terra e os sem-teto, em um processo histórico permanente e crescente.

Esse é o cenário da Igreja Católica na América Latina, conjuntura em que não há como o apostolado alijar-se, já que prescindir das evidências poderia levar à perda de fiéis.

Segundo Gustavo Gutierrez, em *Teologia da libertação*, a polarização econômica global é percebida pelos povos, o que os faz rever as causas que levam ao distanciamento entre desenvolvimento e pobreza. Os países pobres passam a ter consciência que o crescimento das nações ricas depende da exploração das áreas

que hoje formam a periferia do sistema capitalista e que urgem por lutar contra a dependência econômica, as desigualdades sociais, culturais, tecnológicas e financeiras que marcam as relações geopolíticas mundiais e que, aos poucos, ao serem modificadas, elevarão a qualidade de vida nos mesmos.

O referido autor destaca, ainda, que o termo desenvolvimento foi inicialmente utilizado no meio eclesiástico, embora de forma tímida, por Pio XII e, mais tarde, por João XXIII, na *Mater et Magistra*. Este e outros documentos dos papas escritos posteriormente, como *Pacem in Terris*; *Gaudium et Spes* e *Populorum Progresso*, prevêm um “desenvolvimento orientado a serviço do homem.”<sup>58</sup>

Após a encíclica *Populorum Progresso*, o texto *Mensagem dos bispos do terceiro mundo* – uma resposta ao referido documento pontifício – aborda com destaque o termo libertação. Tal vocábulo faz parte dos Documentos da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (Colômbia), em 1968, que apreende a situação vivenciada pelos povos pobres, os contrastes entre nações ricas e periféricas, dependentes do capital externo ou excluídas dos fluxos financeiros mundiais.

A referida Conferência tem como referência o Concílio do Vaticano II, mas com especificidades próprias do continente que ambienta as reflexões:

O Vaticano II fala do subdesenvolvimento dos povos a partir dos países desenvolvidos e em função do que estes podem e devem fazer por aqueles. Medellín procura ver o problema partindo dos países pobres; por isso os define como povos submetidos a novo tipo de colonialismo. O Vaticano II fala de uma Igreja no mundo e descreve-a disposta a suavizar os conflitos; Medellín comprova que o mundo em que a Igreja latino-americana deve estar presente encontra-se em pleno processo revolucionário. O Vaticano II dá as grandes linhas de uma renovação da Igreja; Medellín assinala a pauta para uma transformação da Igreja em função de sua presença em um continente de miséria e de injustiça.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> GUTIERREZ, op. cit, p. 41.

<sup>59</sup> Ibid., p. 115.

Tais documentos enfatizam o papel da Igreja diante das injustiças sociais, criticam o capitalismo a serviço do lucro e não do homem, acreditam no cidadão como agente transformador, confiam aos valores que transmitem para a sociedade a missão de modificar as estruturas opressoras existentes.

Incentivando esse processo, a Igreja latino-americana orienta sua ação pastoral para o subsolo da consciência coletiva, onde se processam os abalos capazes de preparar as decisivas transformações sociais. É ingênuo imaginar que a Igreja esteja comprometida em preparar ou estimular insurreições sociais. Ela sabe que hoje essas insurreições, na maioria dos casos, são pagas pelo sangue do povo que, é sempre delas o menor beneficiado. Conscientizando o povo sobre sua dignidade de homens e de filhos de Deus, ela não o provoca a assaltar o poder, mas a afirmar seus direitos em face do poder, assumindo suas responsabilidades e exigindo sua participação.<sup>60</sup>

É de fundamental importância entender as palavras do Episcopado Latino-Americano no documento *A Igreja na atual transformação na América Latina à luz do Concílio*, mais conhecido como Medellín, em que os Bispos afirmam:

A originalidade de mensagem cristã não consiste diretamente na afirmação da necessidade de mudanças estruturais, mas na insistência que devemos pôr na conversão do homem, que exige imediatamente esta mudança. Não teremos um Continente novo, sem novas e renovadas estruturas, e, sobretudo não haverá Continente novo sem homens novos que à luz do Evangelho saibam ser verdadeiramente livres e responsáveis.<sup>61</sup>

Em 1979, ocorre a III Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Puebla (México). “Puebla vai na linha da Igreja para-o-mundo; Medellín na linha da Igreja-no-mundo”<sup>62</sup>, linhas de pensamento discutidas durante o Concílio Vaticano II. Nessa Conferência, destaca-se a importância da relação dos homens com seus pares, cotidianamente, sendo a Igreja tratada como um dos locais mais significativos

<sup>60</sup> Cf. BIGO, ÁVILA, op. cit., p. 385.

<sup>61</sup> CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **A Igreja na atual transformação na América Latina à luz do Concílio**: conclusões de Medellín. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973, n. 1,3.

<sup>62</sup> CATÃO, Francisco A. C. **O que é teologia da libertação**. São Paulo: Nova Cultural : Brasiliense, 1986, (Primeiros passos, 83), p. 59.

na construção de valores que possam tornar mais harmoniosa tal relação. Revela-se, assim, a fundamentação de tal Conferência nos textos do Vaticano II, no qual a Constituição *Gaudium et Spes* enfatiza o elo entre Igreja e o mundo concreto.

Segundo Pierre Bigo e Fernando Bastos Ávila, os documentos de Puebla baseiam-se no *ver, julgar e agir*, ou seja, a conjuntura é analisada pelos teólogos à luz do Evangelho, seguida da ação propositiva da Igreja por meio das pastorais. A libertação estende-se da extinção da fome, das desigualdades e das injustiças sociais para a visão de mundo das pessoas, a qual norteia suas condutas. A opção da Igreja, nesse enquadramento, é o pobre. Porém a pobreza, teologicamente, vai além das questões sociais, desvelando-se, também, e, sobretudo, no plano moral.

O Papa Paulo VI, na Encíclica *Populorum Progressio* (PP), falando da distorção crescente no mundo contemporâneo, afirma: “[...] Os povos pobres ficam sempre pobres e os ricos tornam-se cada vez mais ricos.”<sup>63</sup>

Os Bispos, em Puebla, analisando a situação do continente latino-americano, vão além e fazem uma denúncia profética:

A situação interna de nossos países encontra, em muitos casos, sua origem e apoio em mecanismos que, por estarem impregnados não de autêntico humanismo, mas de materialismo, produzem, em nível internacional, ricos cada vez mais ricos, às custas de pobres cada vez mais pobres.<sup>64</sup>

Conforme os autores, a Conferência de Puebla ocorre durante o pontificado de João Paulo II. O pontífice reforça, nesse momento, a preocupação da Igreja com as questões sociais e com a libertação dos homens. Valoriza o acesso do homem a terra e a busca por seus direitos. Sua Encíclica *Redemptor Hominis* (1979) revela o seu

<sup>63</sup>PAULO VI. *Populorum Progressio*. In: \_\_\_\_\_. **Encíclicas e documentos sociais**. da *Rerum Novarum* a *Octogesima Adveniens*. São Paulo: Edições LTr, 1972, n. 57.

<sup>64</sup>CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO.. **A evangelização no presente e no futuro da América Latina**: conclusões de Puebla. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1979, n. 30, grifo nosso.

entendimento sobre o caminho que os homens devem seguir para a contemplação de tais objetivos – a ação pastoral e não a luta de classes. As condições de trabalho são por ele analisadas na Encíclica *Laborem Exercens*, em 1981.

Assim, a missão do apostolado, conforme o Cardeal Paulo Evaristo Arns, em *O que é Igreja*, divide-se em três: dar um caráter humano às relações sociais, anunciando a Boa Nova e a Salvação para os homens; torná-los mais solidários uns com os outros; trabalhar por sua libertação, que se estende do plano econômico e político aos valores e condutas. A Igreja deve ser “[...] sal, fermento e luz.”<sup>65</sup>, motivando o ser humano a direcionar seu caminho em alcançar qualidade de trabalho e dignidade de vida.

Ao colocar o homem como o provedor de mudanças, incitá-lo a participar e a discutir a direção que se encaminha às várias esferas que impactam sobre sua vida (política, econômica, social e cultural, a proposta da Igreja - originária da Doutrina Social, (re) pensada durante o Vaticano II, nas Conferências da América Latina e em vários documentos eclesiais - nos remete claramente à questão cidadania. A Igreja se torna efetivamente um espaço de constituição do cidadão no mundo. É escatológica e histórica.

Covre, em sua obra *O que é cidadania*, explica o termo como direitos que devem ser conquistados pelos homens, sujeitos do processo, de forma coletiva. Tais direitos podem ser estruturados, sobretudo, em três níveis: direitos civis (liberdade de ir e vir, integridade física, liberdade do ser humano sobre sua vida); direitos sociais (alimentação, habitação, saúde e educação) e direitos políticos (liberdade de pensamento, de expressão, religiosa, de organização em movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e outros).

---

<sup>65</sup> ARNS, op. cit., p. 53.

A mesma autora aponta para um questionamento: “O que dizer do atendimento desses direitos no Brasil, quando se sabe que a maioria da população se encontra em situação de clamorosa injustiça e pobreza?”<sup>66</sup>

A sociedade precisa estar consciente de tais direitos e valorizá-los, buscando-os enquanto protagonistas e reconhecendo o bem comum, como a terra, por exemplo. Nesse percurso, o coletivo deve se sobrepor ao individualismo. O ser humano urge ser o ponto de reflexões do desenvolvimento mundial.

Assim, a propriedade deve ser concebida como o direito de administrar os bens criados para o bem de todos e não pode atribuir-se o privilégio de reservar para o feliz possidente o domínio absoluto e ilimitado sobre a coisa. O projeto de Deus, base da liberdade das pessoas, foi pervertido em instrumento de privilégios e de dominação, pelo culto do ídolo da riqueza. Tal culto só será banido, quando a sociedade se decidir a planejar a economia a serviço do homem e não tolerar a situação que escraviza o homem à economia.<sup>67</sup>

A Igreja, nesse viés, tem uma relevante função política. Há uma relação intrínseca e saliente entre a concretude dos fatos e a Igreja, que pode ser a norteadora de profundas mudanças, que analisa com criticidade a realidade profana. A religião não deve ser alienante, mas transformadora, deve despertar na população a importância da cidadania. “A Igreja tem duas missões: evangelização e animação do temporal”.<sup>68</sup>

Dentro dessa perspectiva é que nasce a Teologia da Libertação. Sua origem embrionária, portanto, ocorre com o Concílio Vaticano II, mas seu amadurecimento evidencia-se com as Conferências de Medellín e de Puebla e sua concretização se dá por meio da ação pastoral. A Doutrina Social da Igreja desvela-se e perpassa por todos esses momentos da história da Igreja.

---

<sup>66</sup> COVRE, op. cit., p. 14.

<sup>67</sup> BIGO; ÁVILA, op. cit., p. 101.

<sup>68</sup> GUTIERREZ, op. cit., p. 59.

A Teologia da Libertação prega o encontro com Deus por meio do oprimido, da postura das pessoas no mundo e da solidariedade. A cidadania está atrelada a essa forma de pensamento, já que a Igreja deve subsidiar os desprovidos para buscar melhorias na moradia, na saúde, no trabalho e na política, ou seja, deve incitá-los a primar pelo cumprimento de seus direitos básicos de vida.

Verifica-se, então, uma tomada de consciência crítica dos homens, uma maior compreensão política das pessoas comuns, que os faz repensar suas condições de trabalho e vida, que permite a busca verdadeira da cidadania, da relação fraterna e igualitária na sociedade, que leva à libertação. O homem deve ser o ator desse processo, que possivelmente gerará discórdias entre classes antagônicas.

Cumpramos ressaltarmos que esse direcionamento não se estende a toda a Igreja. Ao contrário, vários bispos que passam a interferir na sociedade são questionados pelas elites por ações consideradas não pertencentes à missão eclesial. “Os cristãos que se situaram nessa perspectiva tiveram de enfrentar muitas vezes a animadversão da massa e das autoridades da Igreja, ligadas a uma mentalidade conservadora.”<sup>69</sup>

A mentalidade conservadora referida na frase remete-se à Igreja que, em seu trajeto histórico, restringe seu papel à evangelização, não acredita que sua atuação deva estender-se aos problemas humanos advindos de sua inserção no real. Concebe a função da Igreja sumariamente ligada à caridade junto aos pobres e não como colaboradora para que estes se tornem protagonistas de sua libertação. Essa mudança de paradigma ocorre com o desenvolvimento da ciência e a secularização da Igreja, de forma gradual, encontrando-se ainda como um processo em construção.

---

<sup>69</sup> GUTIERREZ, op. cit., p. 58.

É de significativa importância lembrarmos que a alteração do julgamento da Igreja quanto às suas atribuições e ao papel do cristão é grandiosamente expressiva. Durante o Concílio de Trento, no século XVI, por exemplo, a Igreja posiciona-se contra a livre interpretação do Evangelho e o avanço da ciência. Mais tarde, no século XIX, acredita na separação entre o seu devir e a política.

No entanto, no século XX, como sublinha Francisco Catão, a Igreja percebe que a pobreza não pode significar salvação, nem o pobre / explorado / injustiçado pode aceitá-la como advinda de Deus, que a comunidade clerical necessita intervir nessa problemática para solucioná-la ou pelo menos amenizá-la e não pregar o conformismo entre os povos. Estudos das ciências sociais e econômicas subsidiam as reflexões Teológicas que enxergam esse caminho. “A Teologia da Libertação que se formulou nesse contexto, pode ser considerada, hoje, uma resposta cristã madura à interpretação marxista.”<sup>70</sup>

E arremata Gutiérrez:

O cristão não se converteu suficientemente ao próximo, à justiça social, à história como também não percebeu, com a desejada clareza, que conhecer a Deus é viver a justiça. Ainda não vive *em um só gesto* com Deus e com os homens. Não se situa em Cristo sem pretender evadir-se da história humana concreta. Falta-lhe percorrer o caminho que o leve a buscar efetivamente a paz do Senhor no âmago da luta social.<sup>71</sup>

Uma ala da Igreja – a progressista -, ao posicionar-se diante do mundo do trabalho, da qualidade de vida das pessoas, das formas de dominação entre os homens e ver as questões sociais dentro das competências da Igreja, mostra claramente uma opção política e epistemológica que abala a opinião de vários setores da população.

---

<sup>70</sup> CATÃO, op. cit., p. 10.

<sup>71</sup> GUTIERREZ, op. cit., p. 174, grifo do autor.

## 2.2 Comissão Pastoral da Terra: um percurso histórico

No Brasil, quando se observa uma efetiva ligação da Igreja com a causa do trabalhador rural, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, explicita-se essa nova visão da Igreja quanto ao seu papel e entendemos nessa relação a problemática da Teologia da Libertação.

A CPT, baseada nos preceitos de Medellín (1968), a respeito da pobreza na América Latina, surge em Goiânia, tendo como premissa básica a reforma agrária e tornando-se a voz do trabalhador rural espoliado pelo sistema capitalista.

Conforme relata Ubaldo Silveira, em *Igreja e conflito agrário*, a CPT inicia-se a partir da Carta Pastoral de Dom Pedro Maria Casaldáliga (Bispo de São Félix do Araguaia), escrita em 1971, em que denuncia os problemas sociais da região amazônica. No entanto, a CPT, apesar de ter o apoio da CNBB, sofre resistência dos proprietários de terra, do governo e também de setores internos da Igreja, assim como a própria Teologia da Libertação, vista por alguns membros da hierarquia religiosa como socialista, revolucionária e subversiva. Assim, a pastoral começa seus trabalhos por essa localidade.

[...] foi a entrada da Igreja, de forma ostensiva, na luta em defesa de índios e posseiros, e a criação da CPT, em 1975, que deram uma nova dinâmica política aos conflitos, trazendo-os para a esfera pública por meio de sucessivas denúncias, organizando a resistência, fornecendo espaço e infra-estrutura para reuniões, combatendo sindicalistas considerados pouco comprometidos com os interesses dos trabalhadores.<sup>72</sup>

---

<sup>72</sup> MEDEIROS, 2003, op. cit., p. 28.

A importância do surgimento da CPT é também grifada por Martins:

A CPT nasce num dos momentos mais cruéis da história dos trabalhadores rurais deste país. Ela nasce no momento em que a expansão territorial do grande capital em direção à Amazônia se faz à custa do genocídio das populações indígenas e se faz à custa do massacre das populações camponesas; se faz através de expulsões e despejos violentos efetuados por particulares, através dos assassinios indiscriminados e não punidos, através de todo o tipo de patifaria que se possa imaginar contra a dignidade humana. Essas coisas se juntam a um conjunto de outros elementos que nos ajudam a entender porque a CPT nasce naquela hora e porque nasce como um trabalho de Igreja.<sup>73</sup>

A pastoral tem como cenário o regime militar, a crescente mecanização do campo, a expulsão de centenas de trabalhadores para as cidades, o aumento do número de latifúndios e as grandes turbulências e mortes no meio rural, vivenciadas no Brasil, nesse período.

Essa conjuntura, como aponta José de Souza Martins, justifica o surgimento da CPT, ou seja, o envolvimento da Igreja com a causa do trabalhador rural. Tal instituição não pode estar alheia ao explícito sofrimento humano, ao crescimento descompassado do capitalismo e à injustiça social; deve atuar perante os problemas temporais, conforme proposto no Vaticano II e, posteriormente, em Medellín.

A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta do camponês pelo prisma ideológico. [...] A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: 'Espera que tu terás terras no céu'. Pelo contrário, passou a dizer: 'Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra'. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses. [...] Ela teve uma vocação ecumênica ao aglutinar ao seu redor o setor luterano [...] se ela não fosse ecumênica, e se não tivesse essas visão maior, teriam surgido vários movimentos. [...] A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional<sup>74</sup>.

<sup>73</sup>MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003, (Temas de atualidade), p. 131.

<sup>74</sup>STÉDILE apud COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 169.

A partir da década de 1970, uma parcela progressista da CNBB posiciona-se a respeito da questão agrária, afirmando que muitos problemas urbanos poderiam ser solucionados a partir de uma redistribuição de terras, ou seja, defendendo a idéia que o rural reflete diretamente no urbano. A Igreja reconhece a importância da terra camponesa e não só da propriedade empresarial, como defendia o regime militar.

É relevante pontuarmos que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) origina-se em 1965, fundamentando-se nas diretrizes do Concílio Vaticano II. Os bispos – que devem conhecer as especificidades e necessidades dos locais em que atuam - reúnem-se para análise e propostas de ação para as questões sociais, em dimensão estadual e nacional.

Em 1980, a CNBB publica o documento *Igreja e Problemas da Terra*, no qual faz reflexões a respeito da questão fundiária do país e a distinção entre terra e trabalho (subsistência) e terra e negócio (especulação, lucro). É relevante destacarmos, novamente, que, apesar desse documento, apenas uma parcela da Igreja Católica assume tal postura.

A questão agrária, presente desde a colonização brasileira, passa a ser pensada na dimensão da Igreja e de uma ala da universidade, mas, muitas vezes, os que partilham dessas preocupações são marginalizados. Por isso, verifica-se a existência de críticas à CPT, advindas do meio acadêmico, veiculadas à imprensa, como aponta José de Souza Martins, em sua obra *Reforma agrária: o impossível diálogo*.

No entanto, apesar de alguns posicionamentos da sociedade contrários à ação da CPT, a orientação da Igreja motiva o surgimento de organizações para melhoria nas condições de vida e trabalho no campo, como o Movimento Sem-Terra

(MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e outros.

Os movimentos acima mencionados, sobretudo o MST, dão relevante notoriedade à questão agrária brasileira, o que culmina em ações governamentais a esse respeito, como o Programa Novo Mundo Rural, da gestão de Fernando Henrique Cardoso. A CPT desaprova tal proposta e apóia as ocupações e as desapropriações de terras.

A CPT, originária da Igreja Católica, é uma pastoral ecumênica composta, por exemplo, por membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e da Igreja Metodista.

A luta por melhores condições de trabalho e de moradia, pela reforma agrária, de produção e comercialização de cultivos dos pequenos produtores, passa a ser amparada e orientada pela Pastoral da Terra, a qual entende que os aspectos sociais devem ser os norteadores do desenvolvimento capitalista e que os trabalhadores rurais devem ser conscientizados a exercer a cidadania, promovendo as mudanças necessárias em suas vidas.

A Pastoral tem, ainda, como uma de suas preocupações centrais, o trabalho escravo no Brasil, denunciando trabalhadores em condições análogas à escravidão e aliciados nos vários estados do país, o que é reconhecido e respeitado por órgãos públicos e privados.

José de Souza Martins, no supracitado estudo, ressalta que a reforma agrária concebida a partir da idéia de terra de trabalho, do cumprimento da função social da terra, é uma busca verdadeira e a Igreja é fundamental nesse entendimento. Para ele, a luta pelo fim do neoliberalismo no campo faz parte de uma visão simplista da questão da qual a CPT inicialmente compartilhava, havendo necessidade de a

Pastoral observar as particularidades dos locais em que atua. O autor acredita que a luta deve ser pela terra de trabalho e que o caminho para o alcance de tal finalidade está na conscientização da sociedade, no direcionamento do capitalismo pelos valores humanos, o que prevê uma contribuição significativa da Igreja nesse sentido.

A reforma agrária é a busca da libertação baseada na justiça social, na igualdade, no fim da fome, da miséria e da opressão. A libertação está estritamente relacionada ao exercício da cidadania. Despertá-la junto ao homem do campo é uma das grandes contribuições da Igreja: o trabalhador rural, ao rever sua condição, sua relação com a sociedade e sua história de vida, conscientiza-se, torna-se ator no processo de transformação social. Por isso, concordamos que a Igreja, nessa perspectiva, é uma instituição central na luta pela terra.

A CPT possui uma Secretaria Nacional, em Goiânia, e outras de caráter regional. Seu presidente é Dom Tomás Balduino. A partir de 1985, publica anualmente o relatório “Conflitos no campo Brasil”, em que aborda assuntos como conflitos fundiários, despejos, expulsões e mortes no meio rural, e possui uma base de dados com credibilidade entre a comunidade acadêmica e governamental.

Em novembro de 2003, conforme o site oficial da CNBB ([www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br)), o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e o Presidente do INCRA, Rolf Hackbart, visitam a CNBB, em Brasília, a fim de expor ao seu Presidente, Cardeal Geraldo Majella Agnelo, as diretrizes do novo Plano de Reforma Agrária (PNRA) brasileiro e solicitar o apoio do Apostolado.

A CNBB pronuncia-se positivamente, considerando que ações sobre a questão da terra, no Brasil, devem ser urgentes. A Conferência acredita que a reforma agrária resolverá problemas como a fome, o desemprego e o êxodo rural e gerará inclusão, justiça social e uma sociedade mais solidária. Considera importante

o entrelaçamento entre as ações da Igreja, como as realizadas pela CPT e projetos governamentais, como o Fome Zero e o supracitado PNRA.

Em fevereiro de 2005, a CNBB, por meio de seu site oficial, discorre sobre uma entrevista do Presidente da CPT, Dom Tomás Balduino, à imprensa. Em suas colocações, Dom Tomás relaciona o agronegócio à violência e ao comprometimento da biodiversidade. Questiona as ações do Poder Judiciário brasileiro quanto aos assassinatos de lavradores no país e condena os despejos de populações empobrecidas, sem políticas e destino que as absorvam de forma digna. A Igreja interfere e posiciona-se, claramente, sobre os problemas temporais: denuncia, organiza e reivindica. São expressivas as palavras do Presidente da CPT sobre tal conjuntura:

Isso é uma questão que põe a nu, a falência do Judiciário. Quando se trata de julgamentos dos assassinos de pobres, de lavradores. Aí a tabela mostra que de 1,5 mil casos, tivemos apenas 70 processos e destes, somente 14 condenados. Então é um Judiciário que não está a fim de superar a impunidade. Que colabora com a sua inércia e com o que está por trás, com a impunidade. Mas o grave, também, são os casos de despejos. Em 2004, foram 25 mil famílias despejadas. Muitas delas já estavam havia sete anos, como o pessoal do Prado, abastecendo o pessoal do entorno. Então, por uma sentença fulminada pelo juiz, lá vem a tropa-de-choque, lá vem a destruição dos barracos, da lavoura. Gente que abastecia todas as feiras, ali, no entorno. De repente vai para a favela, vai para a fome.<sup>75</sup>

Em junho do mesmo ano, ocorre o II Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra, em Goiás. Tal encontro tem por objetivo comemorar o aniversário de 30 anos da pastoral, bem como (re) pensar suas ações junto à questão agrária brasileira. Segundo o site oficial da CNBB, o congresso é composto por trabalhadores rurais, comunidades nativas, membros da CPT e

<sup>75</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Dia-a-dia**: entrevista coletiva da CPT na sede da CNBB em Brasília (DF). Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/index.php?op=noticia&subop=7049>>. Acesso em: 4 nov. 2005.

acadêmicos como Emir Sader e Ariovaldo Umbelino, entre outros participantes. A atuação da CPT nas várias cidades do Brasil é apresentada e discutida nesse momento. Tais experiências são divididas em três grandes temas: terra, água e direitos. As reflexões definem a trajetória da pastoral para os próximos quatro anos.

O congresso registra suas avaliações e ponderações sobre a temática agrária e demais implicações em um documento intitulado *Carta de Vila Boa de Goiás*, integralmente disponível no site da CNBB. A carta exalta a participação de aproximadamente mil pessoas no congresso, a conquista de assentamentos por todo o Brasil, a resistência dos povos acampados, a agricultura orgânica praticada nas terras adquiridas com a reforma agrária e a luta dos oprimidos por melhores condições de vida e trabalho, entre outros aspectos. O documento assinala:

O agronegócio da madeira, dos grãos, do eucalipto, da cana, divulgado como sinal maior do desenvolvimento do Brasil, foi desmascarado neste Congresso, por não ter nenhuma utilidade para os brasileiros, não gerar emprego, não distribuir renda, produzir pouquíssimos alimentos para nossas mesas e, de tabela, devastar as florestas, envenenar as águas, grilar nossas terras, explorar e assassinar trabalhadores e trabalhadoras.

Podemos afirmar, com todas as letras, que, em muitos casos, as terras do agronegócio intensivo e extensivo, não cumprem a necessária e obrigatória função social, exigida pelo art.186 da Constituição Federal.<sup>76</sup>

A CPT, como aponta o referido documento, prevê o continuísmo de suas ações para a busca incansável da dignidade humana.

---

<sup>76</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Dia-a-dia**: segundo congresso da CPT divulga carta final. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/index.php?op=noticia&subop=8214>>. Acesso em: 4 nov. 2005..

### 2.3 A CPT em Ribeirão Preto: origem, desenvolvimento e ações

A microrregião de Ribeirão Preto, que tem em sua trajetória a presença da mão-de-obra escrava, passando pelo colonato e pelo surgimento do cortador de cana-de-açúcar, bóia-fria, migrante e sem-terra, conta com a presença da CPT desde 1979. Ribeirão Preto, atual pólo produtor de açúcar e álcool, além de um destaque no setor de comércio e serviços, concentra um elevado número de trabalhadores rurais que não desfrutam dos benefícios da chamada *Capital do Agronegócio*.

É importante destacarmos que a denominação *microrregião*, utilizada pela Pastoral, não coincide com o conceito de região geográfica, mas são localidades pertencentes a um estado, com problemas sociais semelhantes, compostas por dioceses e com uma coordenação ligada ao secretariado executivo nacional que as assessora.

Segundo Ubaldo Silveira, a origem da CPT em Ribeirão Preto, no ano de 1979, está atrelada à Pastoral dos Direitos Humanos existente na cidade e que atua, nesse momento, junto aos trabalhadores sazonais da região. Seu trabalho a respeito da problemática social que os volantes enfrentam não tem apoio inicial da Igreja. Mas um dos seus membros, Padre José Domingos Bragheto, da diocese de Jaboticabal/SP, aprofunda o trabalho que vem sendo desenvolvido com os bóias-frias, iniciando a CPT na microrregião e tornando-se seu coordenador, de 1979 a 1985.

Padre Bragheto atua em Jaboticabal conscientizando os trabalhadores rurais para que se enxergassem e agissem como sujeitos da história. Apesar da significativa atuação regional, inclusive no Levante de Guariba, ameaças o fizeram

deixar a direção estadual da CPT, que é assumida nos anos seguintes por Dom Pedro Fré, na época Bispo da Diocese de Barretos (SP), e pelos membros da Igreja Metodista e pessoas da comunidade envolvidas voluntariamente na pastoral.

Bragheto foi o coordenador da CPT na micro-região de Ribeirão Preto de 1979 até janeiro de 1985, quando foi violentamente espancado e preso pelos policiais militares, por estar junto com as trabalhadoras e trabalhadores rurais reivindicando seus direitos no “Levante de Guariba”.<sup>77</sup>

Após a “Era Bragheto”, a história da CPT é continuada em Ribeirão Preto por meio da assessoria do Padre Francisco Vannerom (Padre Chico), da Paróquia Santa Terezinha, situada nesta cidade.

Padre Chico, conforme matéria publicada no Jornal A Cidade, em 5 de novembro de 2006, nasceu em Bruxelas (Bélgica), em 1948. Sonhou ser jornalista, mas encantou-se com a missão que seria realizada por um amigo seminarista, na África, com os pigmeus. A partir desse momento, de acordo com o periódico, Francisco passa a fazer parte de um seminário voltado à formação de “[..] padres seculares missionários – no latim, *fidei donum* (doados pela fé) [...]”, para a América Latina<sup>78</sup>.

Como relata a reportagem, Padre Chico é ordenado em 1973, exercendo sua função de Pároco ainda na Bélgica. Com o objetivo de ser um missionário no continente latino-americano, Padre Chico escolheu o Brasil, mais especificamente Ribeirão Preto, como destino, já que conhecia outros clérigos belgas nesta localidade. Segundo o jornal, Padre Chico “[..] sabia da fama dos brasileiros de festivos, alegres, comunicativos.” Assim, Padre Chico aporta no Rio de Janeiro, em 1977; dirigindo-se a Ribeirão Preto, tem experiências em locais diversos, trabalhando sempre ao lado dos oprimidos e contribuindo para a formação de várias CEB’s:

<sup>77</sup> SILVEIRA, op. cit, 1998. p.127.

<sup>78</sup> TORNATORE, Nicola. Padre Chico: o belga que adotou Ribeirão. **Jornal A Cidade**, Ribeirão Preto, 5 nov. 2006. Boa Gente, Caderno 2.

Atuou na Capela Nossa Senhora do Rosário, no Morro do Cipó; na Capela de Santa Rita das Palmeiras, então zona rural.

[...]

Atuou na Igreja de Santa Rita de Cássia, no Jardim Independência. Tem muita saudade da Igreja Deus é Amor, na Vila Carvalho, então maior foco de violência da cidade. Lá, teve entrevistos com a polícia, quando acusava sem provas ou prendia sem mandados. Com recursos vindos da Europa, acabou com uma favela, erguendo 52 casas em regime de mutirão, ao longo de três anos.

Depois, no Parque Industrial Tanquinho, atuou na capela Jesus Semeador. No início dos anos 80, surge o Quintino I e o Parque Industrial Avelino Alves Palma. Logo depois, o Quintino II, o Simioni e o Avelino Alves Palma, todos dentro da área da Paróquia Santa Terezinha.

[...]

Dom Arnaldo assume como arcebispo e incentiva a ação diocesana de padre Chico, que coordena todas as pastorais sociais. Atua no Cedhep – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular. Coordena as Campanhas da Fraternidade, promovendo caminhadas de jovens da Catedral até o Teatro de Arena, no Morro de São Bento – com Dom Arnaldo indo a pé, no meio da multidão. [...].<sup>79</sup>

No início da década de 1990, João Vermelho e Zé Pretinho, vindos de Iturama (Triângulo Mineiro), procuram Padre Chico em sua residência, em Ribeirão Preto. Coordenadores de um acampamento sem-terra, buscam apoio para a situação de extrema miséria em que se encontravam. Divididos em duplas, os membros do referido acampamento procuram auxílio em outras cidades, como Franca (SP), Jaboticabal (SP) e Barretos (SP).

Assessor da Pastoral da Juventude, nesse momento, Padre Chico realizará um Festival de Música na Cava do Bosque, sendo um ingresso equivalente a um quilo de alimentos não-perecíveis. O evento possibilita a arrecadação de mantimentos que são levados a Iturama, para minimizar o sofrimento dos trabalhadores e suas famílias.

Esse é o primeiro encontro de Padre Chico com a realidade de um acampamento sem-terra. A situação precária vista por ele faz com que mantenha contato mensal com a localidade. Depois de vários despejos, tais trabalhadores

---

<sup>79</sup> TORNATORE, op. cit.

conseguem assentar-se em Campo Florido (Triângulo Mineiro), processo lento e doloroso acompanhado pelo Pároco.

Assim, Padre Chico vivencia a necessidade desses sujeitos e passa a comprometer-se com eles, a enxergar a dimensão que o apoio da Igreja representaria para essas pessoas, na busca por uma vida mais digna, fato que o leva a procurar um conhecimento mais detalhado sobre a atuação da CPT. Segundo ele:

Comecei a me sentir solidário com a luta deles, comecei a me engajar cada vez mais, me comprometendo. Foi também quando eu procurei saber mais sobre o trabalho da CPT, mas foi tudo assim individual, porque aqui em Ribeirão Preto, naquele momento, não tinha mais nada.

(Padre Chico)

Com a chegada do MST a Ribeirão Preto, Padre Chico passa a atuar em favor da causa dos trabalhadores rurais sem-terra, na cidade. Consegue, por meio de um amigo, uma casa, na Avenida Saudade, para hospedar os primeiros integrantes do movimento, que estavam abrigados no sindicato dos correios. A casa transforma-se no secretariado local e, atualmente, abriga uma loja do MST.

Aos poucos, o movimento cresce, na localidade, encontrando apoio, inclusive, do Ministério Público, como relata Padre Chico:

[...] Foram fazendo as visitas sistemáticas na periferia de Ribeirão Preto, onde houve o primeiro cadastramento, depois houve um cadastramento muito grande, organizado dentro dos correios, e fomos aos poucos olhando onde que tinha terra para ser ocupada. E a história nossa não é diferente de outras, e todas as ocupações que nós já fizemos, acho que em mais de 50% dos casos fomos expulsos, voltamos a ocupar de novo. O episódio lá em Batatais, que não deu certo, mas com certeza não vai ser a última ocupação aqui nessa região. Ribeirão Preto tem algo que todos que nos conhecem, nos invejam e com razão. Acho que é o único lugar onde o apoio do Ministério Público é tão grande. Então, isso ajudou a fazer com que tudo acontecesse com mais rapidez, apesar dos fatores desfavoráveis. Resumindo esses fatores, acho que eu não revelo nenhum segredo. Ribeirão Preto é, predominantemente, uma cidade extremamente conservadora.

(Padre Chico)

Padre Chico torna-se assessor da Comissão Pastoral da Terra, em Ribeirão Preto, e considera uma de suas mais relevantes conquistas o Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara, situado no Sítio Pau D'alho.

O referido sítio é uma doação recebida pela Igreja Católica e sedia durante vinte e nove anos, um trabalho preventivo com crianças e adolescentes em situação de risco, realizado pelos Irmãos Maristas, com um sistema de internato, semi-internato e acolhida diária desses sujeitos. Imbuídos de um projeto mais amplo, os Irmãos Maristas devolvem o espaço à Arquidiocese, para que fosse utilizado com outra finalidade.

Diante de tal fato, por volta do ano 2000, o Arcebispo Dom Arnaldo Ribeiro solicita ao Padre Chico, Coordenador Geral das Pastorais Sociais, que decida sobre um possível aproveitamento para o Sítio Pau D'alho. A sugestão de Padre Chico e suas ressonâncias junto à Igreja local são relatadas por ele nas seguintes palavras:

Aí, passou uma semana, dez dias, e eu acordei uma noite e levantei porque eu sonhei com uma proposta. Então, eu levantei para escrever um esboço dessa proposta. No dia seguinte, eu levei para Dom Arnaldo e ele gostou e falou que tinha agora um problema. Convencer o clero dessa proposta, e qual era a proposta? Fazer com que o recém-chegado MST aqui em Ribeirão Preto, porque a presença do MST aqui no município de Ribeirão Preto não é de muito tempo, pudesse ocupar o sítio para eles verem como aproveitar de maneira mais adequada e fazer com que nos fins de semana o sítio continuasse disponível para aquilo que sempre era o caso também naqueles anos todos com os Maristas, para as Comunidades Eclesiais poder utilizar sábado e domingo para encontros de formação, estudos, retiros, piqueniques e confraternizações. Então, a proposta foi para o Conselho Presbiteral, que é o conselho que ajuda o Bispo conduzir pastoralmente a Igreja local e graças a nossa argumentação e, também, é claro, da autoridade do Arcebispo foi aprovado e começamos, então, uma nova história no Pau D'Alho que acho que é algo muito interessante e muito bonito aqui em Ribeirão.

(Padre Chico)

Após a conquista do Sítio Pau D'alho para o abrigo do Centro de Formação do MST, a CPT passa a atuar no acampamento Mário Lago, no assentamento Sepé

Tiaraju e no assentamento Boa Sorte, em Restinga, área pertencente à Diocese de Franca (SP). Assim, há nessas comunidades a presença pastoral, ou seja, uma visitação regular da Igreja aos assentamentos.

Então, no caso da Boa Sorte é, sobretudo, sacramento do batismo, de vez em quando uma celebração eucarística. No assentamento aqui em Serrana houve um início do Padre que é o Vigário lá da paróquia de administração dos sacramentos, mas depois não deu certo. Agora, nós temos um novo projeto das Irmãs Franciscanas, de começar uma catequese para as crianças. E aqui na Fazenda da Barra, por enquanto são só as missas por ocasião da Páscoa. Mas, também já temos um início de introdução da Pastoral da Criança.  
(Padre Chico)

Padre Chico ressalta a função da CPT como elo entre o MST e os pequenos agricultores locais e a Igreja de Ribeirão Preto, e enfatiza outra meta da pastoral: “[...] ser uma voz profética diante do poder dominante e opressor do agronegócio aqui na nossa região. Aí, a gente procura fazer com que essa voz chegue aos meios de comunicação social com uma certa regularidade e dentro da aceitação deles que é bem diferente conforme emissora, conforme jornal. [...]”.

Padre Chico revela que, mesmo havendo poucos integrantes na CPT local (Alessandra, João, Irmã franciscana Bernadete, Lena, Nizete, Ana Paula, Zezinho, Célia, Domingos e Alzira), o trabalho tem sido feito com muita qualidade e envolvimento. “Eu tenho uma equipe maravilhosa”, destaca o Padre.

No documento de apresentação da equipe da CPT e de seu trabalho, destinado ao Arcebispo Dom Joviano de Lima Júnior (6 outubro de 2006) e nos cedido por Padre Chico, a equipe elenca em sua atuação os seguintes propósitos:

- ser um elo de ligação entre a Arquidiocese e o Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara”, divulgando os encontros promovidos no local, participando de palestras e cursos e supervisionando a utilização do sítio por comunidades eclesiais nos finais de semana;

- garantir a presença pastoral nos acampamentos e assentamentos;
- buscar contatos de solidariedade internacional, o que já possibilitou a aquisição de uma caminhonete D-20, para a comercialização de alimentos advindos da agricultura familiar (projeto aprovado pela Pastoral Missionária da Igreja Católica na Bélgica) e um trator utilizado no Centro de Formação (aprovado pela secretaria para desenvolvimento dos países emergentes do Partido Verde, no Parlamento Europeu);
- oferecer subsídios para a “integridade ecológica”;
- ser uma voz crítica e profética perante o avanço do agronegócio local, por meio de parcerias e conscientização nos meios de comunicação;
- ser um elo de comunicação com o clero.

Segundo o assessor da CPT, a Pastoral, atualmente, vivencia uma conjuntura diferente daquela enfrentada por Padre Braghetto. Nesse período, a CPT atua junto aos bóias-frias locais e a questão dos barracões, o que hoje diminuiu consideravelmente. O trabalho do Padre Braghetto também se estende em relação ao comércio nas propriedades nas quais os cortadores de cana-de-açúcar são obrigados a gastar seus salários e tem seu momento de maior intensidade junto ao Levante de Guariba. Hoje, a existência de um movimento organizado na região, o MST, traz desafios diferentes:

[...] Nós não precisamos mais estar na frente das barricadas. Hoje, o próprio movimento cresceu de uma tal forma e se estruturou de uma tal forma que ele tem todos os recursos para defender a causa do pequeno agricultor e do trabalhador rural. Como a Igreja, nós agora estamos, nos colocamos a serviço daquilo em que eles necessitam de auxílio e também para oferecer para eles aquilo nós oferecemos para todo mundo que é a nossa primeira missão: “evangelizar” [...] (Padre Chico)

Padre Chico aponta para a falta de apoio da maioria da sociedade e sua marginalização aos excluídos. Da mesma forma, Padre Chico ressalta a diminuição do número de párocos da linha da Teologia da Libertação e, portanto, o pouco apoio da Igreja, em Ribeirão Preto, junto à luta dos trabalhadores rurais, dos oprimidos. E revela:

[...] a maioria absoluta da população nos consideram vagabundos, subversivos, gente que não presta, gente que não trabalha, gente que não tem outra coisa para fazer na vida etc. Assim, é a grande maioria. Pela grande maioria, nós somos tachados assim. Mas é, você estudou História e eu também fiz faculdade de História. Então, eu vou te responder com uma pergunta. Você sabe uma fase na História onde foi diferente? As grandes mudanças, as revoluções não foram provocadas, realizadas, executadas sempre por uma minoria, não tem esse negócio de esperar que a maioria fale amém, porque aí você não faz nada. Então, é questão de qualidade, essas coisas de você receber uma aprovação de uma minoria de 10, 15, talvez 20% da população não importa. Importa é que quem apóia sabe o que está apoiando, está do lado da verdade, está convicto que vale a pena na sua vida gastar tempo, energia para algo que vai beneficiar aqueles que Jesus Cristo também sempre priorizou na vida dele, e são aqueles que a sociedade marginaliza.

[...]

Aqui em Ribeirão Preto, neste momento? Posso falar assim, pega papel carbono e repete a minha última resposta. Não foi sempre assim. Quando eu estava no início da minha responsabilidade como coordenador geral das Pastorais Sociais, era diferente, era mais agradável e mais fácil. Nós éramos uma Igreja com um outro rosto. A maioria dos padres, há vinte anos atrás, era da linha da Teologia da Libertação. Hoje, nós somos pequena minoria. Então, sociedade e Igreja, eu te dou essa resposta.

(Padre Chico)

Padre Chico acredita firmemente na futura concretização da reforma agrária no Brasil, considerando-a como uma solução para inúmeros problemas sociais, como a própria violência, existentes no país. No entanto, não ousa precisar como tal processo ocorrerá e quanto tempo levará para sua efetivação plena. Para Padre Chico, a reforma agrária levará ao progresso do país, a uma vida digna para a população sofrida.

[...] eu acho que o mundo mostra, o mundo, não o Brasil, o mundo, que o ser humano não é criado e não consegue felicidade verdadeira em aglomerações urbanas, tão grandes como nós temos hoje. Então, essa inversão que aconteceu, conforme estatísticas, em menos de quarenta anos de uma população brasileira, de 75, 80% que vivia na zona rural e apenas 20, 25% nos grandes centros urbanos, nas cidades maiores. Essa inversão, que hoje nós temos os números contrários, com certeza não foi boa para a nossa nação. Então, nós temos que corrigir isso, não de voltar àquilo que era há quarenta anos atrás, mas procurar, para o futuro, um equilíbrio nessas proporções. Ela é necessária, ela significa progresso, mas com um conteúdo diferente daquilo que os representantes do neoliberalismo hoje chamam de progresso, porque para eles progresso são números. Para nós, os cristãos, progresso não é isso, progresso é fazer com que o povo tenha vida mais digna, e encontre mais alegria e felicidade no dia-a-dia. Então, esse progresso passa, necessariamente, por uma reforma agrária.

(Padre Chico)

A visão do Assessor da CPT com relação à questão da terra mostra-se concordante com a do Arcebispo Metropolitano de Ribeirão Preto, Dom Joviano de Lima Júnior.

O Arcebispo nos revela que, para poder refletir e atuar junto aos trabalhadores rurais, esteve presente em assentamentos e alojamentos, celebrando batismos, crismas e primeira eucaristia, principalmente nas cidades de Araraquara, Mutuca, Matão e São Carlos. Em Brotas, manteve encontros mensais com rurícolas, organizando um simpósio para padres e diáconos sobre a referida problemática, ocasião em que contou com a colaboração da Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva e da equipe dos Padres e Irmãs Carlistas. Atualmente, esteve em um curso, em Brodósqui, no qual se refletiu sobre a Doutrina Social da Igreja, focando a vida do trabalhador rural. Segundo Dom Joviano: “Tenho incentivado os padres e os leigos a se aproximarem dos nossos migrantes e as nossas comunidades para que sejam mais acolhedoras.”

Dom Joviano afirma que a Igreja é uma Instituição que sempre esteve presente no mundo rural, muitas vezes por meio dos agentes pastorais, e aponta a

necessidade de melhorias nas condições de vida e trabalho dos rurícolas da região de Ribeirão Preto:

A Igreja sempre trabalhou no meio rural; ela se organizou a partir do meio rural. A paróquia é uma instituição rural. E, hoje, a Igreja continua presente no campo, promovendo encontros, reuniões, através dos agentes de pastoral. Nesta região, no passado, tivemos muitas capelas rurais, com seus recintos de reuniões e promoções de festas. A Igreja promoveu em muitos lugares os Sindicatos Rurais e incentivou a formação da JAC (Juventude Agrária Católica). Hoje, devido ao avanço da monocultura da cana, a maioria dos habitantes do campo está vindo para as cidades. Temos extensas lavouras canavieiras, com trabalhadores braçais temporários. São migrantes do norte de Minas, do Nordeste e do Paraná que se encontram em situações muito precárias, difíceis e até desumanas no que diz respeito às condições de trabalho, alojamento e habitação.

(Dom Joviano)

Considera a reforma agrária um processo urgente e necessário, que, no seu ponto de vista, tem evoluído lentamente, levando ao crescimento desordenado das periferias urbanas e os seres humanos a condições de extrema precariedade. O Arcebispo Metropolitano de Ribeirão Preto enfatiza, assim, a reforma agrária que acredita ser ideal:

[...] Nós precisamos, urgentemente, de uma reforma agrária e agrícola que inclua assistência e acompanhamento aos que estão sendo assentados para que não desanimem diante das dificuldades do plantio, da colheita e dos baixos preços do mercado. Nos assentamentos de Matão e Motuca encontrei famílias que estavam para desistir das suas pequenas propriedades. Sem uma reforma agrária criteriosa, corremos o risco de levar pessoas para o campo e abandoná-las à própria sorte. A reforma agrária não pode ser apenas distributiva da terra, mas precisa incluir uma ação educativa e prestar assistência contínua ao trabalhador rural.

(Dom Joviano)

O supracitado depoimento evidencia a conformidade da concepção de reforma agrária do Arcebispo local com a dos trabalhadores rurais por nós interpelados: tal processo termina na redistribuição da terra, mas necessita estar

envolvido com outros quesitos básicos à dignidade de vida do homem – saúde, educação e alimentação.

Já que a Igreja é uma instituição de relevante poder político, o posicionamento relatado pelo atual Arcebispo, empossado em 03 de junho de 2006, certamente deverá levar a mais conquistas e melhorias para os trabalhadores rurais da região, pois tal visão reflete diretamente nas possibilidades de atuação da CPT e na postura do clero local em relação à problemática agrária.

Assim, diante do exposto, podemos verificar que o Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara, situado na Fazenda Pau D'Alho, é um dos maiores símbolos do elo entre a Igreja católica em Ribeirão Preto e a causa do trabalhador rural. Mostra explicitamente a atuação de seus membros em favor de tais sujeitos e a conquista de um significativo espaço que a Igreja lhes concedeu, um avanço, levando-se em consideração a história local, composta por uma elite agrária e envolvida com empresas rurais. O local hoje ocupado pelo MST, que, por meio de sua organização, já alcançou a reforma agrária na *Capital do Agronegócio*, revela a Igreja e o povo juntos, na busca efetiva da transformação social.

Hemes Lopes, do assentamento Sepé Tiaraju, nos recebe no Centro de Formação, no dia 30 de setembro de 2006, e, com muito orgulho e contentamento conduz a nossa visita, expondo, no ponto de vista dos trabalhadores, a função e importância do referido espaço.

Hemes afirma que o MST está presente no Centro de Formação há cinco anos, aproximadamente, com a autorização do Arcebispo Dom Arnaldo Ribeiro, antecessor de Dom Joviano de Lima Júnior. Para ele, o Centro de Formação representa a confiança da Igreja no movimento.

Segundo o depoente, o Centro tem por finalidade a recuperação da cultura camponesa, a capacitação dos agricultores por meio de cursos para o trabalho com a agricultura orgânica, o intercâmbio de experiências entre os vários assentamentos e a reflexão das questões pertinentes à temática agrária, como terra, saúde e educação.

E a Igreja, através da CNBB na qual parte da Igreja em Ribeirão Preto também tá ligada, acredito que preocupada também nessa discussão da capacitação pros agricultores, cedeu esse espaço pra que a gente pudesse tá nos aprimorando e desenvolvendo tudo isso que nós estamos querendo nesse novo modelo de assentamento. Nós do Movimento aqui discutimos exatamente isso: um novo jeito de trabalhar com a agricultura. Então o espaço termina nos ajudando pra tudo isso.

(Hemes)

Hemes destaca a preocupação da valorização da música como cultura e não como mercadoria, por meio de uma emissora de rádio existente no Centro de Formação e da promoção do Encontro Nacional de Violeiros, ocorrido pela quarta vez no ano de 2006. Nosso colaborador acredita que, além da valorização da música, o evento aproxima a sociedade local dos trabalhadores assentados e desmistifica o rótulo que recebem, incontáveis vezes, pela mídia.

Segundo Hemes, o Centro de Formação, que se preocupa com as questões sociais, é uma conquista da Igreja voltada para o povo. Aponta que muitos integrantes do MST, como ele, são provenientes das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), ou seja, estão ligados à Igreja Libertadora. O espaço do Centro de Formação, pontua o depoente, conta com a presença de clérigos e membros da CPT, rotineiramente, e será devolvido à Igreja, quando necessário, para ser utilizado com outra finalidade.

Cumprе destacar o fato mencionado pelo entrevistado, referente à participação de muitos trabalhadores sem-terra nas CEB's, as quais, segundo Leonardo Boff (1981), em *Igreja: carisma e poder*, possuem dimensão política e

levam à libertação. O povo, por meio das comunidades eclesiais, conscientiza-se da realidade em que vive e busca a superação das contradições, fruto do sistema sócioeconômico vigente, com base na fé, a partir de ações que vão ao encontro das diretrizes de Puebla. A Igreja, nessa perspectiva, passa a ter um poder menos centralizador: os pobres conquistam espaços de participação e a instituição promove a prática da democracia, sem caridade e assistencialismo. Os oprimidos, organizados, são determinantes para as mudanças históricas.

Hemes relata que o MST, ao chegar a Ribeirão Preto, não possuía um local para reuniões e que o Sítio Pau D'alho é uma iniciativa da Igreja para que tivessem esse espaço. Conforme o entrevistado, há uma reação envolta em um misto de alegria e perplexidade ao depararem com o sítio da Igreja, recinto que se torna, na *Capital do Agronegócio*, um ponto de referência para o movimento, até em dimensão nacional:

[...] Então quando a Igreja cedeu esse espaço pra gente foi uma surpresa, porque a princípio é um espaço muito grande. Nós ficamos, no primeiro momento, meio perdidos. O que utilizar? A Igreja propôs pra gente fazer um Centro de Formação pra região. Nós olhamos, quando viemos aqui: "Nossa isso aqui! O movimento não tem um espaço desse no Brasil!" Então um espaço amplo, que a gente pode utilizar de várias maneiras. A princípio pensamos: "Não dá pra fazer o nosso Centro de Formação Estadual". Aí depois disse: "Não, isso ainda é muito pouco. Isso aqui tem que ser um espaço pra toda organização, Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra, utilizar a nível nacional".

(Hemes)

E complementa:

Nível nacional. Por exemplo, nesse encontro de violeiro e festa da semente vai vim trabalhadores de Pernambuco, de Sergipe, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, Rio de Janeiro, que vão trabalhar a questão da agricultura orgânica. As várias experiências que eles tem de agricultura orgânica nos seus Estados, e fazer essa troca e essa conversa com os trabalhadores de Ribeirão Preto também, desenvolvendo, distribuindo sementes agroecológicas. Não sei se você sabe, o Movimento Sem-Terra, nós temos a Bionatu, que é a única empresa do Movimento Sem-Terra que produz sementes agroecológicas no Brasil.

(Hemes)

A presença da CPT e de outras pastorais sociais no Centro de Formação é enfatizada por Hemes Lopes. Como reflexo da ação pastoral, por exemplo, nosso informante cita o projeto de *troca solidária*, em que os produtos cultivados pelos trabalhadores são direcionados a bairros de Ribeirão Preto pelas pastorais que, em troca, remetem gêneros como açúcar e óleo aos assentamentos. Outro projeto mencionado é o da *cesta de produtos orgânicos*, produzida semanalmente com frutas e hortaliças da época:

[...] A princípio ela começou com alguns membros da Igreja. Eles foram falando um pro outro e esse número se aumentou. Atualmente a gente tava entregando umas 60 cestas dessas, de produto, num custo de R\$60,00 por mês. Agora com os novos assentamentos pretendemos ampliar muito esse número, ou seja, com uma preocupação da gente estar devolvendo pra sociedade o fruto do nosso trabalho, de uma forma, com mais qualidade.

(Hemes)

Hemes afirma que a Igreja sempre esteve próxima do povo e acredita no apoio que o atual Arcebispo Dom Joviano destinará à luta do trabalhador rural, já que esteve presente no assentamento Dom Hélder Câmara, em Matão. Confia na possibilidade de reforma agrária na região de Ribeirão Preto, ponto de recarga do Aquífero Guarani, segundo ele, e cenário de monocultura envolvida com problemas ambientais. Para ele, o espaço de discussões e planejamento ambientado no Centro de Formação proporcionou muitas vitórias ao movimento, como a reforma agrária na região canavieira de Ribeirão Preto, concretizada com o assentamento Sepé Tiaraju. O colaborador afirma, ainda, que as conquistas que os trabalhadores vêm alcançando são frutos também do apoio que estes recebem, não somente da Igreja, mas de diferentes setores da sociedade, como estudantes, universidades, advogados e ambientalistas.

Para Hemes, o Centro de Formação é fundamental na luta dos trabalhadores e a CPT tem estado presente de forma significativa nesse percurso. “[...] Os membros da CPT tá aí a todo momento, nas marchas sociais, nas fazendas, nas visitas, nas celebrações, nas missas no acampamento, nos batizados. Então essa Igreja sempre esteve presente com os trabalhadores.”

## **2.4 CPT, histórias de vida e representações**

A atuação da Igreja Libertadora pode ser vista presente nas visões e condutas de trabalhadores rurais que estão lutando pelo acesso a terra, educação, moradia e saúde na região.

Carlinhos descreve sua participação em discussões a respeito das propostas de redistribuição fundiária já realizadas no Brasil e na reforma agrária que acredita ser a verdadeira, a plena. Entende-se como ator nesse processo, acredita na força de sua luta como sujeito da história. Exerce a cidadania, busca a transformação social. Vê na soma das ações de cada pessoa uma alavanca para a efetivação de tais metas.

[...] a reforma agrária que nós discutimo é essa, de não ter a posse, não ter a titulação da terra. Então ser coletivo, pra não ter essa questão de arrendamento, de venda de lote. E nós discute também de ter uma alimentação sadia, numa reforma agrária sem agrotóxico, sem queimada...

(Carlinhos)

Nosso depoente acredita na força da participação da Igreja junto aos trabalhadores na luta pela reforma agrária. Cita a presença do Arcebispo Dom Arnaldo Ribeiro, Padre Chico, Padre Manuel e Padre Ramon, na região de Ribeirão

Preto, assim como de Dom Tomás Balduino, irmã Alberta e Maria, na grande São Paulo, perante a essa problemática.

Carlinhos destaca a atuação de um membro da pastoral, Claudinha, até aproximadamente 2004, como um importante auxílio para o assentamento em que vive, bem como as missas realizadas por Padre Manuel *in loco*. No entanto, sua narrativa nos mostra a ausência da ação pastoral, atualmente, na realidade que o cerca, atuando diretamente com os trabalhadores.

[...] hoje quem mais ajuda nós? Poucas alas da Igreja, alguns Padre, algumas Freira, quem muito apoiou nós, vinha muito fazer visita aqui para nós, ajudava mesmo, trazia doação era as irmãs franciscana. Inclusive tem a irmã Maria, está no Maranhão, estava de férias ela veio aqui vê nós. Mais hoje, quem ajudou hoje tão virando as costas para essa ala da Igreja.

(Carlinhos)

Carlinhos enxerga duas Igrejas: uma conservadora e outra que denomina “revolucionária”, na qual inclui o trabalho da CPT. Nosso colaborador admira a Igreja que se aproxima do pobre e da sua causa e se sente identificado com ela. Demonstra, em sua visão de mundo, os ensinamentos da Igreja Libertadora. A ação da Pastoral não se faz diretamente presente, mas, nos momentos em que permanece junto a ele e seus pares, promove conscientização e desperta valores, conforme pregado e refletido nos documentos pontifícios.

Para Carlinhos, o papel do homem na sociedade deve ser igualitário, ao contrário das condutas individualistas moldadas pelo avanço do capitalismo. Refere-se, muitas vezes, à importância do trabalho coletivo no assentamento e à função da terra, bem comum, para o ser humano: “Então a gente devia ser mais companheiro, ser mais humano mesmo e ter mais coletivamente os homem junto”.

Nosso informante afirma que a solidariedade entre os homens é um fator de aproximação a Deus. Entende o cristão como aquele em quem se pode confiar e

que o ideal é que os homens possam crer uns nos outros. Sente-se um agente transformador dentro da comunidade, o que atribui ao conhecimento de seus direitos, ou seja, ao acesso à cidadania, adquirido após seu envolvimento com a luta pela terra.

A Igreja é concebida por ele como um fértil meio gerador de união entre as pessoas. Entende que essa união é a força que o povo necessita para alcançar melhorias na qualidade de vida e trabalho.

E quando encontra umas pessoas que está brigando contra o Estado começa o que? Começa a repressão. Sobra processo, sobra prisão pra gente. Então você tem que estar com o povo e o povo estar junto com você. [...]

Então unindo mesmo campo e cidade, unindo os pessoal da universidade e a gente junto vai buscando essa transformação.

(Carlinhos)

Remete-se à riqueza da Igreja, a um passado colonialista do qual a instituição faz parte. Representa-a como um comércio, dentro dessa perspectiva, mas evidencia sua crença em uma determinada ala da Igreja, em uma mudança de postura da mesma. Ressalta o crescimento do número de evangélicos entre os trabalhadores com quem convive e aponta como causa um possível abandono da Igreja Católica: “Falta de um trabalho mesmo da Igreja, um trabalho corpo a corpo e estar junto, promovendo as coisa junto.” (Carlinhos)

Para Carlinhos, cidadania representa moradia, educação e saúde. Quem não tem acesso a tais direitos, na visão do informante, é excluído, não é tratado como cidadão. A cidadania leva à liberdade, à libertação, à dignidade da pessoa. Os direitos dos cidadãos são conquistados à medida que estão conscientes de sua participação no todo e passam a buscá-los, lutando.

Se a gente usar a igualdade e ser coletivo e buscar as estrutura para melhorar as condição de trabalho, não só minha como de todos nós que trabalha na terra. Porque hoje em dia você vê, tem as estrutura do Estado que não é bem usada para melhorar as condições de vida dessas pessoas no trabalho, os maquinário que tem hoje em dia, você tem um maquinário adequado para trabalhar na terra para melhorar, para você ter condições de trabalho melhor e com isso você sabendo usar e distribuir isso, você tem mais tempo. Você tem tempo pro seu trabalho, tem tempo pro seu lazer, tem tempo pra sua família, tem tempo pro seu estudo.

(Carlinhos)

Assim, cidadania e libertação estão, em seus apontamentos, entrelaçados. Conforme a Igreja, a libertação é o fim das desigualdades, da miséria e da fome e deve ser alcançada a partir do próprio povo, o que se desvela no entendimento e na trajetória de Carlinhos.

O posicionamento de Carlinhos quanto às suas condições de vida e trabalho é claramente concordante com a afirmação de Maria de Lourdes Manzini Covre, a respeito de cidadania:

As pessoas tendem a pensar a cidadania apenas em termos de direitos a receber, negligenciando o fato de que elas próprias podem ser o agente da existência desses direitos. Acabam por revelar os deveres que lhes cabem, omitindo-se no sentido de serem também, de alguma forma, parte do governo, ou seja, é preciso trabalhar para conquistar esses direitos. Em vez de meros receptores, são acima de tudo sujeitos daquilo que podem conquistar. Se existe um problema em seu bairro ou em sua rua, por exemplo, não se deve esperar que a solução venha espontaneamente. É preciso que os moradores se organizem e busquem uma solução capaz de atingir vários níveis, entre eles o de pressionar os órgãos governamentais competentes.<sup>80</sup>

Como sublinha a autora, Carlinhos nos mostra ser um agente na busca de seus direitos, tendo já conquistado um importante deles – a terra. Acredita na luta coletiva por melhorias que ainda precisa alcançar, discutindo ações que concretizem tais objetivos.

---

<sup>80</sup> COVRE, op. cit., p. 10-11.

Entende que o estímulo ao exercício da cidadania que leva à libertação pode, de forma significativa, vir da Igreja, por meio do direcionamento de discussões e de reflexões. Sente falta dessa ação. Ressalta a dimensão política do apostolado, a importância de suas denúncias, a amplitude de seu apoio ao trabalhador rural junto à opinião pública, desmistificando a questão, amenizando preconceitos e rótulos.

[,,,] no sistema que é, ela é respeitada. Porque hoje em dia você está numa comunidade ou numa cidade uma palavra de um Padre ajuda muito. O sistema de organização, o sistema de discussão, até na própria união das pessoas. Então se a CPT tivesse, voltasse com força...Porque a gente vê, se você está num conflito, num despejo, se está o pessoal da CPT ou um Padre lá, a polícia num bate na gente. Espera sair pra desce o porrete. Você vê a força que tem a questão da Igreja, porque esses dias, um tempinho atrás estava acontecendo com a questão do São Francisco, precisou um Padre fazer greve de fome pra denunciar as coisas.

(Carlinhos)

Carlinhos afirma que, de tudo o que vivencia e aprende com a atuação da CPT em sua vida, a valorização da igualdade entre os homens é o maior legado em sua postura diante dos fatos cotidianos. Leva esse aprendizado às pessoas com quais se relaciona, em um efeito multiplicador.

Clama a ação da CPT, novamente. Em sua fala, explicita a ausência da Pastoral:

Então, está sumida, você não encontra não. Tem uns Padre que apóia a luta, Padre Chico, Padre Manuel, Dom Arnaldo, mas também não faz parte da CPT. Tem a comunidade dele, tem a filosofia, a discussão, mas a questão da CPT que a gente vê na região de Ribeirão, de Franca, Ribeirão, Araraquara, está sumido.

(Carlinhos)

Nosso colaborador tem esperança na efetivação de uma reforma agrária de fato, com infra-estrutura básica ao trabalhador. Atribui essa futura conquista à importância do voto consciente e da luta do povo por seus direitos, ou seja, ao exercício da cidadania.

Carlinhos considera-se um protagonista na busca pela reforma agrária. Revela em seus posicionamentos os preceitos da Igreja Libertadora.

A Comissão Pastoral da Terra é lembrada por Ronaldo, *a priori*, pela figura de Dom Tomás Balduino. Destaca a importância da existência do Sítio Pau D'Alho, espaço cedido pela Arquidiocese de Ribeirão Preto aos trabalhadores rurais sem-terra para reuniões e cursos, onde tem contato com a CPT local.

Ronaldo relata que, após conhecer o trabalho da CPT, sua visão sobre a Igreja Católica se modificou acentuadamente. Para ele, antes desse momento, a Instituição resumia-se no “Padre e na missa”. A CPT desvela uma outra Igreja, preocupada com o oprimido, com os problemas sociais, com a questão da terra. O depoente enxerga concordâncias entre as discussões sobre Reforma Agrária efetuadas pela Pastoral e pelo Movimento Sem-Terra, ou seja, identifica uma Igreja próxima à causa do homem do campo. Ronaldo acredita que a força do apostolado, que segue essa linha de pensamento, traz um significativo caminho para a resolução da questão agrária do país.

A Igreja Libertadora aparece, na trajetória de vida de Ronaldo, revelada no seu entendimento sobre sociedade e no seu papel de cidadão. Para ele, o homem é um agente de libertação, que pode influenciar no desenvolvimento de sua própria vida e na vida das outras pessoas.

Eu acho que o papel do homem na humanidade é não permitir que nenhum outro homem seja escravizado. Que todos vivam bem, tenham seu espaço, nós não precisamos mais do que um espaço para a gente morar, produzir e viver. É relacionar com os demais companheiros de perto, o indivíduo, vizinho. A gente poder compartilhar, conhecer o outro. Eu acho que isso que o homem tinha que cumprir na sociedade.

(Ronaldo)

Acredita que a aproximação do homem a Deus está no respeito à natureza, onde Ele se manifesta. Para o colaborador, pensar no coletivo, em dignas condições de vida para todas as pessoas deve ser o papel do cristão, que necessita agir pela transformação da sociedade, reivindicar, denunciar, posicionar-se e não apenas orar para que isso aconteça.

Ronaldo representa a Igreja como orientadora dos homens, como uma ferramenta do processo de transformação social, na qual sua parceria com os cristãos leva ao alcance de um mundo mais liberto das injustiças, da fome, das desigualdades, da exploração e da escravidão. A Igreja, para o depoente, incentiva os indivíduos ao exercício da cidadania, conscientizando-os, motivando-os e informando. Evidencia uma grande clareza quanto à missão escatológica e espiritual da Igreja Católica.

Eu acredito que a Igreja é uma ferramenta. Ela tem sua forma de constituição, uma religião acredita em Deus. Esse Deus não vai vir fazer nada por nós. É nós mesmo que devemos fazer. Quem tem que fazer as transformações aqui na terra é a Igreja e nós. A Igreja é para orientar e ajudar nós a transformar. Ela tem a questão de Deus, do conhecimento e filosofia mais avançada na questão espiritual. Não é justo falar que o homem vai ganhar a vida eterna, que ele não vai sofrer mais depois de morrer. E a pessoa leva cem anos para morrer sofrendo. Será que Deus fez alguns seres humanos para viverem, nascerem em berço de ouro, e fez outros para viverem sofrendo? Sendo escravos? Não questionando a Igreja, mas eu acredito que esse Deus quer todo mundo igual, e a Igreja prega a igualdade. Se ela prega a igualdade, nós não vamos ser iguais, pensarmos iguais, ser aparentemente iguais. Mas economicamente, ter os direitos iguais, nós podemos ter. E a Igreja hoje pode contribuir muito nisso. Porque a força que ela tem pode garantir os princípios de igualdade social. Para o indivíduo ter o direito de estudar, o direito de se alimentar, ter seu trabalho, não ser escravo de ninguém. A Igreja tem a força para organizar isso e contribuir para que aconteça isso.

(Ronaldo)

Como cristão, Ronaldo norteia suas ações pensando não somente em sua vida pessoal, mas na coletividade. Sente-se fortalecido para alcançar suas metas,

superou o desemprego e transformou-se em um assentado que produz o alimento de sua família e comercializa o excedente. Suas conquistas são sensivelmente perceptíveis, mas há outros objetivos que a tornarão plena, e que Ronaldo procura atingir.

A partir do momento que a gente vai para luta e acredita, somos capazes de mudar e dar ânimo para outros companheiros acreditarem e lutarem para mudar. [...] cada um de nós tem que fazer sua parte desse processo.

(Ronaldo)

Para Ronaldo, a transformação virá a partir do conhecimento da conjuntura que permeia cada comunidade. Ao apreender as causas de seu sofrimento, de sua dominação, o homem pode lutar para libertar-se. Por isso, a conscientização de tais fatos contribui para o trabalhador clamar por seus direitos de cidadão.

Assim, o posicionamento de Ronaldo vai ao encontro das reflexões de Paulo Freire, em *Conscientização*, já que procura superar a denominada “falsa consciência”, um olhar ingênuo sobre a realidade e seus entraves diários. O entrevistado busca uma consciência crítica da mesma, primando pelo conhecimento, pelo diálogo e pela participação, não se deixando convencer pelo discurso opressor transmitido como “*slogan*”, muitas vezes, na sociedade, que domestica as ações dos homens e adia o processo de libertação.

A cidadania, sempre revelada nas falas do colaborador, é representada por ele como paz, trabalho, estudo, comida, amor e carinho. Os dois últimos significados se remetem à igualdade, a um mundo sem discriminação. Ronaldo é um cidadão e acredita que o conhecimento, a união e a organização das pessoas são os caminhos para o cumprimento de seus projetos.

Segundo Ronaldo, há uma grande parcela da Igreja Católica, em Ribeirão Preto, que tem apoiado os trabalhadores rurais na questão agrária local. O

informante ressalta as figuras do Bispo Dom Arnaldo Ribeiro, Padre Chico e Cidinha, nesse processo.

Nosso depoente afirma que sua visão de coletividade, de união para a busca de melhorias, é adquirida com a Comissão Pastoral da Terra. As informações que a Pastoral traz aos trabalhadores e, sobretudo, seu exemplo de apoio à luta pela terra, de estar junto ao homem do campo, fundamentam sua conduta.

Em 1999, Adão conhece a atuação da Comissão Pastoral da Terra, em Araras (SP). Após esse encontro, Adão muda sua concepção e aproximação com a Igreja. Antes da CPT, sua visão sobre a ação da Igreja restringe-se à celebração das missas. Com a Pastoral, Adão desvela uma instituição identificada com a luta dos pobres, envolvida na busca da transformação social.

[...] hoje temos o apoio das Igrejas, estamos sempre juntos fazendo reuniões. Quando precisamos vamos lá e eles sedem um espaço para a gente fazer reuniões com o povo.

(Adão)

Adão concebe o homem como responsável pela busca de seus objetivos, sendo necessárias a união e a solidariedade para esse fim que, segundo ele, leva ao exercício da cidadania e à libertação, que será alcançada à medida que os homens conseguirem, conjuntamente, terra, escola, saúde e alimentação.

É possível, é isso que estou falando, temos que lutar. Se não lutarmos e esperarmos chegar, não chega. A gente tem que buscar o que a gente pensa e o que a gente quer.

[...]

Porque se a gente não buscar a transformação e libertação, se não lutarmos e ficarmos parados não vem.

(Adão)

Para Adão, o acesso a terra não responde a todas as necessidades dos trabalhadores rurais. Seu clamor pela educação, saúde e alimentação revela sua

conscientização a respeito do cumprimento dos direitos sociais do ser humano, no qual se coloca enquanto ator. Cobre, sublinha na obra *O que é cidadania*, que os capitalistas têm moldado esses direitos ao seu olhar, colocando-os na condição de seus provedores, juntamente com o governo. Esse quadro pode mudar, a partir do momento, em que os trabalhadores deixarem de estar em uma posição receptora, acenarem e agilizarem a efetivação de seus direitos.

Dentro desse viés, nosso depoente considera-se importante na luta pela reforma agrária, referindo-se ao período após sua entrada para o MST, e tem buscado efetivamente o acesso a terra para famílias que dela necessitam. Sua atuação pode ser explicitada nas seguintes palavras:

Hoje o meu papel é de militar, trazer gente para a terra, ir na sociedade, nos bairros mais pobres. Trabalhar com as pessoas e tentar conscientizar eles que o melhor caminho é voltar para terra.

[...]

Sim, inclusive no final do ano passado eu fiz isso em Campinas. Lá não estava tendo muita gente. Eu era de lá antes. As meninas me chamaram para ir para lá, e conseguimos fazer um acampamento que hoje está com cento e oitenta pessoas. Eram quatrocentas famílias, um pouco desistiu e hoje estão sendo assentados. Já estão pré-assentados. O INCRA já está fazendo um poço artesiano. Quer dizer que a terra é deles.

(Adão)

Adão revela os ensinamentos da Igreja em seus valores: as mudanças sociais, a dignidade de vida, o fim das desigualdades, da fome e da exploração virão da luta do próprio povo, a partir de suas condutas e de seu posicionamento. Assim, explicitam-se a visão e a atuação de Adão dentro do contexto em que está inserido.

Porém, Adão entende que as ações da CPT devem estar mais presentes, devem ser ampliadas. Acredita que o trabalho de conscientização da Pastoral é de significativa importância para a luta pela terra e necessita estar mais atuante nesta localidade.

Veríssimo, ao ser interpelado sobre a Igreja Católica, remete-se ao momento histórico em que a instituição está ao lado do projeto colonizador português, mas enxerga mudanças na mesma, enfatizando a presença da CPT junto aos trabalhadores rurais e buscando a transformação social. Veríssimo destaca a força da Igreja nesse processo, entendendo seu apoio como essencial na luta pela terra.

Em tom de agradecimento, Veríssimo reproduz Padre Chico, da CPT regional, como amigo e como apoio. Sente, por meio de suas ações, por exemplo, a proximidade da Igreja junto a ele. Veríssimo sublinha:

[...] hoje a gente tem, por exemplo, bastante apoio, bastante amigo da Igreja. Portanto nós temos o Padre Chico, que é um tremendo de um apoio nosso. Um tremendo de um amigo. Não considero ele só como amigo, como também considero ele como um militante nosso mesmo. É óbvio que ele não fica fazendo o trabalho que a gente faz [...] você vê que hoje nós tem o bispo, que também é um tremendo de um apoio nosso. Uma pessoa super amiga nossa, que é da Igreja. Quer dizer, a gente não podemos acusar eles pela coisa do passado. Se hoje eles mesmos tão vendo que aquilo foi um erro e hoje eles estão nos ajudando, e isso é uma coisa bastante importante.

(Veríssimo)

Veríssimo entende que o homem deve ser humilde e trabalhar para conseguir uma vida digna para si e para a sociedade, com igualdade, procurando conscientizar aqueles com menos conhecimento.

Para Veríssimo, o mundo real é a própria “casa de Deus” e, portanto, a conduta do homem no meio em que vive e o cumprimento de seu papel como cristão o aproximam d’Ele. E afirma: “A casa d’Ele é tudo isso. O horizonte, onde a vista alcança e onde não alcança, é a casa d’Ele”.

Veríssimo, apesar de assentado e de buscar constantemente melhorias para a sua vida e de sua comunidade, ainda se considera enfraquecido para alcançar

uma transformação nas condições de vida e trabalho da sociedade. Acredita que a força para tal objetivo vem da união entre as pessoas.

A cidadania representa, para Veríssimo, liberdade, alimento e lazer. Representa a libertação, a dignidade e o fim da dominação entre os homens. A favelização e as mazelas sociais simbolizam, para o depoente, uma nova forma de escravidão e evidenciam os direitos à cidadania e à libertação, silenciados para uma parcela da sociedade. “Então ele tem que ter essa liberdade, pra ele ir e vir, comer, beber, festejar.” (Veríssimo)

No assentamento, Veríssimo aponta que a libertação ainda não foi alcançada plenamente, mas o caminho para conquistá-la é por meio da busca do próprio homem, daquilo em que acredita, tem esperança e faz. No entanto, avalia a transformação para toda a sociedade brasileira como um árduo percurso, lento e incerto. Destaca que há muitos sem-terras no país, no campo e na cidade, e que sua felicidade só seria completa se as melhorias nas condições de vida e trabalho atingissem a todos.

A visão de Veríssimo nos remete às palavras de Padre Mario José Filho:

A cidadania é um conceito muito amplo, capaz de transformar a realidade em uma grande fonte de construção, para um conhecimento mais profundo do nosso cotidiano e da política a qual estamos todos sujeitos. Apesar disso, temos o dever e a competência de não ficarmos apenas assistindo a história passar, mas de estarmos a todo momento participando dela de forma completa<sup>81</sup>.

A Comissão Pastoral da Terra, para o colaborador, contribui com suas orientações sobre a reforma agrária, mas acredita na necessidade do aumento de sua participação, conscientizando o povo brasileiro.

---

<sup>81</sup> JOSÉ FILHO, Mario. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Franca: FHDSS-UNESP, 2002. (Dissertações e teses, 5) p. 72.

Rosana N. de Paula conhece o trabalho da Comissão Pastoral da Terra no MST, em 2002. Já religiosa, a depoente passa a aproximar-se ainda mais da Igreja, após esse momento. Considera a atuação da CPT como fundamental na luta pela terra, entendendo que a mesma deve estar cada vez mais presente junto ao homem do campo.

Os valores transmitidos pela Pastoral evidenciam-se na visão de mundo de Rosana. Para ela, os homens necessitam buscar a justiça social, a igualdade e o cumprimento de seus direitos de cidadãos; e devem ser solidários. Entende que a presença da Igreja junto às pessoas estimula tais condutas e leva à libertação.

O homem tem que começar a fazer um trabalho de dentro da alma dele. É muito difícil a gente falar assim: o homem tem que começar do primeiro degrau. Todo dia o homem tem que mudar. Ele mesmo tem que botar na cabeça dele que ele tem que ter consciência. Tem que pensar que existe um na frente, outro atrás dele. Eu acho que o homem tem que começar assim. [...]

(Rosana)

Rosana representa cidadania como alimento, saúde e educação. Avalia que a reforma agrária pode proporcionar a conquista de tais direitos, que devem ser buscados pelos próprios trabalhadores. No entanto, aponta que a mídia, muitas vezes, tem sido um entrave ao avanço desse processo, distorcendo as ações empreendidas pelo povo diante da referida problemática.

Tá acontecendo. A gente tá fazendo acontecer. Muitas vezes, a gente fala: a reforma agrária não sai. Não sai porque a gente fica com os braços cruzados. Quem faz reforma agrária é a gente. Eu tô aqui fazendo a minha.

(Rosana)

Rosana enxerga-se como protagonista de uma história que pode ser transformada pela luta popular. A terra, o movimento e o trabalho pastoral a fortalecem e a motivam, mostrando caminhos que a conduzam a melhores condições de vida e trabalho, os quais ela pretende trilhar.

Em 1999, Rofs Cecílio Justino, ao assistir a um programa de televisão, depara-se com uma entrevista de Padre Francisco Vanneron, que o deixa entusiasmado: entre outros assuntos, o clérigo aborda a questão da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Depois de vários telefonemas à emissora, o colaborador consegue comunicar-se com Padre Chico e marcam um encontro.

Se encontramos e temos uma amizade. É um lutador do povo o Chicão.  
(Rofs)

A partir desse momento, Rofs aproxima-se do MST e da ocupação que dá origem ao assentamento Sepé Tiaraju. E destaca:

Aí acabei entrando pra campanha contra a ALCA. Acabei entrando pro meio aqui da Santa Clara. Coincidiu da gente fazer uma ocupação junto, de fato, na Fazenda da Barra em Ribeirão Preto. Dali ocupamos em Batatais e ocupamos. Aí eu costumo falar que não tem mais volta. Mas na verdade eu tô envolvido desde 99.  
(Rofs)

Rofs revela uma formação familiar cristã, mas que desperta nele questionamentos diante da desigualdade social, das injustiças, da miséria e do papel da Igreja junto a tais problemas. A resposta é obtida ao conhecer Padre Chico e, posteriormente, outros religiosos que se posicionam junto ao pobre, à causa do trabalhador. Padre Chico e a CPT evidenciam uma Igreja com a qual Rofs passa a identificar-se e passa a acreditar mais intensamente em seu poder de transformação, uma Igreja que coloca o povo como sujeito do processo histórico. Repleto de emoção, o colaborador nos fala desse momento:

[...] Então, o que eu entendo da primeira prosa com o Chicão? Que ele me mostrou que ele atua num campo. Ele tem convicção dos votos religiosos dele. Mas ele entende que a Igreja, ela, além de afirmar o Deus, tem que dizer que o lutador tem que ajudar o Deus a realizar. Então, porque se deixar pro Deus vai ser complicado. Então, nessa linha aí o padre Chico foi muito bom. Ele me deu um ânimo novo dentro das questões religiosas, da questão da Igreja

Católica. O finado meu padrinho, inclusive, olha eu lembrando dele. Ele, tudo da Igreja ele participava. Aí acabei indo fazer encontro de casal, eu e a Rose, por intermédio deles e, ainda ele brincava comigo no último dia lá na quadra da escola: “Aí velhinho, agora a luta não pode parar. Você tá no meio”. Então eu tô lembrando de outro lutador também, por dentro da Igreja, que foi meu padrinho Orlando.

(Rofs)

Os preceitos da Teologia da Libertação redesenham a visão de mundo de Rofs. Para ele, o homem deve ser um agente de mudanças, refletir sobre a realidade em que está inserido, participar e agir. O depoente afirma estar envolvido em ações pela transformação social, contribuindo para o progresso do assentamento Sepé Tiaraju.

Rofs, ao narrar seu parecer sobre o papel da Igreja no mundo, nos direciona as palavras de Leonardo Boff:

O Reino perfaz a salvação em seu estado terminal. O mundo é o lugar da realização histórica do Reino. [...] A Igreja não é o Reino, mas seu sinal (concreção explícita) e instrumento (mediação) de implementação no mundo.<sup>82</sup>

A aproximação de Deus se dá, para Rofs, por meio do sentimento dos homens, que necessita ser lapidado com leituras, permitindo-lhes (re) pensar o mundo em que vivem, fortalecendo-os. Cristo é representado como um revolucionário e, por conseguinte, o cristão deve ser um lutador, um sujeito provedor de mudanças.

A Igreja, segundo o informante, é uma instituição organizada, com relevante poder político, que pode auxiliar os cristãos na busca por melhorias. Nesse viés, Rofs rememora a atuação do Arcebispo Dom Arnaldo Ribeiro, que fomenta significativos avanços na vida dos rurícolas da região de Ribeirão Preto, sendo representado como um grande colaborador para a existência do assentamento Sepé

---

<sup>82</sup>BOFF, Leonardo. **Igreja, carisma e poder**: ensaios de eclesiologia militante. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.p.16, destaque do autor

Tiaraju. Rofs ressalta o elo entre Igreja e povo e as ressonâncias positivas que tal relação pode trazer no tocante à dignidade humana.

Rofs representa cidadania como intervenção e, embora entenda a igualdade e a liberdade como utopias, procura atuar como cidadão, interferindo nas questões sociais, sendo propositivo em suas ações:

Lá na cidade eu faço parte, sou conselheiro, representando o menor adolescente no Conselho de Assistência Social. Na escola eu tô lá com a juventude e eles tentam puxar no Movimento Estudantil e a gente no que pode contribui. Tô aqui na bandeira MST. [...] Já fui “ene” braço como proposta de ferramenta de luta. Eu me proponho em ser só um simples grão de areia enquanto exercendo então essa cidadania [...]

(Rofs)

Libertação, para Rofs, simboliza o fim da hipocrisia humana, da ignorância cultural, do individualismo e do consumismo descomedido; culminará em projetos, sonhos e ações. A libertação, segundo o entrevistado, virá do próprio homem, a partir de seus valores e de sua conscientização.

Rofs entende que a CPT é fundamental no processo de libertação, já que proporciona um novo olhar para a temática agrária no país. E salienta que a Pastoral, oriunda da Igreja - uma instituição estruturada, organizada e com ampla dimensão política -, contribui de forma essencial para a realidade que hoje encontramos, por exemplo, na região de Ribeirão Preto. Nesse momento, Rofs se lembra da figura de Padre Nilton, no Levante de Guariba, e, também se refere a Padre Chico, ambos como referências de lutadores das causas sociais.

Rofs, em suas memórias e construções simbólicas, revela-nos a prática das diretrizes de Puebla realizadas pela CPT na *Capital do Agronegócio*:

[...] Trata-se de privilegiar os pobres (sem exclusivismo) como o novo sujeito histórico emergente, que vai preferentemente realizar o projeto cristão no mundo. Os pobres aqui não são compreendidos apenas como aqueles que possuem carências; eles as têm, mas possuem também força histórica, capacidade de mudança [...] A Igreja acede a eles diretamente; não passa pela mediação do Estado ou das classes hegemônicas. Por isso aqui não se trata mais de uma Igreja para os pobres, mas de uma Igreja *de* pobres e *com* os pobres.<sup>83</sup>

Nosso colaborador se define como mais um agente da luta pela terra, acredita na possibilidade da reintegração dos excluídos na sociedade, mesmo que de forma gradual, e direciona suas atitudes nesse percurso. Envolto em sonhos, projetos e ideais, Rofs é um ator do processo histórico, carismático, que busca uma sociedade mais harmônica, humana, coletiva e feliz.

As falas de Rofs nos remetem a Pedro Demo, em *Participação é conquista*, pois demonstram sua consciência quanto à importância da participação popular para a superação de uma dominação com raízes históricas no país. Tal cenário clama uma luta árdua, lenta e contínua dos trabalhadores, que leva à democracia e à conquista da liberdade, que não deve ser concedida, mas construída. Para Rofs, os homens, conscientes e unidos, podem adquirir espaços e alcançar mudanças.

José Ferreira de Souza, do acampamento Mário Lago, conhece a Comissão Pastoral da Terra em 2004, período que se torna um membro do MST. Católico, afirma que o encontro com a CPT revela uma Igreja comprometida com as questões sociais, com a luta dos excluídos, concepção que não tinha anteriormente. O colaborador concebe a Igreja Católica como uma instituição dividida entre lideranças capitalistas e socialistas, parcela que julga predominante.

Para ele, ser cristão é querer o bem de todos e a igualdade. A conscientização dos homens, segundo o depoente, pode direcioná-los a uma transformação social, a

---

<sup>83</sup> BOFF, op. cit., p. 26, grifo do autor.

um mundo justo; pode mostrar a força de mudanças que cada trabalhador possui e se sente um sujeito desse processo. Sua consciência da realidade em que está inserido é adquirida por meio de estudos promovidos pelo MST. O conhecimento é concebido como o caminho para a libertação de situações opressoras.

[...] é a partir do conhecimento que é possível se libertar. Se não existir a propriedade privada, eu acho que o homem liberta, porque o que leva, no meu entendimento, o que leva à opressão é a idéia de propriedade. O homem, por conta da propriedade, ele faz tudo. Ele faz guerra, ele mata, ele faz tudo, por conta do dinheiro, por conta da propriedade.[...]

(José)

A cidadania é representada, pelo entrevistado, como igualdade, fator comprometido pela propriedade privada. O cidadão necessita estar consciente e buscar a subsistência, o conhecimento, a saúde, o lazer e a terra. Tal conquista é alcançada de forma coletiva.

A conscientização, enfatizada repetidas vezes por José, é amplamente trabalhada, segundo ele, pela CPT. A Pastoral tem atuado, em sua visão, no incentivo às famílias para voltar ao campo, para buscar o acesso a terra e, também, no despertar para os valores humanos.

Ao indagarmos a respeito da CPT, o colaborador ressalta:

O Padre Chico é uma das pessoas que contribui muito com a gente. O Dom Arnaldo... Dom Arnaldo é uma das pessoas que conhece muito.

(José)

E a respeito do posicionamento do atual Arcebispo conclui:

A gente tá construindo uma relação. Tem mostrado favorável a nossa luta e a gente tá construindo uma relação.

(José)

O informante, então, mostra-se confiante na colaboração de Dom Joviano com a causa dos trabalhadores rurais.

José é um lutador, sonha, busca mais qualidade de vida para sua família e deseja libertar-se de situações de fome e desemprego por ele já vivenciadas. Prima pelo cumprimento dos direitos dos homens e acredita no poder da conscientização como provedora de mudanças. Evidencia, em sua concepção, os reflexos do trabalho pastoral.

Reine Umberto da Silva aproxima-se do trabalho da CPT ao tornar-se um membro do acampamento Mário Lago. Nesse momento, conhece uma nova face da Igreja:

Pra mim a Igreja era só Igreja. Lá rezava e não ajudava os movimentos, nada. A gente só via o povo falar da Igreja e não é totalmente o que o povo fala.

(Reine)

Para Reine, o homem se aproxima de Deus ao ser solidário, ao contribuir com o próximo. A Igreja orienta, dá esperança e mostra caminhos para a transformação social, que depende das ações dos próprios oprimidos.

O colaborador define o MST como “o meu lugar” e sente-se importante na luta pela terra. Seu objetivo, enquanto cidadão, é a modificação das estruturas injustas vigentes na sociedade. Afirma que cidadania é ser livre, mesmo morando em um acampamento sem infra-estrutura básica. A libertação será alcançada com a legalização do assentamento, que lhe permitirá distanciar-se da desigualdade e ter a própria produção de alimentos. Os trabalhadores, conscientizados, são a força para tal conquista.

A Igreja, segundo Reine, exerce papel fundamental na luta pela terra. O depoente deixa claro, em suas falas, a presença da CPT no acampamento, orientando e apoiando os agricultores, e remete-se a uma marcha realizada pela Pastoral, com a presença de Padre Chico, em prol da causa dos trabalhadores.

Assim, como no depoimento de Reine e dos trabalhadores rurais por nós interpelados, evidenciamos que a importância da CPT é histórica e permanente junto a eles. A Pastoral, que nasce em um momento de extrema turbulência na região Amazônica, passa a atuar em várias localidades no Brasil e tem, particularmente em Ribeirão Preto, nosso ponto de reflexão, uma trajetória de desafios e triunfo.

Auxiliando, organizando, orientando e apoiando os pobres da terra, a CPT ressoa em sua vida e em suas condutas. As visões de nossos colaboradores estão voltadas para a justiça social, mostram-se conscientizados e estão efetivamente buscando modificações para a estrutura capitalista vigente, desigual e desumana, estando alguns deles, hoje, assentados.

Os clamores por saúde, educação, condições de produção e comercialização vão, paulatinamente, ecoando sobre as esferas políticas, mesmo que de forma sensivelmente lenta. Mais uma conquista é alcançada por meio da conscientização / participação / reivindicação desses sujeitos, o que pode ser ilustrado com as seguintes palavras:

O Banco do Brasil formalizou ontem empréstimo no valor total de R\$ 1,138 milhão para 65 projetos de famílias do Assentamento “Sepé-Tiarajú”, localizado na altura do quilômetro 31 da rodovia Abrão Assed, em Serrana.

Cada família vai receber R\$ 16,5 mil para investir em produção de hortas, de frutas, ou na criação de suínos e de aves. “Temos, no total, 75 projetos inscritos para os recursos”, comenta Carlos Estevam, gerente da agência de Serrana do Banco do Brasil.

“Fizemos um esforço concentrado para avaliar os projetos, com apoio do núcleo de crédito de Campinas, porque do contrário a liberação só sairia depois do Carnaval”, observa Luciana Esteves, funcionária da agência.

Os recursos já estarão disponíveis a partir da próxima semana nas contas a serem abertas pelas famílias. Os empréstimos integram programa do governo federal para agrária e têm taxa de juros anual de 1,15%. [...].<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> BB empresta R\$ 1,1 mi para assentados. **Jornal A Cidade**, Ribeirão Preto, 23 dez. 2006. p. A8.

Os empréstimos apontados na matéria acima revelam o apoio governamental, ainda que comedido e ínfimo, à reforma agrária, já que sem capital não há oportunidade, de fato, de qualidade de vida e fixação do homem na terra recebida. São necessários, no mínimo, tecnologia e investimento, para que os assentados possam produzir para seu sustento e para que exista um excedente comercializável.

As políticas públicas urgem atuar junto a essa questão, pois, como os próprios colaboradores afirmam, ter acesso somente a terra - uma relevante vitória dada à estrutura fundiária e política histórica do país - não contempla o que se espera de uma *verdadeira* reforma agrária, havendo necessidade de os mesmos obter créditos iniciais que possam levar ao desenvolvimento rural dos assentamentos.

Tais benesses não são concedidas gratuitamente, mas conseguidos com a luta do próprio povo, em um percurso árduo e, muitas vezes, doloroso. A reforma agrária, ainda tímida no Brasil, requer intensa participação popular, e a Igreja pode auxiliar, como vimos, nesse caminho. Ribeirão Preto é um exemplo desse elo e de suas ressonâncias, ligação que pode tornar-se ainda maior e cada vez mais presente, dependendo das futuras ações pastorais na localidade.

## REFLEXÕES FINAIS

Quem, melhor que os oprimidos, está preparado para compreender o terrível significado de uma sociedade opressora? Quem sofre os efeitos da opressão com mais intensidade que os oprimidos? Quem com mais clareza que eles pode captar a necessidade da libertação? Os oprimidos não obterão a liberdade por acaso, senão procurando-a em sua práxis e reconhecendo nela que é necessário lutar para consegui-la. E esta luta, por causa da finalidade que lhe dão os oprimidos, representará realmente um ato de amor, oposto à falta de amor que se encontra no coração da violência dos opressores, falta de amor ainda nos casos em que se reveste de falsa generosidade.

(Paulo Freire)

Refletir sobre a relação entre setores da Igreja Católica e a causa do trabalhador rural foi a proposta do nosso estudo. Assim, as leituras e os depoimentos coletados delinearam a travessia para que obtivéssemos as respostas às nossas impertinências iniciais.

O cenário por nós delimitado, Ribeirão Preto e seu entorno, diante das evidências históricas apresentadas e de suas permanências, permitiu observações expressivas referentes à atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nesta localidade, e sua representação na vida dos colaboradores da pesquisa. Assim, nossa análise se encaminhou para reflexões da realidade encontrada na comunidade de destino e a compreensão das ações da CPT nesse espaço específico.

Ribeirão Preto e região, centro da agroindústria açucareira e constituído de uma elite dominante ligada a terra, sobretudo, coexiste, hoje, com a presença de um assentamento rural (Sepé Tiaraju) e de um acampamento (Mário Lago) que representam a luta dos trabalhadores rurais. Os rurícolas, participantes de nossa investigação, sujeitos da pesquisa, revelaram suas trajetórias pessoais que se mostraram, de forma significativa, concordantes.

Pudemos verificar que nossos colaboradores, em sua maioria, tiveram uma infância pobre, marcada pela pouca oportunidade de acesso à rotina escolar, pela fome, desemprego, trabalho temporário e pela migração, que os levou ao distanciamento familiar e ao rompimento de suas raízes com a terra.

Filhos de trabalhadores rurais, confirmaram a literatura pesquisada: a intensificação do capitalismo no campo impacta diretamente na vida desses brasileiros, proletariza, expropria, desenraiza culturalmente, acentua a

miserabilidade, a desigualdade, o êxodo rural e, por conseguinte, a favelização urbana.

A superação de tais dificuldades foi encontrada com a participação, com a luta popular e com a busca dos direitos de cidadãos. Assim, a terra, representada pelo assentamento e pelo acampamento nos quais os sujeitos da pesquisa se encontram, traz significações como confiança, motivação, dignidade e esperança, e leva à libertação da exploração e da fome.

Os depoentes interpelados, protagonistas do processo de reforma agrária local, acreditam que o acesso a terra lhes proporciona força, alimento, cidadania, recuperação da auto-estima, felicidade, otimismo e referencial e lhes dá, ainda, a oportunidade de sonhar e projetar um futuro, anteriormente visto com incerteza e angústia.

A reforma agrária se mostra efetivamente como um método de transformação social, embora ainda se apresente com profundas limitações, no que tange a moradia, saúde e educação, fatores solicitados pelos rurícolas, que revelam consciência desses limites mas que se disponibilizam a buscar tais conquistas, julgando suas ações como decisivas para a melhoria da questão da terra no país.

A luta pela reforma agrária, concebida a partir da saga de trabalhadores sofridos, oriundos da terra, organizados, conscientizados e participativos, desmistifica um processo distorcido, incontáveis vezes, no imaginário popular, o que se coloca como um entrave para o próprio desenrolar da questão.

Em meio à paisagem rural monocultora que desenha Ribeirão Preto e as cidades limítrofes, encontramos um setor da Igreja empenhado na causa do trabalhador rural, no cumprimento dos direitos básicos da vida: moradia, saúde, alimentação, educação e trabalho.

A CPT local, historicamente representada pelas figuras de Padre Bragheto, Dom Pedro Fré e, atualmente, assessorada por Padre Francisco Vannerom, revela uma Igreja a serviço dos oprimidos, que intervém nos problemas temporais, conscientiza e orienta os rurícolas para que não exista o conformismo, mas existam a transformação e a libertação, a partir das ações do povo, conforme proposto no Concílio Ecumênico do Vaticano II e na Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, nos documentos de Medellín.e de Puebla.

Assim, ao chegar a Ribeirão Preto, *Capital do Agronegócio*, o Movimento Sem-Terra recebe o apoio de Padre Chico, que consegue, com o tempo, junto ao Arcebispo Dom Arnaldo Ribeiro, a concessão do Sítio Pau D'alho, da Arquidiocese local, para ambientar o Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, fundamental na organização e conscientização dos trabalhadores rurais.

O Sítio Pau D'alho é um importante símbolo do elo Igreja Católica e temática agrária, na realidade ribeirãopretana, denotando uma Igreja que vai além da caridade e do assistencialismo, mas comprometida com outra concepção do social e com o direcionamento dos oprimidos ao exercício da cidadania.

Padre Chico, Pároco da linha da Teologia da Libertação, atua em conjunto com os demais integrantes da CPT, diante do agronegócio, primando pela dignidade nas condições de vida e trabalho dos rurícolas. Mesmo com o reduzido apoio de membros da Igreja Católica em Ribeirão Preto, em relação à problemática, há uma contundente contribuição da CPT nesta localidade, que contabiliza vitórias: a realização da reforma agrária em terras férteis e envoltas por usinas de cana-de-açúcar, com uma elite marcada historicamente pela prática monocultora e onde o agronegócio sempre representou prosperidade, riqueza e desenvolvimento.

O atual Arcebispo Metropolitano de Ribeirão Preto, Dom Joviano de Lima Júnior, ao se posicionar favorável à reforma agrária, concebendo-a como urgente e necessária, auxiliará ainda mais na futura efetivação de melhorias aos trabalhadores que, muitas vezes, vivem em condições desumanas, conforme o seu próprio entendimento. Cumpre ressaltar que a visão do Arcebispo reflete diretamente nas possibilidades de ações da CPT.

A presença Pastoral é narrada pelos depoentes, demonstrada em suas trajetórias pessoais e em seus posicionamentos diante dos outros e da vida. O Sítio Pau D'alto e a atuação de membros da Igreja Católica, sobretudo do Padre Chico, no assentamento Sepé Tiaraju e no acampamento Mário Lago, assim como no próprio Centro de Formação, são enfatizados constantemente nas referidas falas.

Nossos colaboradores atuam e se vêem como atores, concebem a Igreja como meio gerador de união que promove a busca por dignidade e leva o homem a se perceber como um ser coletivo, direcionando sua conduta pela igualdade, pela solidariedade e pelo cumprimento de seus direitos de cidadãos, o que pressupõe participação e conscientização. A terra é retratada como um bem comum, que liberta da fome, da exploração, do desemprego e do sofrimento.

A Igreja, nas narrações dos sujeitos da pesquisa, conscientiza, orienta, organiza e modifica a opinião pública, fortalecendo-os. Para a maioria dos entrevistados, o encontro com a CPT alterou o conceito de Igreja, agora enxergando-a como provedora de mudanças e os encaminhando para a liberdade conquistada, que deve ser buscada, diariamente, pelas pessoas comuns, protagonistas de seus destinos, responsáveis pela construção da história.

A CPT em Ribeirão Preto, presente desde 1979, tem um percurso de desafios e triunfos. A Pastoral tem contribuído sensivelmente com a volta de trabalhadores

rurais ao campo, com a conquista do assentamento e a efetivação de um acampamento, com o alcance de melhorias para as condições de vida e trabalho dos oprimidos, com o fim da fome e a preservação dos valores humanos. Setores da Igreja Católica, nessa perspectiva, desconstróem rótulos, encorajam e orientam ao exercício da cidadania.

Portanto, a CPT está presente na *Capital do Agronegócio*; sua atuação é narrada pelos trabalhadores rurais e evidenciada em suas condutas e visões de mundo. A Pastoral se mostra de significativa importância para as vitórias observadas na região açucareira e expõe, mais uma vez, a relevante dimensão política da Igreja e o seu papel no desvelamento de caminhos para a transformação das injustiças sociais.

Nossas reflexões, oriundas da fundamentação teórica e empírica por nós buscadas, proporcionaram evidências e certezas. Porém, sendo a ciência um processo em permanente construção, nosso trabalho não é uma resposta que encerra a problemática levantada. Acreditamos que este estudo iluminará outras pesquisas, que juntas, nos permitirão conhecer, cada vez mais, a temática agrária e suas nuances na região de Ribeirão Preto.

Assim, a questão da terra, que clama por avaliações, proposições e intervenções, poderá ser paulatinamente modificada e a ciência cumprirá sua contínua missão de evoluir a qualidade de vida do ser humano.

## REFERÊNCIAS

AMORIN, Galeano (Org.). **Os desbravadores**. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001.

ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. **O que é igreja**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros passos, 32)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BALDISSERA, Adelina. **CEBs**: poder, nova sociedade. São Paulo: Paulinas, 1987. (Coleção fermento na massa).

BARBOSA, Marta. A riqueza que brota do chão. **Veja**: agronegócio, São Paulo, ano 37, n. 30, p.32-42, abr. 2004. Edição especial.

BB empresta R\$ 1,1 mi para assentados. **Jornal A Cidade**, Ribeirão Preto, 23 dez. 2006. p. A8.

BIGO, Pierre; ÁVILA, Fernando Bastos de. **Fé cristã e compromisso social**: elementos para uma reflexão sobre a América Latina à luz da Doutrina Social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1982.

BOFF, Leonardo. **Igreja, carisma e poder**: ensaios de eclesiologia militante. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (Org.) **Cultura brasileira**: temas e situações. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série fundamentos)

CATÃO, Francisco A. C. **O que é teologia da libertação**. São Paulo: Nova Cultural : Brasiliense, 1986. (Primeiros passos, 83).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Igreja e problemas da terra. **Documentos da CNBB**. n. 17. São Paulo: Paulinas, 1980.

\_\_\_\_\_. CONGRESSO NACIONAL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2, 2005, Goiás, GO. **Programação do II Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra –**

**CPT.** Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/index.php?op=pagina&subop=1126>>. Acesso em: 17 nov. 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Dia-a-dia:** ministro do desenvolvimento agrário visita CNBB. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/index.php?op=noticia&subop=2789>>. Acesso em: 4 nov. 2005.

\_\_\_\_\_. **Dia-a-dia:** entrevista coletiva da CPT na sede da CNBB em Brasília (DF). Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/index.php?op=noticia&subop=7049>>. Acesso em: 4 nov. 2005.

\_\_\_\_\_. **Dia-a-dia:** segundo congresso da CPT divulga carta final. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/index.php?op=noticia&subop=8214>>. Acesso em: 4 nov. 2005.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CONE, J.H. et al. **Teologie dal Terzo Mondo:** teologia nera e teologia latino-americana della liberazione. Brescia: Queriniana, 1974.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **A Igreja na atual transformação na América Latina a luz do Concílio:** conclusões de Medellín. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

\_\_\_\_\_. **A evangelização no presente e no futuro da América Latina:** conclusões de Puebla. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1979.

COUTINHO, Leonardo. Campo high-tech. **Veja:** agronegócio, São Paulo, ano 37, n. 30, p. 24-30, abril 2004. Edição especial.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 1991. (Primeiros passos, 250)

DEL DUCA, Paulo Fernando. **As transformações sócioespaciais em Viradouro:** o complexo agroindustrial sucroalcooleiro nos bairros periféricos e a habitação. 2004. 169 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2004.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista:** noções de política social e participativa. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

D’INCAO, Maria Conceição; ROY, Gerard. **Nós cidadãos:** autonomia e participação popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FERNANDES, Otávia. **A questão agrária no Brasil:** ensaio sobre as lutas sociais no meio rural. Belo Horizonte: SINPRO-MG, 1997.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao

pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. **Trabalhadores rurais em Ribeirão Preto: trabalho e resistência nas fazendas de café (1890-1920)**. Franca: FHDSS-UNESP : Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História local, 6)

GUIMARÃES, Dulce M. P. **A celebração da modernidade: a feira e a festa nas exposições agropecuárias do nordeste paulista**. Franca: FHDSS-UNESP : Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: perspectivas**. Tradução de Jorge Soares. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

IANNI, Octavio. **A classe operária vai ao campo**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. In: \_\_\_\_\_. **Encíclicas e documentos sociais – da Rerum Novarum a Octogesima Adveniens**. São Paulo: Edições LTr, 1972.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. **As representações sociais**. Paris: PUF, 1997.

JOSÉ FILHO, Mario. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Franca: FHDSS-UNESP, 2002. (Dissertações e teses, 5)

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. Representações sociais sobre a esfera pública no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LAGES, José Antônio. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – povoamento da região por entrantes mineiros na primeira metade do século XIX**. Ribeirão Preto: VGA, 1996.

MANIGLIA, Elisabete. **O trabalhador rural sob a ótica do direito agrário: uma opção ao desemprego no Brasil**. Franca: FHDSS-UNESP, 2002. (Dissertações e teses, 9)

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003. (Temas de atualidade).

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil urgente).

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2002.

MENDES, Alexandre Marques. **O conflito social de Guariba (1984-1985)**. Franca: UNESP, 1999. (História local, 12).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França; Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Polis, 1984.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos**: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MOURA, Odilão. **As idéias católicas no Brasil**: direções do pensamento católico no Brasil no século XX. São Paulo: Convívio, 1978.

PAULO VI. *Populorum Progressio*. In: \_\_\_\_\_. **Encíclicas e documentos sociais**. da *Rerum Novarum a Octogesima Adveniens*. São Paulo: Edições LTr, 1972.

PIO XI. *Quadragesimo Anno*. In: \_\_\_\_\_. **Encíclicas e documentos sociais**. da *Rerum Novarum a Octogesima Adveniens*. São Paulo: Edições LTr, 1972.

QUESTÃO agrária. Sem-terra faz passeata. **Jornal A Cidade**, Ribeirão Preto, 14 set. 2006. p. A4.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SILVEIRA, Ubaldo. **Igreja e conflito agrário**: a Comissão Pastoral da Terra na região de Ribeirão Preto. Franca: FHDSS-UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária**: a esperança dos “sem-terra”. Franca: FHDSS-UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. O mundo rural: a questão agrária e as relações capital/trabalho no campo. Franca: FHDSS-UNESP, 2004. (apostila).

STEDILE, João Pedro (Org.). **História e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

STEDILE, João Pedro; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O agronegócio x agricultura familiar e a reforma agrária**. Brasília, DF: Peres, 2004.

STEDILE, João Pedro. Entrevista. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 18, p. 5, set. 2003. Especial Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.midiasemmascara.com.br/artigo.php?sid=1323>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TONETTO, Sandra Márcia. **A política econômica de Getúlio Vargas e a crise do café em Ribeirão Preto (1930-1945)**. 2000. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.

TORNATORE, Nicola. Padre Chico: o belga que adotou Ribeirão. **Jornal A Cidade**, Ribeirão Preto, 5 nov. 2006. Boa Gente, Caderno 2.

WALKER, Thomas; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Dos coronéis a metrópole**: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto, SP: Palavra Mágica, 2000.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A – Lista de depoentes****- Depoentes da Igreja:**

Arcebispo Dom Joviano de Lima Júnior

Padre Francisco Vanneron

**- Agricultores:**

Carlos Alberto Alves

Hemes Lopes

José Ferreira de Souza

Reine Umberto da Silva

Rofs Cecílio Justino

Ronaldo Raimundo da Silva

Rosana Nascimento de Paula

Sebastião Adão da Silva

Veríssimo Gomes

## **APÊNDICE B – Roteiro de entrevista aplicado aos trabalhadores rurais assentados**

### 1º. Bloco (infância, condições de vida e trabalho)

- 1) Qual era a ocupação de seus pais? Eles trabalhavam com a terra?
- 2) Como foi sua infância? Onde você morou? Você estudou? Como eram as condições de vida da sua família?
- 3) Com o que você já trabalhou em sua vida?
- 4) Com o que você trabalha? As suas condições de trabalho, hoje, são boas? Você tem transporte, salário adequado e registro?
- 5) Como é o seu dia-a-dia?

### 2º. Bloco (terra)

- 6) Quando, em sua vida, você começou a lutar pela terra? Por quê?
- 7) Para você, o que representa a terra?
- 8) Para você, qual o significado de reforma agrária?
- 9) Como você vê o agronegócio?

### 3º. Bloco (CPT)

- 10) Quando você conheceu o trabalho da CPT?
- 11) Como era a sua relação com a Igreja, antes do contato com a CPT? Mudou a sua forma de enxergar a Igreja, após conhecer a CPT, ou não?

- 12) Para você, qual deve ser o papel do homem na sociedade em que vive?
- 13) No seu entendimento, como o homem se aproxima de Deus?
- 14) Como você entende o papel da Igreja no mundo?
- 15) Para você, o que é ser cristão?
- 16) Você se sente capaz de buscar uma transformação para as condições de vida e trabalho da sociedade, hoje? Sente-se fortalecido para isso ou considera uma busca em que sua ação não faz muita diferença?
- 17) Você entende que a miséria, a fome e as diferenças entre ricos e pobres têm uma história?
- 18) Para você, o que significa cidadania?
- 19) Para você, o que significa libertação? O homem deve se libertar de quê?
- 20) Em sua visão, o homem pode se libertar? Como?
- 21) Você acha que refletir sobre as injustiças sociais, denunciá-las e conscientizar a população contribui para mudar a realidade? Por quê?
- 22) Você acredita que suas condições de trabalho podem melhorar? Como? Você pode buscar isso? Você se sente apoiado? Por quem?
- 23) Você acredita que suas condições de vida podem melhorar? Como? Você pode ser responsável pelas mudanças? Você se sente apoiado? Por quem?
- 24) No seu entendimento, qual a importância da CPT na luta pela reforma agrária?
- 25) Você teve algum aprendizado com a CPT, enquanto pessoa e enquanto trabalhador?
- 26) Na sua opinião, havia algo que poderia ser melhorado, na ação da CPT?
- 27) Você acha que a reforma agrária acontecerá no Brasil?
- 28) Para você, quem precisa de terra, no país?

29)Você acha que a reforma agrária melhorará a vida do trabalhador rural? E na sua vida, o que mudará?

30)Você é importante na luta pela terra? Qual é o seu papel nisso?

31)Quais são os seus projetos e sonhos?

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista aplicado ao Arcebispo da Arquidiocese de Ribeirao Preto – Dom Joviano de Lima Júnior**

- 1) Como o senhor vê a relação da Igreja com o trabalhador rural, na busca pela terra?
- 2) Já teve em sua vida pessoal algum momento de contato com a realidade do trabalhador rural?
- 3) O que o senhor acha da reforma agrária?

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista aplicado ao Assessor da CPT local –  
Padre Francisco Vanneron**

- 1) Como é a sua atuação, hoje, junto aos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto?
- 2) Como está a CPT, hoje, na região? Quem é o seu coordenador?
- 3) Como a CPT ficou, depois da Era Braguetto, na região?
- 4) Por que o senhor entrou para a CPT?
- 5) O senhor acha que o trabalho da Igreja, na região, encontra apoio ou dificuldade? Qual é maior?
- 6) O senhor, hoje, está feliz com o trabalho na região? Era o que o senhor buscava? O senhor tem mais projetos?
- 7) Como o senhor vê a reforma agrária? O senhor acha que ela vai ocorrer?

**APÊNDICE E – Roteiro de entrevista aplicado no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara**

- 1) Há quanto tempo existe o Centro de Formação?
- 2) Como se originou o Centro de Formação? O Movimento solicitou? Partiu da Igreja?
- 3) Como funciona o Centro de Formação? Os trabalhadores vêm até aqui?
- 4) Os membros da Igreja freqüentam o Centro de Formação? Eles atuam junto aos trabalhadores rurais? Conversam, orientam?
- 5) Você sente que a Igreja Católica, na região, apóia o movimento? Apóia a luta pela terra?
- 6) O que a Comissão Pastoral da Terra faz no Centro de Formação? Tem ajudado na luta pela terra ou não?
- 7) O novo Arcebispo já se posicionou junto ao Centro de Formação?
- 8) Você define a CPT como presente ou como ausente, na região de Ribeirão Preto?

## APÊNDICE F – Carta de Cessão



Associação de Lâminas Plásticas (ALP)  
Associação de Lâminas Plásticas do Rio de Janeiro

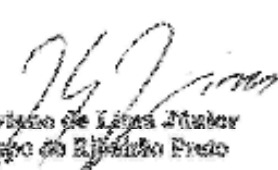
Ribeirão Preto, 27 de outubro de 2006  
C.2006/33

## Declaração

À Sandra Márcia Tonello,

Eu, Dora Joviano de Lima Pinheiro, presidente da Associação de Lâminas Plásticas (ALP), declaro para os devidos fins que todo os direitos de edição, reprodução, no dia 27 de outubro de 2006, para que Sandra Márcia Tonello, colocando em circulação social da UFRJ, sob orientação de Prof. Eládio Oliveira, possa utilizá-la integralmente em sua prática, com restrição de prazo e âmbito de atuação, desde a presente data. Autorizo ainda a publicação do mesmo texto sobre parte de sua obra de licenciamento.

Adicionando de direitos meus, subscrito a presente.

+   
Dora Joviano de Lima Pinheiro  
Presidente da Associação de Lâminas Plásticas

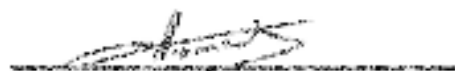
# APÊNDICE G - Carta de Cessão

Ribeirão Preto, 25 de outubro de 2006

Sandra Márcia Tonetto,

Eu, Padre Francisco Venerem, Assessor da Comissão Pastoral da Terra de Ribeirão Preto, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em 28/10/2003, para que Sandra Márcia Tonetto, dislocada em Serviço Social da UBERLÂNDIA, sob orientação do Prof. Dr. Osvaldo Silveira, possa usá-la integralmente ou em parte, para quaisquer fins pessoais e acadêmicos, desde a presença da Autoridade competente, a publicação de dados seja parte de sua tese de doutorado.

Adicionalmente, deixo meus, subscritos e presentes.



Padre Francisco Venerem

## APÊNDICE H – Carta de Cessão

Ribeirão Preto, 30 de novembro de 2006

Sandra Mécia Tonetto,

Eu, Carlos Alberto Alves, abaixo assinado, declaro para os devidos fins que cedei os direitos da minha entrevista, gravada em 02/03/2006, para que Sandra Mécia Tonetto, doutoranda em Serviço Social da UNESP Franca, sob orientação do Prof. Dr. Ubaldino Silveira, possa usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Autorizo ainda, a publicação da minha foto como parte de sua tese de doutorado.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.



Carlos Alberto Alves

# APÊNDICE I – Carta de Cessão

Ribeirão Preto, 30 de novembro de 2008

Sandra Márcia Tenório,

Eu, Roberto Leite da Silva, portador do CPF nº 000.000.000-00, declaro para os devidos fins que sou o titular dos direitos autorais, patrimoniais e morais, relativos ao trabalho de Sandra Márcia Tenório, doutoranda em Filosofia Social do UNESP - Marília, sob orientação do Prof. Dr. Ubiratã Silveira, posso usá-lo integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e limites de citações, desde a presente data. Autorizo ainda, a publicação de minha foto como parte de sua tese de doutorado.

Atestando de ciência meus e de meus descendentes, subscrovo a presente.

Roberto Leite da Silva

Roberto Leite da Silva

## APÊNDICE J -- Carta de Cessão

Ribeirão Preto, 30 de novembro de 2003

Sandra Márcia Tonello,

Eu, Ronaldo Raimundo da Silva, agricultor, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha criação, gerada em 12/03/2003, para que Sandra Márcia Tonello, doutoranda em Serviço Social da UNESP-Franca, sob orientação do Prof. Dr. Ubaldino Silveira, possa usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de pessoa e limites de citações, desde a aprovação dela. Autorizo ainda, a publicação da minha tese como parte da sua tese de doutorado.

Abandonando os direitos meus e de meus dependentes, subscrevo a presente.

2.



Ronaldo Raimundo da Silva

## APÊNDICE K – Carta de Cessão

Ribeirão Preto, 30 de novembro de 2008

Sandra Márcia Toratto,

Eu, Veríssimo Gomes, agricultor, declaro para os devidos fins que cedeu os direitos de minha arquivista, criada em 26/03/2008, para que Sandra Márcia Toratto, doutoranda em Serviço Social da UNESP Franca, sob orientação do Prof. Dr. Ubaldo Silveira, possa usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Autorizo ainda, a publicação de minha foto como parte de sua tese de doutorado.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

  
Veríssimo Gomes

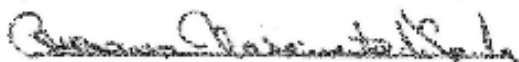
**APÊNDICE L – Carta de Cessão**

Ribeirão Preto, 30 de novembro de 2006

Sandra Márcia Tonetto,

Eu, Rosana Nascimento de Paula, agricultora, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em 07/09/2006, para que Sandra Márcia Tonetto, doutoranda em Serviço Social da UNESP Franca, sob orientação do Prof. Dr. Ubaldino Silveira, possa usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Autorizo ainda, a publicação de minha foto como parte de sua tese de doutorado.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.



Rosana Nascimento de Paula

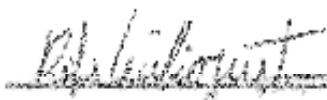
**APÊNDICE M – Carta de Cessão**

Ribeirão Preto, 30 de novembro de 2006

Sandra Márcia Tonetto,

Eu, Rofe Cecílio Justino, agricultor e estudante universitário, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em 07/09/2006, para que Sandra Márcia Tonetto, doutoranda em Serviço Social da UNESP Franca, sob orientação do Prof. Dr. Ubaldino Silveira, possa usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Autorizo ainda, a publicação de minha foto como parte de sua tese de doutorado.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscorro a presente.

  
Rofe Cecílio Justino

## APÊNDICE M – Carta de Cessão

Ribeirão Preto, 30 de novembro de 2006

Sandra Márcia Tonello,

Eu, José Ferreira de Souza, agricultor, declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista, gravada em 26/06/2006, para que Sandra Márcia Tonello, discente em Serviço Social da UNESP Franca, sob orientação do Prof. Dr. Ussidô Oliveira, possa usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e limites de citações, desde a presente data. Autorizo ainda, a publicação da minha foto como parte de sua obra de doctorado.

Assinatura do doador(a) e de seus representantes, rubricados e presentes.

  
\_\_\_\_\_  
José Ferreira de Souza

## APÊNDICE O – Carta de Convite

Filipe do Porto, 30 de novembro de 2008

Saretha Mária Tonello.

一、本會之宗旨：以研究我國文學之發展，促進我國文學之進步，為其唯一之目的。凡我會員，應各盡其力，以達成此目的。

[illegible]

Rio Sambetá do Silo

Santa Lúcia do Sul

## APÊNDICE P – Carta de Cessão

Ribeirão Preto, 30 de novembro de 2008

Sandra Márcia Tonetto,

Eu, Hernes Lopes, agricultor, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em 30/09/2008, para que Sandra Márcia Tonetto, doutoranda em Serviço Social da UNESP Franca, sob orientação do Prof. Dr. Ubaido Silveira, possa usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Autorizo ainda, a publicação de minha foto como parte de sua tese de doutorado.

Atestando os fatos acima e de meus conhecimentos, subscrevo a presente.



Hernes Lopes

**APÊNDICE Q – Arcebispo Dom Joviano de Lima Júnior. Cúria Metropolitana de  
Ribeirão Preto, 2006.**



**APÊNDICE R – Padre Francisco Vanneron. IV Encontro Nacional dos Violeiros.  
Sítio Pau D'algo, 2006**



**APÊNDICE S – Carlos Alberto Alves, Assentamento Sepé Tiaraju, 2006**



**APÊNDICE T – Hemes Lopes. Sítio Pau D'elho, 2007**



**APÊNDICE U – José Ferreira de Souza. Acampamento Mário Lago, 2006**



**APÊNDICE V – Reine Umberto da Silva. Acampamento Mário Lago, 2006**



**APÊNDICE W – Carlos Alberto Alves (à esquerda) e Rofs Cecílio Justino (à direita). Assentamento Sepé Tiaraju, 2006**



**APÊNDICE X – Ronaldo Raimundo da Silva. Assentamento Sepé Tiaraju, 2006**



**APÊNDICE Y – Rosana Nascimento de Paula. Assentamento Sepé Tiaraju, 2006**



**APÊNDICE Z – Sebastião Adão da Silva. Assentamento Sepé Tiaraju, 2006**



**APÊNDICE AA – Verissimo Gomes. Assentamento Sepé Tiaraju, 2006**



**APÊNDICE AB – IV Encontro Nacional dos Violeiros. Sítio Pau D'alho, 2006**

